



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ROBERTO LUCAS CORREIA COSTA

**O PAPEL DESEMPENHADO PELA COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE ALTO
NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E COOPERAÇÃO (COSBAN) NA RELAÇÃO
BILATERAL BRASIL-CHINA**

JOÃO PESSOA

2022

ROBERTO LUCAS CORREIA COSTA

**O PAPEL DESEMPENHADO PELA COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE ALTO
NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E COOPERAÇÃO (COSBAN) NA RELAÇÃO
BILATERAL BRASIL-CHINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.

JOÃO PESSOA

2022

**Catálogo na publicação Seção de
Catálogo e Classificação**

C838p Costa, Roberto Lucas Correia.

O papel desempenhado pela Comissão
Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e
Cooperação (COSBAN) na relação bilateral
Brasil-China / Roberto Lucas Correia Costa. - João
Pessoa, 2022.
94 f.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques
Ferreira. TCC (Graduação) -
UFPB/CCSA.

1. Relação bilateral. 2. Brasil. 3. China. 4.
SBAN. 5. Cooperação internacional. I. Fer CDU
UFPB/C Túlio Sérgio Henriques. II. Título. 327(02)
CSA

Elaborado por ANDRE DOMINGOS DA SILVA FERNANDES - CRB-15/00730

ROBERTO LUCAS CORREIA COSTA

**O PAPEL DESEMPENHADO PELA COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE ALTO
NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E COOPERAÇÃO (COSBAN) NA RELAÇÃO
BILATERAL BRASIL-CHINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Aprovado(a) em: 12 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profª. Drª. Liliana Ramalho Fróio
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

Como não poderia ser diferente, quero agradecer primeiramente aos meus pais, Luciene e João. Tenho absoluta certeza que sem a dedicação e o empenho de vocês pela minha educação, jamais conseguiria chegar onde estou. Serei eternamente agradecido pelo esforço que fizeram e por tanto amor que demonstraram por mim. Sempre me fazendo acreditar que poderia conquistar meus objetivos, vocês foram e são o alicerce da minha vida e não permitiram que eu desistisse. Essas linhas são poucas para demonstrar o amor que tenho pelos dois. Muito obrigado!

Quero agradecer também à minha família, especialmente aos meus avós Maria José e Arnaldo, que desde a minha infância se preocuparam com minha educação e sempre me incentivaram a insistir nos meus sonhos. Nunca irei esquecer dos retornos da escola e a imagem de vocês dois me esperando felizes na frente de casa. Esse agradecimento se estende a todos os outros parentes, aos meus tios e primos, sempre presentes na minha caminhada. Sem vocês, eu jamais teria conseguido realizar o sonho de me formar. Obrigado!

Agradeço também aos meus amigos, tanto aos que herdei dos tempos de ensino médio e permanecem em minha vida até hoje, como também aos que fiz durante a universidade. Sem vocês, o percurso até finalizar a trajetória da graduação não seria o mesmo. Passar por momentos desafiadores, superar dificuldades e encarar novos projetos teria sido muito mais difícil sem a amizade e a ajuda de todos vocês. Obrigado!

Expresso também meu agradecimento ao departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba. Ter professores comprometidos com o ensino e dedicados a ampliar o conhecimento na nossa área foi essencial para a minha formação. Agradeço especialmente aos docentes com os quais compartilhei projetos acadêmicos, iniciativas que foram cruciais para a minha qualificação.

Em especial, agradeço ao professor Túlio. Cursar disciplinas e compartilhar projetos com um educador de tamanha generosidade fez total diferença para a minha formação enquanto internacionalista. Muito obrigado pelos ensinamentos e também por me orientar, sem os seus norteamentos a qualidade deste trabalho e da minha formação não seriam as mesmas.

RESUMO

O presente trabalho analisa a atuação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) enquanto mecanismo que coordena a relação bilateral entre o Brasil e a China. Lançada em 2004 e se reunindo por seis vezes desde 2006, a COSBAN é fruto do adensamento da relação bilateral entre os dois países, representando, através da institucionalização, a maturidade do diálogo sino-brasileiro. Para os fins de tal exame, o trabalho recorre a um aporte teórico acerca da relação bilateral e da Política Externa Brasileira. Dessa maneira, é realizado um retrospecto histórico que parte da década de 1960, quando as relações internacionais do país passaram por um momento de maior diversificação, adentrando também a década de 1970, período no qual foi estabelecida a relação diplomática entre o Brasil e a China. Indo além, o aporte histórico também engloba o desenvolvimento da relação bilateral entre as décadas de 1980 e 1990, momento no qual importantes passos para a relação bilateral foram dados, tais como a intensificação da cooperação na área espacial e o estabelecimento da Parceria Estratégica. Finalmente, a análise histórica finda no início dos anos 2000, abarcando as mudanças pelas quais passou a política externa do Brasil, a consequente intensificação das relações do país com outras nações emergentes e o período no qual foi lançada a COSBAN. Somado a isso, e com vistas a aprofundar o conhecimento específico acerca da Comissão, o trabalho traça, por meio da análise de documentos primários, utilizando principalmente as atas disponibilizadas a cada reunião do mecanismo, um panorama sobre o estabelecimento e o funcionamento da COSBAN. Nesse sentido, a pesquisa pormenoriza a gênese do organismo a partir do Memorando de Entendimento entre o Brasil e a China, a atuação da Comissão enquanto um instrumento político-institucional criado para orientar a cooperação bilateral e a sua estrutura. Destarte, são detalhadas cada uma de suas Subcomissões e de que modo se dá a atuação desses subcomitês dentro de uma vertente de cooperação específica. A partir do entendimento da COSBAN e da sua estruturação, a pesquisa destina-se a analisar o real impacto do funcionamento da Comissão na relação bilateral. Para tanto, leva-se em consideração os diversos entendimentos políticos e os dados econômicos, bem como uma rede de mecanismos formais originados a partir do funcionamento da organização, em especial planos, acordos e memorandos. Dentre tais instrumentos que garantem uma coordenação efetiva entre os variados órgãos governamentais envolvidos na parceria sino-brasileira, são ressaltados os dois Planos de Ação Conjunta (PAC) (2010-2014 e 2015-2021), o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021), o Plano Estratégico (2022-2031) e o Plano Executivo (2022-2026). Esses programas de orientação servem para nortear a cooperação bilateral nas mais diversas áreas, conferindo à relação sino-brasileira certo grau de responsabilidade e compromisso, haja vista que elencam metas e programações a serem objetivadas e seguidas por ambos os países.

Palavras-chave: relação bilateral, Brasil, China, COSBAN, cooperação.

ABSTRACT

The present work analyzes the performance of the Sino-Brazilian Commission of High Level of Concertation and Cooperation (COSBAN) as a mechanism that coordinates the bilateral relationship between Brazil and China. Launched in 2004 and meeting six times since 2006, COSBAN is the result of the intensification of the bilateral relationship between the two countries, representing, through institutionalization, the maturity of the Sino-Brazilian dialogue. For the purposes of this examination, the work resorts to a theoretical contribution about the bilateral relationship and the Brazilian Foreign Policy. In this way, a historical retrospective is carried out starting from the 1960s, when the country's international relations underwent a moment of greater diversification, also entering the 1970s, a period in which the diplomatic relationship between Brazil and China was established. Going further, the historical contribution also encompasses the development of the bilateral relationship between the 1980s and 1990s, when important steps were taken for the bilateral relationship, such as the intensification of cooperation in the space area and the establishment of the Strategic Partnership. Finally, the historical analysis ends in the early 2000s, encompassing the changes that Brazil's foreign policy has undergone, the consequent intensification of the country's relations with other emerging nations and the period in which COSBAN was launched. Added to this, and with a view to deepening the specific knowledge about the Commission, the work traces, through the analysis of primary documents, using mainly the minutes made available at each meeting of the mechanism, an overview of the establishment and functioning of COSBAN. In this sense, the research details the organism's genesis from the Memorandum of Understanding between Brazil and China, the Commission's performance as a political-institutional instrument created to guide bilateral cooperation and its structure. Thus, each of its Subcommittees is detailed and how these subcommittees work within a specific cooperation aspect. From the understanding of COSBAN and its structure, the research aims to analyze the real impact of the functioning of the Commission in the bilateral relationship. To this end, it takes into account the various political understandings and economic data, as well as a network of formal mechanisms originating from the functioning of the organization, in particular plans, agreements and memorandums. Among such instruments that ensure effective coordination between the various government agencies involved in the Sino-Brazilian partnership, the two Joint Action Plans (PAC) (2010-2014 and 2015-2021), the Ten-Year Cooperation Plan (2012-2021), the Strategic Plan (2022-2031) and the Executive Plan (2022-2026). These guidance programs serve to guide bilateral cooperation in the most diverse areas, giving the Sino-Brazilian relationship a certain degree of responsibility and commitment, given that they list goals and programs to be pursued and followed by both countries.

Keywords: bilateral relationship, Brazil, China, COSBAN, cooperation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 O HISTÓRICO DA RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-CHINA	14
2.1.1 O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	16
2.1.2 A PARCERIA ESTRATÉGICA	22
2.1.3 DA MATURAÇÃO DA RELAÇÃO SINO-BRASILEIRA AO ESTABELECIMENTO DA COMISSÃO	29
3.1 A COSBAN ENQUANTO MECANISMO DE COOPERAÇÃO	35
3.2 A CRIAÇÃO DA COMISSÃO	36
3.3 ESTRUTURA E MECANISMO DE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO	38
3.3.1 SUBCOMISSÃO POLÍTICA	40
3.3.2 SUBCOMISSÃO DE CULTURA E TURISMO	42
3.3.3 SUBCOMISSÃO ECONÔMICO-COMERCIAL E DE COOPERAÇÃO	43
3.3.4 SUBCOMISSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	45
3.3.5 SUBCOMISSÃO DE TEMAS SANITÁRIOS E FITOSSANITÁRIOS	46
3.3.6 SUBCOMISSÃO DE ENERGIA E MINERAÇÃO	47
3.3.7 SUBCOMISSÃO EDUCACIONAL/GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO	47
3.3.8 SUBCOMISSÃO ESPACIAL	48
3.3.9 SUBCOMISSÃO DE AGRICULTURA	48
3.3.10 SUBCOMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	49
3.3.11 SUBCOMISSÃO DE INDÚSTRIA, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	50
3.3.12 SUBCOMISSÃO DE SAÚDE/GRUPO DE TRABALHO DE SAÚDE	50
4 A COSBAN E SEU PAPEL NA RELAÇÃO BILATERAL SINO-BRASILEIRA	52
4.1 NA COOPERAÇÃO POLÍTICA	55
4.2 NA COOPERAÇÃO CULTURAL	59
4.3 NA COOPERAÇÃO ECONÔMICO-COMERCIAL	61

4.4 NA COOPERAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	66
4.5 NA ÁREA DE TEMAS SANITÁRIOS E FITOSSANITÁRIOS	68
4.6 NA ÁREA DE ENERGIA E MINERAÇÃO	71
4.7 NA ÁREA DE EDUCAÇÃO	72
4.8 NA ÁREA ESPACIAL	75
4.9 NA ÁREA DE AGRICULTURA	77
4.10 NA ÁREA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	79
4.11 NA ÁREA DE INDÚSTRIA, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	81
4.12 NA ÁREA DE SAÚDE	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a atuação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) enquanto o principal mecanismo de diálogo estabelecido na relação bilateral entre o Brasil e a China, considerando o período desde a sua criação até o momento atual. Lançada em 2004, mas concretizada apenas em 2006, quando ocorreu a primeira reunião formal, a COSBAN representa, através da institucionalização, a maturidade do relacionamento entre os dois países e é fruto da alta convergência diplomática que foi desenvolvida com o decorrer do tempo a partir do estabelecimento dos laços diplomáticos na década de 1970.

Apesar de importantes estudos abordarem a relação bilateral Brasil-China em seus diversos aspectos, a maioria deles publicados especialmente nas últimas duas décadas, quando o tema ganhou notoriedade (CABRAL, 2000; CUNHA, 2004; OLIVEIRA, 2006, 2016; BECARD, 2009), poucas dessas obras se aprofundam na análise de mecanismos institucionalizados criados com o intuito de gerir o diálogo diplomático. Nesse sentido, a centralidade do objetivo de se analisar a COSBAN e a sua atuação em específico advém da escassez de trabalhos que versam especificamente sobre a operação desse mecanismo e, além do mais, que avaliem os impactos concretos de seu funcionamento nas relações entre o Brasil e a China.

Apesar da distância física, das discrepantes trajetórias históricas e das nítidas diferenças de regimes políticos, o Brasil e a China em muito se assemelham: possuem dimensões geográficas continentais, são multiculturais, passaram por processos recentes de desenvolvimento econômico e são as maiores economias em desenvolvimento nos seus respectivos continentes. Diplomáticamente ligados há quase 50 anos, os dois países já demonstraram compartilhar de objetivos e interesses comuns ao longo desse período, apresentando um alto nível de convergência diplomática. Entretanto, a relativamente recente relação entre o Brasil e a China, marcada agora por um profundo grau de maturidade, levou tempo para alcançar esse patamar, sendo algo impossível de prever há poucas décadas atrás, visto que até o século XIX não existia qualquer tipo de relação consistente entre os dois países (BECARD, 2011).

Como alguns trabalhos demonstram (OLIVEIRA, 2004; GONÇALVES e BRITO, 2011; BECARD e SILVA, 2017), o trajeto percorrido pelas diplomacias brasileira e chinesa para chegarem ao nível de entendimento que possuem hoje passou por diferentes etapas, quer

seja de demonstração de convergência, quer seja de situações de atrito. Nesse ínterim, o início das relações diplomáticas entre as duas nações data de 1974, quando o Brasil, sob a ditadura militar (1964-1985) e a liderança de Ernesto Geisel (1974-1979), passou a reconhecer como legítimo o regime liderado pelo Partido Comunista Chinês, e, conseqüentemente, a reconhecer a República Popular como a verdadeira China¹. Desde então, o elo entre os dois países foi estreitado, resultando na consolidação de acordos e na participação em conjunto em variados arranjos multilaterais.

É nítido que o estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a China se deu em um momento particular da história brasileira e da história mundial, qual seja em meio ao regime militar que ascendeu ao poder em 1964 no Brasil e também em um momento no qual o mundo estava dividido pela Guerra Fria. Inserido no contexto de polarização mundial protagonizado entre os Estados Unidos e a União Soviética, no qual a existência de atritos políticos não era novidade e com o Brasil pressionado a apoiar, por mínimo que fosse, um dos lados, o governo militar demonstrou pragmatismo e superou as barreiras políticas, utilizando a política exterior não mais como mero instrumento ideológico, mas como elemento de perseguição dos interesses nacionais. Dessa forma, o que se nota é que, especialmente durante a administração Geisel, o Brasil procurou diversificar seus parceiros no cenário internacional, com os quais passou a buscar uma integração política, social e, sobretudo, econômica, sendo o destaque especial o estabelecimento das relações políticas com a China (RICUPERO, 2017).

Ao longo dos anos que se seguiram a 1974, as sociedades brasileira e chinesa passaram por modificações internas que, por consequência, resultaram no amadurecimento da relação bilateral. No Brasil, o regime militar chegou ao fim em 1985, quando iniciou-se a transição para o retorno democrático-liberal, bem como os avanços econômicos das décadas de 1960 e 1970 levaram ao crescimento da indústria nacional. Já na China, a morte de Mao Tsé-Tung, em 1976, levou ao poder Deng Xiaoping (1978-1992), que conduziu o país à abertura comercial através das reformas econômicas e das “Quatro Modernizações” em áreas estratégicas, tais como a agricultura, a indústria, a defesa e a tecnologia. Como sinal do desenvolvimento do relacionamento, ao final da década de 1980 foi lançado em conjunto o Programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), com o objetivo de construir e lançar ao espaço satélites de monitoramento terrestre. Essa iniciativa foi, à época,

¹ Ao reconhecer a República Popular da China como a representante legítima da nação chinesa, o Brasil rompeu a ligação com a ilha de Taiwan, que passou a ser considerada uma simples província, fração inalienável do governo de Pequim.

um projeto pioneiro, que envolveu dois países em desenvolvimento na área da alta tecnologia, dominada até então pelas grandes potências.

Na análise de Holanda (2016), a relação bilateral sino-brasileira pode ser repartida em dois períodos: um entre 1974, quando se firmou oficialmente o contato diplomático entre o Brasil e a China, e que estende até o início dos anos de 1990, e outro que se inicia com o lançamento do CBERS e se estende até a atualidade. Tal divisão deriva, sobretudo, do avanço apresentado pela conexão entre o Brasil e a China após o lançamento do programa, que trouxe à tona a emergência de uma nova geometria do cenário internacional, através da qual os países em desenvolvimento passaram a atuar com mais protagonismo e a projetar-se mundialmente com mais ênfase.

Ainda na década de 1990, a relação bilateral foi afetada pela ascensão do neoliberalismo, que ganhou força na periferia global e, conseqüentemente, no Brasil, e que terminou por impactar diretamente a formulação das políticas interna e externa do país. Com relação a esse fenômeno, a chegada de Fernando Collor (1990-1992) à presidência representou o alinhamento político do país aos preceitos do Consenso de Washington, refletindo também em mudanças nas aproximações políticas internacionais do país. Adotando uma agenda mais alinhada aos países desenvolvidos, o Brasil não chegou a romper com as bases diplomáticas construídas até então, mas arrefeceu o contato diplomático com os países em desenvolvimento, incluindo a China.

Apesar da experiência neoliberal com Collor, que terminou por mitigar o contato estratégico entre o Brasil e a China, a conexão entre os dois países voltou a crescer nos anos que se seguiram ao fim do governo. Vale ressaltar que durante as presidências de Itamar Franco (1993-1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a China e todo o continente asiático no geral foram áreas de ênfase da atuação diplomática brasileira, que percebeu a região como sendo o novo motor do desenvolvimento econômico mundial a partir da sua crescente importância econômica (BECARD, 2011).

Foi ainda durante o governo Itamar Franco que a diplomacia do Brasil estabeleceu a Ásia como uma das áreas prioritárias de atuação da política internacional brasileira, buscando se beneficiar do potencial da região para cooperação nas áreas estratégicas, tais como a tecnológica e a científica (OLIVEIRA, 2004). Desse modo, um novo patamar nas relações diplomáticas entre os países foi alcançado à época, com o estabelecimento da condição de Parceria Estratégica entre os dois estados. Em seu lançamento, a Parceria foi tratada como um mecanismo auxiliar para a política externa brasileira direcionada à Ásia, que ainda tinha, à época, como foco o Japão, até então a principal economia da região. Entretanto, com a virada

do milênio e a ascensão da China como importante ator do cenário internacional, essa colaboração passou a representar a linha mestra da política asiática brasileira, inaugurando um novo tempo nas relações internacionais do país (BIATO JUNIOR, 2010). Nesse sentido, vale destacar que Parceria Estratégica firmada entre o Brasil e a China passou a ser caracterizada pelo estabelecimento de diálogo permanente entre seus representantes; pela conservação do dinamismo cooperativo nas áreas social, econômica e cultural; pelo alargamento da cooperação na área de segurança e estratégia, abarcando o campo militar; e pela convergência de análises acerca do sistema internacional e das organizações multilaterais (BECARD, 2008).

Com a chegada dos anos 2000, a relação sino-brasileira alcançou o mais alto patamar de convergência durante a administração do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Conforme destacam Vigevani e Cepaluni (2007), a partir de 2003 o Brasil passou a se aproximar cada vez mais do chamado “Sul Global”². Segundo os professores, o país passou a buscar a ampliação de suas relações com os países em desenvolvimento, dentre os quais destaca-se a China. Nesse viés, é possível dizer que a política internacional empregada pelo governo Lula resultou na aproximação do Brasil com os países emergentes, o que representou a maturidade da política externa brasileira, que lançou-se no ímpeto de fortalecer os laços do regionalismo, da cooperação entre os países emergentes e de consolidar o país enquanto uma liderança regional (PINTO; GONÇALVES, 2019).

Apesar de ter acontecido uma aproximação com os países em desenvolvimento no geral, foi com a China que o Brasil estabeleceu a relação mais profícua. Afinal, a partir do novo milênio, o país asiático passou a ser visto no sistema internacional como um ator em extrema ascensão de prestígio, o que despertou o interesse brasileiro de estreitar as ligações políticas e econômicas. Segundo Dal Molin et al (2019), a relação sino-brasileira buscava, em conjunto, desde o princípio, integrar os dois países às cadeias de comércio global, mantendo o respeito pela soberania e pelo processo decisório individual autônomo. Como consequência do estabelecimento de tal relacionamento estratégico, bem como da continuidade e aprofundamento da ênfase econômica, a China passou a ser, ainda em 2009, o principal parceiro comercial do Brasil, posição que ocupa até os dias atuais.

² O termo “Sul Global” é controverso e não possui uma definição exata, visto que incorre em dúvidas metodológicas e uma separação dúbia. Entretanto, pode ser entendido basicamente como a referência aos países em desenvolvimento localizados no hemisfério sul. Como relembra Pino (2014), essas nações dizem respeito aos estados africanos e asiáticos que passaram por processos de independência recente, bem como países latino-americanos livres do jugo colonizador há mais tempo.

Foi justamente em meio a esse contexto que a política externa empreendida pelo governo Lula buscou adensar os laços com a China, levando em consideração a grande importância estratégica do gigante asiático enquanto parceiro comercial imprescindível para o Brasil. Ao estreitar o diálogo diplomático, o governo brasileiro lançou mão, juntamente com o governo chinês, de uma iniciativa que representa o principal mecanismo bilateral da relação entre os dois países: a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).

Lançada em 2004, durante a visita de Estado do ex-presidente Lula à China, a COSBAN é uma iniciativa voltada a coordenar a relação bilateral e está alicerçada em preceitos que buscam ampliar o diálogo sino-brasileiro. Dessa maneira, a Comissão preza pelo fortalecimento da confiança política mútua, com base em um diálogo em pé de igualdade; pelo aumento do intercâmbio econômico-comercial com vistas ao benefício recíproco; pela promoção da cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; e também pela promoção do intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, a pesquisa tem por objetivo geral realizar uma análise empírica da Comissão, detalhando como foi a sua criação, como se dá o funcionamento da organização, como a COSBAN está estruturada e de que forma o mecanismo vem contribuindo diretamente para o adensamento da relação sino-brasileira desde o seu lançamento. Para tanto, o estudo tem por objetivos específicos avaliar de que modo a COSBAN atua em diferentes vertentes de cooperação, as quais interessam mutuamente o Brasil e a China, bem como examinar de que modo a COSBAN, através da institucionalização da parceria entre os países, corrobora para o aprofundamento e a expansão da cooperação sino-brasileira.

A fim de cumprir os seus objetivos, o trabalho seguirá as seguintes etapas para além desta introdução: um primeiro capítulo no qual uma revisão de literatura é feita voltada à análise do desenvolvimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a China desde os anos de 1960 e 1970 até o estabelecimento da Comissão em 2004, abarcando a trajetória diplomática e aportes de análise de política externa; um segundo capítulo destinado à caracterização da comissão, destrinchando seu papel, sua finalidade e seu funcionamento; um terceiro capítulo de análise empírica, aprofundando o arguição do desenvolvimento do mecanismo, desde a sua fundação até o tempo atual, ponderando acerca dos resultados e conquistas obtidos a partir de tal mecanismo e tendo como base a atuação dos seus subgrupos em diferentes vertentes de ação; e, por fim, considerações finais perspectivas, que abarcam a

averiguação do papel da Comissão no futuro, iniciando o debate sobre o porvir da cooperação entre o Brasil e a China.

Constituindo-se como um trabalho de natureza teórica e de objetivo descritivo e analítico, a pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, na qual dados e informações acerca da COSBAN são compreendidos e interpretados a partir de registros documentais oficiais primários, sobretudo por meio das atas disponibilizadas pela Comissão e pelos textos dos diversos entendimentos originados a partir de seu funcionamento. A utilização de fontes primárias é uma marca desta pesquisa e advém do escasso número de trabalhos que versam especificamente sobre a COSBAN, o que provoca a carência de dados relativos ao mecanismo disponibilizados a partir de pesquisas acadêmicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A principal finalidade deste trabalho é versar acerca da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) e a atuação de tal mecanismo na promoção da cooperação bilateral entre o Brasil e a China. Entretanto, a fim de compreender como a Comissão contribui para o desenvolvimento da relação sino-brasileira, é antes necessário entender de que forma se deu e sobre quais bases se desenvolveu o relacionamento entre o Brasil e a China.

Para tanto, este capítulo se destina a pormenorizar a historicidade da ligação entre os dois países, utilizando para tanto uma vasta revisão bibliográfica acerca da Política Externa Brasileira (PEB) e da evolução da relação entre o Brasil e a China. Nesse sentido, o referencial teórico abarca o período eminentemente anterior a 1974, abarcado a década de 1960, e se estende até o ano de 2004, quando foi lançada a COSBAN.

2.1 O HISTÓRICO DA RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-CHINA

Atualmente, o debate acerca da relação bilateral entre o Brasil e a China é algo recorrente na literatura de Política Externa Brasileira. Trabalhos referenciais, como Becard (2011), Becard e Silva (2017), Acioly et al (2011) e Oliveira (2004), versam acerca desta temática e ressaltam a importância de se entender a dimensão desse relacionamento. Isso, entretanto, pode ser considerado uma novidade se levarmos em consideração a conjuntura existente quatro ou cinco décadas atrás, quando tanto o contato como entre os dois países como o número de pesquisas destinadas ao seu exame eram escassos, bem como, vale ressaltar, não existiam acordos e mecanismos que conferissem formalidade ao contato sino-brasileiro.

As mudanças pelas quais passaram as sociedades brasileira e chinesa no decorrer dos últimos anos ajudam a entender as modificações na inserção internacional desses dois países. Ambas nações passaram por transformações nos mais variados segmentos sociais, como o político, o econômico e o social em questão de anos. O que se assistiu internamente nos dois países foi a diminuição da pobreza entre a sua população; o emprego de programas de vasto alcance social por parte dos governos, tais como os de distribuição de renda e habitação; e a apresentação de períodos de sólido crescimento econômico e maturidade de suas respectivas economias. As evoluções internas apresentadas pelo Brasil e pela China influenciaram diretamente para a inserção econômica de ambos nas cadeias globais de valor e também para

a participação em variados mecanismos multilaterais, contribuindo para ampliação da atuação dos países enquanto nações em desenvolvimento no sistema internacional (CONTI e BLIKSTAD, 2017; TEIXEIRA e PINTO, 2012).

Datando da década de 1970, o estabelecimento do contato sólido entre o Brasil e a China é algo recente se comparado com o contato formal existente entre o Brasil e outros países, tais como a Argentina, os Estados Unidos e a Inglaterra. Entretanto, durante os quase cinquenta anos de relacionamento formal, a relação sino-brasileira passou por processos ora de convergência e ora de atrito até alcançar a maturidade durante os anos 2000. Afinal, o contato esteve e está sujeito às mudanças nas respectivas conjunturas internas dos países, a seus respectivos governos e regimes políticos, bem como também às mudanças que ocorreram no cenário internacional com o passar do tempo (BECARD, 2011). Nesse viés, cabe aqui discorrer acerca das diferentes etapas pelas quais passou a relação sino-brasileira, analisando o seu desenvolvimento ao longo dos diferentes governos que comandaram, nos últimos anos, os dois países. Para os fins desta análise, leva-se em consideração tanto o desenvolvimento histórico da relação sino-brasileira, especialmente a partir da ótica da política externa brasileira, como também as trajetórias percorridas pelas diplomacias de ambos os países.

2.1.1 O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

O estabelecimento oficial das relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China se deu em 1974. Nesse período, o Brasil vivia sob a Ditadura Militar e tinha como presidente o general Ernesto Geisel (1974-1979), já a China tinha como presidente interino Dong Biwu (1972-1975). Entretanto, como destacado por Pinheiro (1993), o início de um diálogo mais próximo entre os países, que posteriormente resultou no reconhecimento político, ocorreu dez anos antes, quando o Brasil foi liderado pelos presidentes Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). Tanto Jânio como Jango - maneira como João Goulart era costumeiramente chamado - empregaram uma nova versão à política externa brasileira, conhecida como Política Externa Independente (PEI), que deve ser analisada em suas nuances para, assim, compreender os fatores que levaram à aproximação do Brasil com a China.

Indicado à presidência pela União Democrática Nacional (UDN), Jânio Quadros foi eleito presidente do Brasil nas eleições de 1960, tendo como vice-presidente João Goulart. Segundo Cervo e Bueno (2002), Jânio inaugurou uma nova fase da política externa brasileira, que, em meio a Guerra Fria, ficou marcada pelo estabelecimento de relações com países tanto

do bloco socialista como do bloco dos não-alinhados, e também por um maior distanciamento com relação aos Estados Unidos. Essa nova fase das relações internacionais brasileiras representou uma tentativa de romper com a lógica de subserviência aos norte-americanos e buscou construir uma nova inserção internacional para o país, ultrapassando a dicotomia entre hemisférios. Em texto publicado no ano de 1961, Jânio defendeu que:

“It is undeniable that we have other points in common with Latin America in particular, and with the recently emancipated peoples of Asia and Africa, which cannot be ignored since they lie at the root of the readjustment of our policy, and on them converge many of the main lines of the development of Brazilian civilization.”
(QUADROS, 1961, p. 21)

Ao analisar a PEI e a consequente aproximação do Brasil com países do leste europeu também os que compunham o “terceiro mundo”³, Visentini (1994) defende que essa nova inserção internacional inaugurada por Jânio pode ser entendida a partir de cinco premissas básicas. Primeiro, houve a tentativa de se buscar nos países supracitados novos mercados para os produtos brasileiros, tanto os primários quanto os manufaturados. Segundo, buscou-se elaborar de forma autônoma os planos de desenvolvimento econômico, bem como adequar a prestação e aceitação de ajuda financeira internacional aos moldes dessa nova perspectiva. Terceiro, o Brasil passou a enfatizar a coexistência pacífica em meio a um mundo polarizado e dividido por duas ideologias antagônicas, reforçando os esforços em prol da paz e do desarmamento geral. Quarto, reforçaram-se as ideias de soberania e não-intervenção estrangeira nas questões internas dos países, bem como a noção de autodeterminação dos povos. Por fim, o Brasil apoiou a independência de territórios não-autônomos de suas respectivas metrópoles.

Foi em meio a esse contexto de aproximação com países socialistas que o Brasil ensaiou os primeiros contatos formais com a China. Para Becard (2011), o período da década de 1960 compreende a principal etapa da “fase embrionária” da relação sino-brasileira. Nesse tempo, o estreitamento da conexão entre o Brasil e China simbolizou a superação dos desacordos ideológicos, garantindo à política externa a predominância do pragmatismo político. Ainda segundo a autora, o ponto alto dessa fase inicial ocorreu em agosto de 1961, quando o então vice-presidente João Goulart visitou a China. Em missão comercial e diplomática, Jango foi o primeiro governante brasileiro a realizar uma visita oficial ao país

³ Como Visentini (2015) reforça, a expressão “terceiro mundo” foi um conceito que possuiu consistência teórica e operacional descritiva durante a Guerra Fria. Nesse sentido, a expressão foi criada pelo demógrafo francês Alfred Sauvy, em 1952, fazendo referência ao Terceiro Estado, o estrato mais pobre durante a Revolução Francesa. Desse modo, de maneira resumida, o primeiro mundo seriam os países capitalistas avançados, o segundo seriam os países soviéticos e o terceiro os países da periferia do sistema internacional.

asiático, em uma clara representação da política de incentivo para estabelecer novas relações internacionais para o Brasil.

No entanto, apesar dos primeiros ensaios para a aproximação sino-brasileira terem ocorrido nos anos de 1960, apenas em 1974, durante a presidência de Ernesto Geisel, veio a formalização da relação bilateral entre o Brasil e a China. Nesse período, o Brasil já havia tido como presidentes nomes militares conhecidos, dentre os quais os generais Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974). Em meio a conjuntura ditatorial, os diferentes presidentes recorreram ao emprego de distintas dinâmicas políticas, sociais e culturais no país, que acabaram impactando na formulação da política externa do Brasil ao longo do regime militar.

Na visão de Miyamoto (2013), a política externa brasileira não percorreu uma linearidade ao longo de todo governo militar, muito pelo contrário. Durante as cinco presidências do período, o país adotou diferentes nuances em sua inserção internacional, ainda que alguns elementos semelhantes fossem compartilhados por todos os governos, tais como a defesa da soberania nacional e o anseio pelo desenvolvimento do país. Utilizando de diferentes teorias e rotulações, as políticas externas empregadas pelos diferentes presidentes do período ditatorial podem ser caracterizadas como a política externa dos círculos concêntricos, durante a gestão Castelo Branco; a diplomacia da prosperidade, do governo Costa e Silva; a diplomacia do interesse nacional, durante o Governo Médici; o pragmatismo responsável, durante o governo Geisel; e, por fim, a política externa universalista, empregada por Figueiredo (VISENTINI, 2003).

Brevemente, a fim de entender como o pragmatismo responsável de Geisel levou ao reconhecimento formal da relação Brasil-China, cabe, antes, uma rápida abordagem acerca das políticas externas empreendidas por seus antecessores. Primeiro governo do período ditatorial, o governo Castelo Branco rompeu com a lógica até então vigente que norteava a PEI. Influenciado pelas ideias defendidas pela Escola Superior de Guerra, o governo do general definiu claramente a segurança e o desenvolvimento como eixos norteadores de sua política (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993). Segundo Visentini (2004), as diretrizes que baseavam a política externa de Castelo Branco estavam assentadas sobre o reforço da divisão hemisférica entre ocidente e oriente, com o Brasil voltado aos Estados Unidos; sobre a abertura e favorecimento para a entrada de capital estrangeiro no mercado brasileiro; e, também, na preferência pelas relações bilaterais. Desse modo, o Brasil reajustou sua inserção internacional, retornando, assim, o alinhamento aos norte-americanos, como já havia ocorrido durante o governo de Eurico Dutra (1946-1950). Decorrente dessa nova realidade, as relações

nutridas entre o Brasil e a China até então foram abaladas. Sob o pretexto de discriminação, embate ideológico e aversão ao discurso e à ideia do comunismo revolucionário, o Brasil rompeu de imediato as relações com o país asiático (BECARD, 2011).

Caracterizando a política externa do marechal Costa e Silva, que chegou ao poder em 1967, e tinha como representante o chanceler Magalhães Pinto, como a “diplomacia da prosperidade”, Visentini (2004) defende que a inserção internacional promovida pelo novo governo representou uma profunda ruptura com relação ao anterior. Na visão de Gonçalves e Miyamoto (1993), a política externa empregada pelo referido governo se assemelhava muito com a PEI, haja vista que trazia novamente o enfoque sobre o desenvolvimento. Nesse ínterim, abandonou-se o condicionamento entre o desenvolvimento e a segurança coletiva, enfatizando a segurança como uma consequência do desenvolvimento nacional. Ademais, voltou à cena a dicotomia norte-sul em substituição ao antagonismo hemisférico, ressaltando que o Brasil compunha o terceiro mundo. Ainda com relação ao segundo governo militar, Visentini (2004) reforça algumas marcas da política externa de Costa e Silva:

“Na América Latina, o Itamaraty [...] propôs a integração regional “horizontal” e a cooperação no campo nuclear, além de buscar relacionar-se com a hispanoamérica através da Cecla (Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana) e não da OEA (Organização dos Estados Americanos), dentro de um enfoque que se afastava no pan-americanismo e buscava o latino-americanismo. Tal política agravou as relações com os Estados Unidos, que passaram a criticar Costa e Silva e a estabelecer novas alianças e estratégias para recolocar o Brasil no rumo traçado pelo movimento de 1964” (VISENTINI, 2004, p. 78).

Por sua vez, durante o governo Médici, iniciado em 1969, estreou, na análise de Visentini (2004), a chamada “diplomacia do interesse nacional”, encabeçada pelo chanceler Mário Gibson Barboza. Ainda segundo o autor, essa nova abordagem de política externa se caracterizava da seguinte forma:

“A solidariedade terceiro-mundista foi abandonada, bem como o discurso politizado (que deu lugar ao pragmatismo), a estratégia multilateral cedeu terreno ao bilateralismo e à via solitária, e as áreas de atrito com os EUA receberam maior atenção, estabelecendo-se um relacionamento satisfatório. Estabeleceu-se, todavia, uma espécie de divisão de trabalho entre o multilateralismo e o bilateralismo, na medida em que o primeiro era voltado às questões ligadas à ordem política econômica mundial, onde o Brasil exercia uma diplomacia geralmente contestatória e geralmente voltado às questões gerais, que o país não possuía condições de enfrentar isoladamente. Já o bilateralismo, dizia respeito aos interesses materiais do país” (VISENTINI, 2004, p. 137).

Versando também acerca das relações internacionais brasileiras durante o governo Médici, o sociólogo Carlos Estevam Martins destaca que à época passou-se a se distinguir

nitidamente a política externa brasileira da “política internacional brasileira”. Nesse ínterim, a primeira fazia referência ao nível do Direito Internacional, nos quais estavam e continuam previstas as noções de soberania nacional, solução pacífica de conflitos, igualdade entre as nações, autodeterminação dos povos, não intervenção e outros mais. Quanto à segunda, a ideia era que a política internacional tratasse acerca da inserção internacional do país, determinando a maneira como o Brasil agiria frente às mudanças que porventura ocorressem no cenário internacional. Para tanto, deveriam ser levados em consideração os preceitos da racionalidade, do cálculo dos custos e benefícios das decisões a serem tomadas ou até mesmo das omissões com vistas a incrementar o poderio da nação (MARTINS, 1975).

Se a política externa empreendida por Médici restaurou o pragmatismo nas relações internacionais do Brasil, durante o governo Geisel isso foi ainda mais intensificado. Uma série de questões internas e externas resultou em modificações mais profundas direcionadas ao pragmatismo no seio da política externa brasileira. Dentre essas, destacam-se o fim do “milagre brasileiro”⁴ e a acentuação da crise econômica do país, caracterizada pela hiperinflação, aumento da desigualdade social, deterioração dos termos de troca e o endividamento externo. Desse modo, como destaca Ricupero (2017), a diplomacia do “pragmatismo responsável”, como se cunhou a ação diplomática do Brasil à época, foi responsável por reforçar a distensão que já vinha ocorrendo no regime militar. Desse modo, a nova política internacional serviu como meio de perseguição dos interesses do nosso comércio exterior, atuando na busca por novos mercados, suprimento de matérias-primas e na busca por tecnologia mais avançada.

No cenário internacional, questões como a aproximação entre os Estados Unidos e a China, que indicavam o prelúdio da queda da União Soviética, chamaram a atenção. Além do mais, como apontam Gonçalves e Miyamoto (1993), alguns eventos à época indicavam que a estabilidade alcançada pelo diálogo entre as duas superpotências, especialmente após o episódio que ficou conhecido como a “Crise dos Mísseis”, ainda em 1962, estava em vias de deteriorar. Ainda segundo os autores, acontecimentos como os Acordos de Paz de Paris, do início de 1973, e a Guerra do Yom Kippur, de outubro do mesmo ano representaram:

“[...] o declínio relativo do poder imperial norte-americano, fruto da fracassada tentativa de impor sua ordem no Vietnã [...] [e] projetou os interesses comuns ao

⁴ Entre 1968 e 1973, em meio aos governos de Costa e Silva e Médici, bem como a adoção do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a economia brasileira apresentou um grande ritmo de crescimento. Vários fatores contribuíram para a consolidação desse período que ficou conhecido como milagre econômico ou milagre brasileiro. Dentre os quais o uso da capacidade produtiva nacional ociosa e a injeção de grande volume de investimento estrangeiro na economia nacional são destaques.

Terceiro Mundo no âmago do sistema internacional, [...] cuja formação iniciara-se em Bandung e completara-se com a descolonização africana e com a formação do Grupo dos 77” (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993, p. 230).

Levando em consideração a conjuntura internacional descrita e os limites internos da economia, o pragmatismo responsável adotado pela gestão Geisel passou a buscar a ampliação da inserção internacional do Brasil. Destarte, alguns passos dados pela diplomacia brasileira devem ser ressaltados para entender o novo caminho trilhado pela política internacional do país. Segundo Visentini (2004), a primeira iniciativa foi a de se aproximar dos países árabes, atores imprescindíveis em meio a conjuntura dos Choques do Petróleo, através de medidas como a abertura do escritório da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em Brasília. Além do mais, o Itamaraty apoiou, no âmbito das Nações Unidas, o voto anti-sionista, bem como investiu no comércio de produtos primários, manufaturados e serviços em troca do petróleo. De outro lado, com relação aos países socialistas, houve um crescimento de parceiros comerciais e, conseqüentemente, do fluxo comercial. Entretanto, para o autor, o que merece destaque com relação aos países asiáticos é o estabelecimento formal de laços diplomáticos com um ator específico: a China.

Em meio ao contexto do pragmatismo responsável encabeçado pelo então chanceler Azeredo da Silveira, ocorreu o estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a China. Nesse período, como já destacado, o Brasil buscava uma nova inserção internacional, distanciando-se da órbita norte-americana e galgando um posicionamento mais alinhado ao terceiro mundo. Na visão de Oliveira e Pitt (2011), a aproximação entre os dois países decorreu, majoritariamente, das circunstâncias internacionais e das transformações pelas quais passou o sistema internacional à época. Entretanto, grande influência adveio também das circunstâncias internas de ambas as nações, em especial, conforme argumentam os autores, da mudança pela qual passou a política doméstica do Brasil com os governos militares. Isso porque o rompimento dos laços, em 1964, adveio de decisões da ditadura brasileira, que, ao apelar para o extremismo ideológico, impediu o prosseguimento e a reaproximação das relações com a China.

Para além do objetivo brasileiro de utilizar sua nova política pragmática, circunstâncias internas da China possibilitaram que os dois países voltassem a se conectar. Conforme defende Becard (2011):

“Por um lado, a China diminuiu seu apoio aos movimentos revolucionários na América Latina (considerados inaceitáveis pelo regime militar brasileiro) e buscou desenvolver uma diplomacia estratégica de governo a governo - prometendo

respeitar o princípio de não-intervenção em assuntos internos (também adotado pela diplomacia brasileira). Interessava à China encerrar o isolamento de Pequim no sistema internacional, aumentar sua legitimidade internacional e angariar apoio e reconhecimento, inclusive perante as atitudes independentistas de Taiwan” (BECARD, 2011, p. 32).

Desse modo, é perceptível que o restabelecimento oficial da relação sino-brasileira em 1974 representou uma conciliação de interesses de ambos os países, especialmente os econômicos. De um lado, o Brasil transformou a sua política externa submissa aos Estados Unidos em uma política universalista, que perseguia, sobretudo, interesses econômicos através da aproximação e do reconhecimento por parte dos países da periferia global. Já a China também viu a influência ideológica perder espaço na formulação de sua política, que passou não mais a pautar-se somente nos preceitos de defesa e segurança nacional, mas especialmente na noção de desenvolvimento nacional. Desse modo, ao ser firmada, a relação sino-brasileira demonstrou que ambos os países, apesar de apresentarem conjunturas políticas e ideológicas distintas internamente, possuíam semelhanças em concepções de suas respectivas políticas externas, como a defesa da soberania nacional, da autonomia e da não-intervenção, o que corroborou para o início de um diálogo frutífero entre os países a partir de então (OLIVEIRA, 2004).

2.1.2 A PARCERIA ESTRATÉGICA

Como visto, em um período de 10 anos, do golpe militar deflagrado em 1964, até o estabelecimento dos laços políticos, em 1974, a relação bilateral Brasil-China passou por um hiato diplomático oriundo de antagonismos políticos e ideológicos em um mundo já polarizado pela Guerra Fria. Entretanto, uma série de transformações nas conjunturas internas de cada país, bem como no cenário internacional levaram ao reencontro entre as nações sul-americana e asiática. A partir do governo de Ernesto Geisel, com a adoção do pragmatismo político na política externa, o estabelecimento de relações cooperativas do Brasil com a China tornou-se possível.

Nesse sentido, vale ressaltar que apesar das mudanças ocorridas e das semelhanças existentes tanto no posicionamento quanto nos interesses políticos, o desenvolvimento da relação sino-brasileira no decorrer dos anos seguintes foi lento. Conforme lembra Becard (2011), a vagariedade decorria de alguns aspectos, especialmente do fato de tanto o Brasil quanto a China não possuírem à época recursos suficientes para destinar ao financiamento de

iniciativas internacionais, especialmente relacionadas à cooperação com países em desenvolvimento. Além do mais, o alcance e a manutenção de um nível de diálogo frequente era dificultado por questões como a distância física e as diferenças culturais entre as duas sociedades. Entretanto, apesar da lentidão em se desenvolver a relação sino-brasileira, já em 1978 o Brasil firmou com a China o primeiro acordo comercial, sendo um marco e o prelúdio do quanto a relação bilateral veio a se desenvolver nos anos que se seguiram.

Com relação às relações internacionais do Brasil durante os anos de 1980, os professores Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2002) defendem que a política externa brasileira passou por uma fase de crise e contradições. Isso porque apesar de se prosseguir com a defesa do desenvolvimentismo, do universalismo e da independência, alguns fatores atuaram como empecilho para o prosseguimento do paradigma da nossa política internacional. Assim, na visão dos autores foram entraves:

“[...] em primeiro lugar, políticas econômicas internas marcadas por elevado grau de instabilidade contiveram o ritmo de crescimento, comprometeram a credibilidade dos governos e minaram as expectativas sociais diante do Estado; em segundo lugar, a decisão da área econômica em conduzir por si as negociações da dívida externa, de acordo com a imposição dos credores, de forma permanente, contabilista, empírica e despolitizada, sem articulação com o Congresso e a Chancelaria. A esses novos elementos negativos internos somou-se o acréscimo de dificuldades produzido pelos países industrializados, no período, diante das demandas do Terceiro Mundo” (CERVO e BUENO, 2002, p. 457).

No mesmo íterim, Ricupero (2017), ao analisar o período democrático brasileiro e a política externa empregada, defende que a primeira fase da Nova República, que vai de 1985 a 1995, enfrentou alguns problemas. Na visão do autor, no plano interno foi necessário lidar com a morte de Tancredo Neves e o abalo causado por tal, garantir a consolidação da democracia após um considerável período de ditadura e tentar livrar o Brasil da herança de dívidas e hiperinflação oriundas da política econômica empregada pelo antigo regime. No plano externo, por sua vez, estava em vigor ainda a bipolarização e a divisão do mundo, mas com alguns sinais de mudanças.

À época, a divisão ideológica passou, por uma “suavização”, em boa parte decorrente da retomada econômica e do crescimento mundial, inclusive de países outrora derrotados pelas guerras. Nesse cenário, a China acabou por se distanciar de Moscou e, conseqüentemente, diminuiu a interação dentro do chamado “Bloco Sino-Soviético”, passando a desenvolver e afirmar sua atuação independente na seara internacional. As mudanças pelas quais passou o país asiático e, conseqüentemente, sua inserção internacional, em muito são explicadas pelas modificações internas que ocorreram na sociedade chinesa.

Isso perpassa, entre outras coisas, pelo fim do governo de Mao Tse-Tung, em 1976, e início da liderança de Deng Xiaoping, que perdurou até 1997.

A troca de lideranças resultou na reformulação política da China, que refletiu no fim do isolacionismo chinês no cenário internacional e o retorno da China enquanto ator ativo nos grandes debates postos em nível mundial. Além do mais, as chamadas “Quatro Modernizações”, empregadas pelo governo Xiaoping, resultaram em mudanças consistentes nas vertentes da ciência e tecnologia, indústria e agricultura, representando o novo aspecto da economia chinesa comprometida com o desenvolvimento e a segurança nacional. Como destaca Becard (2008), as reformas empregadas pelo novo governo resultaram na criação de quatro vetores de força: o pragmatismo político, o autoritarismo flexível, o crescimento econômico aliado à distribuição de renda e a interdependência internacional.

Foi justamente em meio às modificações pelas quais passaram tanto o Brasil quanto a China nos anos de 1980, que a relação entre os dois países atingiu novos patamares, indicando uma maior convergência de interesses de ambos os atores. A partir de então, foi perceptível o compartilhamento de princípios de política externa entre as duas nações, que passaram a pautar sua inserção internacional nos preceitos de soberania, autonomia e não-interferência de outros atores. Nesse viés, Oliveira (2010) ressalta que, a partir de então, a China e o Brasil, ao se reconhecerem como países em desenvolvimento, passaram a colaborar mais intensivamente nas áreas políticas, buscando, entre outras coisas, a reforma no seio de órgãos multilaterais dominados pelas grandes potências.

Conforme relembra Becard (2011), foi a partir da segunda metade da década de 1980 que a relação sino-brasileira sinalizou o objetivo de ser uma alternativa, para ambos os atores, de suas respectivas ligações com os países desenvolvidos. Foi justamente em meio a tal contexto que, em 1988, ocorreu o lançamento do programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), que tinha por objetivo construir e lançar ao espaço satélites de monitoramento terrestre. Tal iniciativa foi, à época, um projeto pioneiro envolvendo países em desenvolvimento na área da alta tecnologia e, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Brasil (INPE), representou um ineditismo no setor técnico-científico espacial⁵. Fruto de parceria entre o INPE, a Agência Espacial Brasileira (AEB), da Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST) e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CNSA), foi a partir desse programa que o Brasil conseguiu conquistar seu espaço entre o pequeno grupo de

⁵ Para mais informações sobre o programa CBERS, o INPE disponibiliza em seu site uma página voltada à expor a história e o desenvolvimento do programa: <http://www.cbbers.inpe.br/sobre/historia.php>.

países que detêm tecnologia para a geração e análise de dados primários de sensoriamento remoto (BRASIL, 2018).

Apesar dos avanços apresentados durante os anos de 1980, uma contradição era notável nas relações sino-brasileiras, visto que existia um amplo e sólido laço político-diplomático, mas persistia ainda uma escassa e reduzida cooperação econômica, comercial e tecnológica. Com relação ao comércio, por exemplo, as trocas cresceram lentamente ao longo dos anos e só atingiram um patamar de rápido crescimento no início da década de 1990. Conforme aborda Villela (2004), o valor total das trocas comerciais entre a China e o Brasil em 1974, ano do reconhecimento diplomático, somava pouco mais de US\$ 17 milhões, chegando, em 1979, à quantia de mais de US\$ 216 milhões. Além do mais, avalia o autor o salto apresentado no valor das trocas levando em consideração a passagem dos anos de 1980 para os de 1990, especialmente a partir do governo Itamar Franco, quando a média passou de pouco mais de US\$ 750 milhões por ano para mais de US\$ 1,4 bilhão. Já quanto à ciência e tecnologia, para além do programa CBERS, que só lançou o primeiro satélite ao espaço apenas em 1999, outras iniciativas se viram impedidas de serem realizadas devido à falta de investimento.

A chegada da década de 1990 trouxe consigo diversas mudanças na seara internacional que transformaram as relações internacionais. Dentre outras coisas, vale destacar a queda do socialismo e a desintegração da União Soviética (1991), o triunfo do neoliberalismo e seu apelo à economia liberal de mercado, como também a supremacia conquistada pelos Estados Unidos, tanto econômica como militarmente. Além do mais, chegou ao fim a década de 1980, também conhecida como a “década perdida”⁶ para o Brasil, momento marcado pela crise econômica interna, o endividamento externo do país, hiperinflação e a estagnação econômica.

Influenciado pela nova geometria internacional, o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) seguiu o receituário neoliberal e adaptou as linhas de atuação da política externa brasileira, passando a moldar a inserção internacional do país a partir da conjuntura de um mundo globalizado. Nesse viés, destaca Becard (2008), Collor rompeu com a lógica desenvolvimentista, que baseava a política internacional do Brasil até então, passando a adotar uma postura de subserviência à lógica neoliberal preconizada pelo Consenso de

⁶ Expressão utilizada por economistas ligados à Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) para se referir à grandiosa desaceleração do crescimento econômico na região latino-americana durante os anos de 1980. Vários elementos levaram ao quadro de desaceleração, como os choques do petróleo a partir da década de 1970; o endividamento externo, que atingiu diversos países da região a exemplo do Brasil; a redução nos fluxos de investimento estrangeiro; e a deterioração dos termos de trocas.

Washington e, consequentemente, vassala aos Estados Unidos. Dessa forma, o Brasil passou a priorizar relações com os países de economia já consolidada, reativando a sua agenda junto aos países desenvolvidos, o que, por consequência, relegou a um segundo plano as relações com os países em desenvolvimento, a exemplo da China.

Diferentemente, Ricupero (2017), defende que não houve rupturas graves quando se compara a política internacional adotada por Collor com seus antecessores. Na visão do autor, da qual compartilha com Casarões (2014), não houve um alinhamento completo aos Estados Unidos, apesar da adoção radical dos preceitos neoliberais, e, consequentemente, não houve um distanciamento das políticas externas empregadas anteriormente. Essa defesa advém, segundo os autores, do fato de que tanto Collor como os que lhe antecederam mantiveram a perseguição do objetivo de conquistar a autonomia. Entretanto, o que houve foi uma mudança na forma como a autonomia passou a ser perseguida, utilizando, a partir de então, da modernização como o caminho para a consecução dessa meta.

Ao pautar a política externa pela convergência com o neoliberalismo e com o mundo desenvolvido, o governo Collor pretendia reconquistar, através do alinhamento de pautas econômicas e sociais, a credibilidade brasileira. Apesar das modificações implementadas pelo governo do então presidente terem representado uma alteração nos métodos adotados pela política externa brasileira, os anos que se seguiram demonstraram um retorno fortuito às bases desenvolvimentistas.

Nesse viés, o governo Itamar Franco (1993-1995) elencou a Ásia como uma zona de prioridades para angariar apoio e firmar parcerias, haja vista o potencial de países da região como compradores dos produtos brasileiros, sobretudo os primários, e como provedores de conhecimento tecnológico e científico. Na análise de Oliveira (2004), a aproximação do Brasil com os países em desenvolvimento reflete um interesse duplo, qual seja tanto de explorar novas parcerias com alto nível de complementaridade, como também de se beneficiar das similaridades dos interesses políticos.

De modo específico, o governo Itamar Franco foi responsável por realizar um reordenamento da política externa brasileira, tendo sido esse processo iniciado ainda na gestão Collor com a chefia de Celso Lafer na chancelaria, mas concretizado por Celso Amorim. Desse modo, o que se assistiu foi a retomada do desenvolvimentismo como força propulsora da política internacional do Brasil, que passou a utilizar, a partir de então, do multilateralismo, do universalismo e da defesa da autonomia como base da formulação da política externa. Nesse cenário, Becard (2011) destaca que o governo de Itamar priorizou a relação do Brasil

com um país específico que apresentava grande potencial para desenvolver acordos de cooperação: a China. Assim, elenca a autora:

“A partir de 1993, o governo Itamar Franco tratou de imprimir um novo ímpeto ao relacionamento com a China, seja no plano bilateral, a exemplo do interesse em dar continuidade ao projeto de construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto, superadas as dificuldades financeiras mais sérias; seja no multilateral, com vistas, em particular, à coordenação de esforços em prol da reestruturação da Organização das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança” (BECARD, 2011, p. 34)

Vale ressaltar que ainda em 1992, quando ocorreu a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro, também conhecida como Eco-92, o Brasil e a China demonstraram a existência de convergência política quanto ao posicionamento internacional. Ao se reunirem para discutir questões importantes de mudanças climáticas e preservação do meio ambiente, os interesses de países desenvolvidos e em desenvolvimento foram conflitantes. Isso porque o impacto causado na natureza por esses países ocorre de maneira diferente e, conseqüentemente, os esforços em prol das questões climáticas tendem a ser mais custosos para os desenvolvidos, aumentando, assim, suas obrigações. Desse modo, como destaca Shang (2003), o debate ambiental irradiou para outras áreas, como a política, econômica, social e cultural, fazendo com que países como o Brasil e a China se dispusessem a tomar medidas em prol do meio ambiente, mas cujas obrigações propostas durante o encontro eram discrepantes com o nível de desenvolvimento de suas economias. Ainda segundo o autor, ficou clara a posição dos países em desenvolvimento na defesa de que os países desenvolvidos deveriam ter mais obrigações com relação à proteção ambiental, bem como se opuseram à “diplomacia ambiental”, ou seja, à tentativa das economias consolidadas de interferirem nas discussões ambientais internas das economias em desenvolvimento.

Assim, é possível inferir que desde 1993, quando foi estabelecida a cooperação espacial entre a China e o Brasil, a relação sino-brasileira alcançou um novo nível de confluência. No entanto, os esforços para adensar ainda mais o contato bilateral não cessaram, sendo a relação ainda mais fortalecida a partir de 1994, quando o comércio entre os países voltou a registrar um crescimento expressivo. Como disponibiliza Villela (2004), o valor total do comércio bilateral passou de pouco mais de US\$ 500 milhões em 1992, para mais de US\$ 1 bilhão em 1993 e atingiu, em 1994, a quantia de mais de US\$ 1,2 bilhão. A partir da aproximação político-diplomática, comercial e científica, os governos dos dois países passaram a reconhecer a parceria entre a China e o Brasil como estratégica.

Ainda em 1993, o Brasil recebeu a visita de autoridades chinesas como o ex-presidente Jiang Zemin, o ex-primeiro-ministro Li Peng. Em sua visita, Jiang Zemin lançou a “Proposta de Quatro Pontos para Promover a Cooperação Amigável Sino-Brasileira”, que, conforme abordado por Shang (2003), previa:

“[...] primeiro, continuar avançando com o desenvolvimento das relações comerciais bilaterais com vistas a promover a mútua prosperidade e dar exemplo de cooperação Sul-Sul; segundo, fortalecer a comunicação entre nossos povos e estabelecer vários intercâmbios e cooperações nos campos culturais, educacionais, acadêmicos e esportivos; terceiro, continuar as consultas estreitas entre si nas organizações internacionais e sobre assuntos internacionais, para aumentar a coordenação, para apoiarmos um ao outro, para salvaguardar conjuntamente os interesses dos países em desenvolvimento, para contribuir para o estabelecimento de uma nova ordem política mundial baseada na paz, estabilidade, justiça e imparcialidade; e por último, aumentar o contato direto e o diálogo entre as autoridades de ambos os países para utilizar ao máximo os mecanismos de consulta políticos bilaterais, para expandir o intercâmbio amigável em todos os níveis e campos, para aumentar o entendimento e a confiança mútua, para construir uma relação bilateral estável e de longo prazo com benefícios mútuos” (SHANG, 2003, p. 297).

Desse modo, a chamada “Parceria Estratégica”, que passou a simbolizar a relação sino-brasileira, foi uma expressão cunhada durante a visita ao Brasil de outra importante autoridade chinesa, o então vice-ministro Zhu Rongji. O lançamento da parceria, por sua vez, representou, à época, a elevação da relação entre os dois países a um novo estágio, que traria, conseqüentemente, novas oportunidades tanto para chineses quanto para brasileiros. Segundo Gonçalves e Brito (2011), em um cenário internacional no qual a bipolaridade ocasionada pela Guerra Fria chegou ao fim, a parceria representou para o Brasil a possibilidade de firmar novas parcerias para além dos Estados Unidos e de sua zona de influência, bem como da Europa. Já para a China, foi uma oportunidade de adentrar na América Latina, região com grande potencialidade para se firmar novas parcerias políticas, econômicas e comerciais.

Nesse ínterim, a fim de compreender a importância de se estabelecer uma Parceria Estratégica, vale ressaltar que a China adota em sua diplomacia diferentes níveis de relações diplomáticas com os outros países. Segundo Su Hao (2009), esses distintos níveis dizem respeito a diferentes estágios de profundidade das relações diplomáticas chinesas e podem ser divididos em quatro: relação cooperativa amigável, amizade e cooperação, relações de parceria abrangentes e, por fim, a Parceria Estratégica. Conforme o autor aborda, esse último nível de profundidade diplomática é o mais significativo dentro do escopo das relações exteriores chinesa no pós Guerra Fria. Ademais, a primeira Parceria Estratégica firmada pela China foi justamente a acertada com o Brasil em 1993, apesar de parcerias do mesmo nível

terem sido firmadas posteriormente entre os chineses e outros países, como com a Rússia, Reino Unido, França, Alemanha e outros.

Como sendo um grau avançado de diálogo diplomático, a Parceria Estratégica, tende a seguir certos parâmetros para ser caracterizada de tal maneira. Assim, ainda na análise de Su Hao (2009), a parceria é caracterizada por: nunca haver tratamento hostil entre os atores, sendo essa a premissa básica para a constituição de uma parceria; compartilhar os fundamentos básicos; ter o desejo de cooperar com vistas aos interesses comuns; e, por fim, adotar medidas práticas para desenvolver e fortalecer a ligação entre os países. Destarte, é válido ressaltar que a Parceria Estratégica foi um instrumento utilizado pelo Brasil e pela China com vistas a intensificar o diálogo e diminuir as assimetrias mundiais através da cooperação estabelecida entre dois países. Nesse ínterim, o relacionamento entre as duas nações passou a ser pautado a partir de três áreas específicas de cooperação: tecnológica, comercial e política. Assim, buscou-se superar a dependência tecnológica das grandes potências e pôr fim ao domínio monopólico desses grandes atores sobre as tecnologias mais aprimoradas, bem como conciliar os interesses dos dois países em mecanismos internacionais multilaterais, como as Nações Unidas.

2.1.3 DA MATURAÇÃO DA RELAÇÃO SINO-BRASILEIRA AO ESTABELECIMENTO DA COMISSÃO

Como visto, a partir de 1974 a ação conjunta entre o Brasil e a China passou a ser pautada através do estabelecimento de interesses comuns. Atuando especialmente em prol de mudanças no sistema internacional e de reformas das instituições multilaterais, os dois países superaram os desafios que os separavam, quer seja a diferença de regime político adotado, quer seja a enorme distância física que os separa. Desse modo, tomaram como elementos centrais do relacionamento a defesa da soberania, da autonomia, do universalismo, do pragmatismo e da não-interferência, tópicos basilares da cooperação entre dois países em desenvolvimento.

Foi a partir da segunda metade da década de 1990, com o início do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), que a relação sino-brasileira passou a apresentar um grande aprofundamento, desenvolvendo-se cada vez mais com o decorrer dos anos. Segundo Vigevani et al (2003), a chegada de FHC ao poder trouxe novos rumos para a inserção internacional do Brasil, que passou a adotar uma lógica de participação ativa na elaboração e na condução de normas e regras dentro dos regimes internacionais. Ainda na visão dos

autores, a política externa brasileira empregada por FHC entendia que seria por meio da participação ativa que o país conseguiria alcançar os seus objetivos políticos e, conseqüentemente, garantir o desenvolvimento econômico.

Ao examinar a política internacional do final dos anos de 1990, é perceptível que o sistema internacional passou por uma completa modificação com o fim da Guerra Fria. Assim, o que se viu foi a dissolução do eixo norteador ocidente e oriente, que foi substituído pelas novas questões que emergiram, quer sejam as novas temáticas políticas, econômicas e sociais. Nesse ínterim, Reis da Silva (2012) destaca que o Brasil passou, a partir de então, a dar ênfase em uma agenda emergente, que levou a considerar a Ásia como o novo centro do desenvolvimento econômico mundial, constituindo também um estratégico mercado para ser explorado pelos produtos brasileiros e importante fonte para a cooperação tecnológica. Isso fica ainda mais evidente com a análise do discurso de posse de FHC, em 1995, quando o então presidente destacou que o Brasil iria:

“[...] valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença, tanto política como econômica. Condição que tanto nos permite aprofundar nossa participação nos esquemas de integração regional, partindo do Mercosul, como explorar o dinamismo da Europa unificada, do Nafta, da Ásia do Pacífico. E ainda identificar áreas com potencial novo nas relações internacionais, como a África do Sul pós-apartheid. Sem esquecer das nossas relações tradicionais com a China, a Rússia e a Índia, que por sua dimensão continental enfrentam problemas semelhantes aos nossos no esforço pelo desenvolvimento econômico e social” (CARDOSO e OLIVEIRA, 2010, p. 18-19).

Se por um lado o Brasil, através de sua política externa, passava a dialogar com mais ênfase junto aos países em desenvolvimento, por outro a China também buscava intensificar a sua relação com esses mesmos países. Desse modo, sob a liderança de Jiang Zemin (1993-2003), o gigante asiático estabeleceu alguns parâmetros como metas a serem perseguidas através de sua política internacional. Conforme abordado por Becard (2011), esses objetivos eram os de obter recursos energéticos, matérias-primas para abastecimento do setor manufatureiro chinês e conquistar novos mercados a serem explorados por seus exportadores. Como consequência da ambição chinesa e da abertura brasileira, o final dos anos noventa e, sobretudo, o início dos anos 2000 foram períodos de intenso crescimento das trocas comerciais entre o Brasil e a China.

Ademais, ainda em 1999 o interesse asiático e, conseqüentemente chinês na região latino-americana foi expresso pela institucionalização. Como destaca Oliveira (2004), houve no referido ano o lançamento do Fórum de Cooperação Ásia do Leste-América Latina (FOCALAL), uma iniciativa da parte de Cingapura, mas que contava também com os países

membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), com o Japão, a China e a Coreia do Sul. Por sua vez, o FOCALAL tinha por objetivo solidificar, através da institucionalização, a relação política, diplomática, econômica e cultural entre os países das duas regiões.

Apesar dos significativos avanços no final dos anos de 1990, foi nos anos 2000 que a relação sino-brasileira se fortaleceu e atingiu a maturidade, coincidindo, entre outras coisas, com o apelo e o incremento da multipolaridade na seara internacional. Isso pode ser entendido, sobretudo, a partir da crescente crença de que os Estados Unidos perderia o seu domínio político e militar a médio e longo prazo, o que abriria espaço para a emergência de novos atores e novas potências no sistema de nações. Além do mais, ao alcançar um alto patamar de convergência, a relação entre os dois países reforçou, da parte da China, o interesse de intensificar as características universalistas da sua política externa, a qual buscava angariar novos mercados para suprir o seu mercado interno com matérias-primas, especialmente recursos energéticos e *commodities*. Desse modo, como reforçam Ramanzini Júnior e Ribeiro (2013), os chineses estavam dispostos a estreitar os laços com o Brasil a fim de explorar a complementaridade econômica das duas nações, utilizando, para tanto, do aumento do escopo das áreas de cooperação.

Dessa maneira, o que se nota é que a virada do milênio inaugurou uma nova etapa das relações bilaterais. O que se assistiu entre os anos de 2000 e 2003 foi um aumento expressivo na quantia total relacionada ao comércio entre os dois países, que passou de pouco mais de R\$ 2,3 bilhões para mais de R\$ 6,6 bilhões, ou seja, o valor quase triplicou em questão de poucos anos (VILLELA, 2004). Esse crescimento vertiginoso do fluxo comercial pode ser explicado, entre outras coisas, pela maturidade da moeda brasileira após o Plano Real, que levou ao fim da paridade com o dólar norte-americano, como também pela superação da crise financeira asiática, que assolou os países da região durante o fim dos anos de 1990. Para além do fluxo comercial, outro fluxo que cresceu expressivamente foi o de investimentos, sendo o Brasil o principal destino dos investimentos chineses na América do Sul. A preponderância de investimentos chineses no Brasil e não o contrário é explicada, sobretudo, pela agressiva estratégia de internacionalização das empresas chinesas apoiadas pelo governo a partir dos anos 2000, algo que não ocorreu partindo do governo brasileiro (HIRATUKA e SARTI, 2016).

Segundo Becard (2011), o interesse chinês em estreitar os laços com o Brasil estaria baseado em objetivos primários, que eram os de:

“[...] i) explorar matérias-primas e recursos energéticos considerados necessários para dar prosseguimento à expansão da economia chinesa; ii) aumentar o lucro dos negócios chineses, seja por meio da venda de produtos com maior valor agregado, seja por meio do fornecimento de empréstimos a brasileiros; iii) garantir a presença chinesa no mercado brasileiro e, por meio deste, no mercado sul-americano, considerado cada vez mais competitivo, restritivo e protegido por altas tarifas de importação; iv) trocar informações na área de ciência e tecnologia e adquirir tecnologias de ponta; v) utilizar a parceria como forma de diversificar os negócios chineses e aumentar o poder de barganha do país no cenário internacional, evitando dependência e assimetrias frente a outros parceiros” (BECARD, 2011, p. 40).

Ademais, algumas medidas foram representativas para a relação sino-brasileira no início dos anos 2000, especialmente na área econômica. Conforme aborda Oliveira (2004), em 2001 criou-se uma *joint-venture* entre a brasileira Companhia Vale do Rio Doce e a chinesa Baosteel, formando a Baovale. Somado a isso, em 2002, foi firmada a parceria entre a Embraer e a Aviation Industry Corporation of China (Avic), abrindo portas para a parceria na área aeronáutica entre os países. Destarte, o que se notou foi o esforço em prol de consertar e estreitar a relação entre os dois mercados nacionais, ampliando a presença da China no Brasil e vice-versa.

Assim, o que se nota é que a China, especialmente com a virada do milênio, passou a ganhar destaque na cena internacional. A emergência do país asiático como importante ator nas relações internacionais foi impulsionada, sobretudo, pelo forte crescimento econômico registrado e pelo rápido desenvolvimento de sua industrialização. Conciliando, portanto, as suas necessidades econômicas com a sua reformulação de política externa, a China passou a ter uma atuação cada vez mais ativa no sistema internacional, especialmente ao lado dos países emergentes (BECARD, 2011). Destarte, fica nítida a tentativa chinesa de, através da emergência da força política dos países em desenvolvimento, mitigar a possibilidade de se instaurar um sistema unipolar capitaneado pelos Estados Unidos e se lançar como potência regional.

Para além do interesse chinês de explorar e adentrar no mercado brasileiro, bem como do apelo universalista adotado pela diplomacia da China, outro aspecto ajuda a entender o que levou ao aprofundamento das relações sino-brasileiras no período: a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil. Nesse ínterim, o que diferiu a condução da política internacional pelo governo Lula de seus antecessores foi a superação da dicotomia norte-sul, como também a adoção de uma análise mais cética com relação aos regimes internacionais liderados por potências como os Estados Unidos, o que levou ao distanciamento das formulações políticas de vertente estritamente liberal. Ao promover uma remodelação da

inserção internacional brasileira, Lula buscou construir uma nova identidade nacional, que representasse o Brasil como um importante ator no cenário internacional.

Ao analisarem a política externa brasileira através do prisma da busca pela autonomia, influenciados pelos trabalhos de Gelson Fonseca Júnior, e caracterizarem a sua condução sob a gestão Lula como marcada pela “autonomia pela diversificação”, Vigevani e Cepaluni (2007) chamam atenção para o fato de o Brasil ter se aproximado do chamado “Sul Global” durante o período. As características da forma de autonomia perseguida pelo governo Lula, segundo os professores, eram principalmente a diversificação das relações econômicas, políticas e culturais do Brasil com os países em desenvolvimento. Indo além, os autores destacam quatro desses países com os quais o Brasil passou a estabelecer laços bilaterais mais estreitos: China, Índia, Rússia e África do Sul. A aproximação do Brasil com os países emergentes representou a maturidade do universalismo da política externa brasileira, a qual destinou-se a adensar os laços do regionalismo, a priorizar a cooperação com países emergentes e a fortalecer a influência do país como uma liderança regional no tabuleiro internacional (PINTO e GONÇALVES, 2019).

Durante o discurso de posse do seu primeiro mandato, em 2003, Lula afirmou que a condução da política internacional do Brasil durante o seu governo teria como prioridade a construção de uma América do Sul “politicamente estável, próspera e unida”, tomando como base norteadora a democracia e a justiça social. Entretanto, para além dessa perseguição, que passava pela valorização do Mercado Comum do Sul (Mercosul), outros objetivos deveriam ser levados em consideração na formulação de nossa política externa. Dessa forma, declarou o ex-presidente:

“Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. [...] Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Europeia e os seus Estados-membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras. Visamos não só explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea. A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da Humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada estado” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2003, p. 10-11).

Já durante o governo Lula, algumas metas com relação à China, especialmente econômicas, foram mantidas. Como Becard (2011) destaca, esses objetivos eram: incrementar

o volume e o valor das exportações para o país asiático através da conquista de novos mercados e compradores; atrair o investimento estrangeiro chinês no Brasil; aumentar o volume de investimentos brasileiros na economia chinesa; cooperar nas áreas relacionadas à ciência e tecnologia; buscar a redução de assimetrias internacionais, bem como da dependência de economias já consolidadas; e, com viés mais político, buscar o aumento do poder de barganha e o respeito do Brasil nos mecanismos internacionais multilaterais. Desse modo, o que se nota é que a diplomacia empregada pelo governo Lula, em especial com a China, buscou explorar todo potencial estratégico para a inserção internacional do Brasil, com ênfase quer seja no aspecto econômico, quer seja no aspecto político.

Ao analisar os dois primeiros anos do governo Lula, o ex-chanceler Celso Amorim, em texto publicado (2005), destacou que a política externa brasileira seguiu princípios que eram compartilhados pela identidade da sociedade brasileira, como a soberania nacional, a busca pela solução pacífica de conflitos e, especialmente, a valorização do multilateralismo. Nesse viés, segundo o ex-ministro, a relação com a China foi um destaque. Isso pois impressionava os rumos que estava tomando a ligação sino-brasileira, seja no aspecto econômico, seja no aspecto político. Exemplo disso era a notória forma como crescia, sobretudo, o fluxo comercial entre os países, bem como as diplomacias nacionais chegaram a um elevado nível de conversação, com visitas presidenciais de Lula à China e do então presidente chinês Hu Jintao ao Brasil.

Na visão de Antônio Carlos Lessa (2010), a referida visita do ex-presidente Lula à China em 2004 foi um dos maiores gestos em prol da valorização da relação sino-brasileira. Dentre alguns fatores que contribuem para analisar a viagem diplomática de tal maneira, o autor destaca que a comitiva brasileira foi a que teve a maior participação do empresariado brasileiro, levando consigo mais de quatrocentos empresários e também governadores e ministros. Ademais, durante a visita à China, lançou-se a fundação de uma importante iniciativa que representou o aprofundamento da Parceria Estratégica: a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).

A COSBAN foi criada com o intuito de coordenar as diferentes vertentes de cooperação estabelecidas entre o Brasil e a China. Apesar de ter sido lançada em 2004, a comissão de fato só passou a atuar em 2006, quando ocorreu a primeira reunião. Constituindo um organismo de suma importância para o gerenciamento da relação sino-brasileira e sendo o mecanismo institucional oficial para a promoção do diálogo diplomático bilateral entre os dois países, a COSBAN é o tema principal deste trabalho e será analisada com profundidade a partir do próximo capítulo.

3 A COSBAN, SEU FUNCIONAMENTO E SEU DESENVOLVIMENTO

A relação bilateral Brasil-China apresentou nos últimos anos um inegável processo de estreitamento, passando a ser caracterizada com uma conexão de crescente proximidade e expressivo dinamismo. Apesar do desenvolvimento lento, porém gradual, nas duas primeiras décadas após o estabelecimento dos laços diplomáticos em 1974, a ligação entre os países engatou um ritmo de forte evolução já na década de 1990, especialmente a partir do estabelecimento da Parceria Estratégica, e atingiu a maturidade nos anos 2000. Como consequência do crescente vínculo entre as duas nações, criou-se um significativo arcabouço institucional com vistas a facilitar e robustecer o diálogo intergovernamental, representado, sobretudo, pela instituição da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).

Ao analisar o escopo da relação sino-brasileira, Rosito (2016) ressalta que talvez nenhum outro país em desenvolvimento possua o nível de diálogo formal estabelecido com a China tão desenvolvido como o que o Brasil apresenta. Destarte, a existência de uma rede de mecanismos formais, que é alicerçada para além de instituições como a COSBAN, também por acordos e planos de ação, garante uma efetiva coordenação entre os variados órgãos governamentais, tanto brasileiros quanto chineses, que, de maneira direta ou indireta, influenciam o diálogo bilateral e estimulam a cooperação entre os países.

Entretanto, antes de adentrar mais profundamente na pormenorização da COSBAN, ou seja, no exame e no entendimento acerca da criação do mecanismo, do seu modo de funcionamento e da sua atuação, cabe ressaltar o seu papel enquanto organismo que atua na promoção da cooperação por meio da institucionalização. Dessa forma, o que se busca entender é de que forma a COSBAN, enquanto artefato de cooperação, pode ser interpretada dentro das relações internacionais como ator relevante. Assim, é lícito abarcar o pensamento teórico da reconhecida corrente neoinstitucionalista, que, nas relações internacionais, é um dos principais aportes teóricos que se debruçam a analisar a existência e a difusão da cooperação no nível do sistema internacional por meio das instituições e organizações internacionais.

3.1 A COSBAN ENQUANTO MECANISMO DE COOPERAÇÃO

Na seara das relações internacionais, é costumeiro o estudo acerca do papel das instituições na política internacional como entes que promovem a cooperação, sobretudo no

que diz respeito aos exames acerca das instituições intergovernamentais, como as Nações Unidas. Para os fins da presente análise, entretanto, o debate sobre organizações internacionais⁷ não convém, haja vista que a COSBAN não se configura como tal, cabendo o foco da explicação estritamente sobre a cooperação entre os Estados. Para tanto, lança-se mão dos pressupostos preconizados pelo neoliberalismo institucional, corrente teórica defensora de que a cooperação entre os países é possível e traz benefícios em meio a um cenário de anarquia internacional.

Autores como Robert Axelrod e Robert Keohane (1985) defendem que os atores internacionais, quais sejam os Estados, levam em consideração as expectativas e as preferências dos seus iguais para moldar suas atitudes e seus comportamentos. Dessa forma, os países, a fim de perseguir seus interesses e consumá-los, realizam cálculos de custos e benefícios, considerando as percepções e os interesses das outras nações, bem como ponderando sobre os ganhos que a cooperação pode trazer. Nesse viés, o estabelecimento de uma parceria, como a existente entre o Brasil e a China, vai além de um mecanismo político ou ideológico, representando a robustez da relação de confiança entre os dois países.

Assim, como Pinto e Gonçalves (2019) analisam, a parceria sino-brasileira, bem como as demais parcerias entre nações, baseia-se no ajuste frequente das preferências de ambos os atores. Dessa forma, são levados em consideração os diversificados interesses nacionais das partes nas mais variadas áreas, com a política, a econômica, a financeira, a cultural e outras para a tomada de decisões e implementação de ações em conjunto. Nesse sentido, o ajuste nos respectivos comportamentos dos países busca trazer benefícios mútuos para ambos, com fins a aprofundar ainda mais a relação entre eles e identificar o diálogo diplomático.

Desse modo, a fim de buscar-se uma relação amistosa e cooperativa que garanta ganhos mútuos, mecanismos de diálogo podem ser formados para que os referidos afinamentos dos interesses e os comportamentos dos atores sejam discutidos, analisados e implementados. Nesse viés, a COSBAN constitui-se como importante ferramenta para a relação sino-brasileira, sendo a principal instância de diálogo diplomático entre o Brasil e a China, na qual são discutidos temas fulcrais de interesse de ambos países e através da qual

⁷ Organizações internacionais são, segundo a concepção de Hurd (2011), atores internacionais que possuem personalidade jurídica embasada na legislação internacional. Ademais, a partir da ótica do Direito Internacional, tratam-se de entidades às quais os Estados delegam parte de sua soberania e que, acima de tudo, constituem-se independentes dos países que as criaram ou que passaram a integrá-las posteriormente. Ademais, como reforçado por Rittberger et al (2012), as organizações são instituições de caráter permanente nas quais os Estados podem trocar informações, condenar ou justificar ações e também coordenar estratégias relacionadas à política internacional. Desse modo, apesar de possibilitar o diálogo sobre entre as partes, a troca de informações e a coordenação de políticas, a COSBAN não é uma personalidade jurídica, tampouco apresenta autonomia frente ao Brasil ou à China. A COSBAN é um mecanismo de cooperação diplomática existente entre as duas partes que se reúne periodicamente, mas que não implica na submissão a normas e regras estabelecidas antecipadamente.

norteia-se a cooperação bilateral. A partir do exposto, cabe partir para análise específica da Comissão, abordando a sua criação, o seu modo de funcionamento e a sua atuação, auferindo, posteriormente, os benefícios trazidos pelo seu estabelecimento e os ganhos obtidos através da cooperação entre os dois países.

3.2 A CRIAÇÃO DA COMISSÃO

O advento dos anos 2000 inaugurou uma nova fase no relacionamento bilateral entre o Brasil e a China. Como já ressaltado, a convergência política, econômica e social entre os países proporcionou a criação de um cenário favorável para o aprofundamento dos laços diplomáticos entre as duas partes. Conforme destaca Becard (2011), a então nova conjuntura de grande entendimento entre as duas nações serviu de instrumento para a superação de entraves que dificultavam a ampliação da cooperação nas diferentes áreas complementares dos países, especialmente a partir da criação de mecanismos políticos institucionais para o diálogo diplomático bilateral.

Foi nesse íterim que se deu a criação do mecanismo de conversação bilateral de alto nível em 2004, tendo por base a publicação do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, lançado em Pequim na data de 24 de maio. Na ocasião, o então presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva visitou a China com uma comitiva expressiva, na qual estavam também governadores, ministros e, sobretudo, empresários. Agregando diversos setores da sociedade brasileira, a visita de Lula à China foi uma clara representação dos avanços apresentados pelos contatos diplomáticos entre os países, sendo também uma sinalização brasileira do desejo de ampliar ainda mais o contato com os chineses. Na perspectiva de Becard (2011), a visita diplomática teve por finalidade demonstrar à China a importância do seu papel estratégico para o Brasil tanto política como economicamente, haja vista que o país sul-americano buscava atrair um maior volume de investimentos do país asiático e um maior número de compradores chineses para adentrarem ao mercado brasileiro.

No escopo do texto do memorando, são reforçados os quatro princípios norteadores da relação bilateral, quais sejam: a confiança mútua, tendo por base o diálogo igualitário; o intercâmbio econômico-comercial como elemento imprescindível para o benefício mútuo; o estímulo à cooperação nas mais diversas áreas; e a conexão entre as sociedades brasileira e chinesa (BRASIL, 2004). Além disso, o documento destaca que a criação da COSBAN surgiu

da necessidade de orientar, bem como coordenar o relacionamento entre os dois países, sendo uma representação da forma satisfatória como a ligação entre o Brasil e a China tinha se desenvolvido até então.

Apesar de ter sido lançada em 2004, o funcionamento pleno da COSBAN só aconteceu a partir de 2006, quando ocorreu a primeira reunião no dia 24 de março, em Pequim. Conforme a Ata Final da Primeira Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, o estabelecimento do mecanismo simbolizou um novo patamar da Parceria Estratégica existente entre o Brasil e a China. Ademais, refletiu o aprofundamento da cooperação apresentada entre as duas nações e representou uma tentativa de promoção do desenvolvimento conjunto, reforçando a importância do estabelecimento da cooperação entre os países em desenvolvimento (ATA... (2006), 2016).

Ainda segundo o documento, as partes, enquanto países em desenvolvimento inseridos no contexto de globalização, convergiram no intuito de desenvolver ainda mais a já firmada parceria, com vistas a tornar a relação sino-brasileira um exemplo de cooperação sul-sul (BRASIL, 2004). Nesse viés, o estabelecimento da COSBAN sinalizou um largo passo dado na evolução da Parceria Estratégica, simbolizando um esforço conjunto de buscar benefícios mútuos em áreas como a política e a economia através da colaboração. Ademais, refletiu o interesse de se estabelecer um diálogo estável e constante, marcado pela consulta política e o envolvimento mútuo das diplomacias nacionais nas questões de sistematização do diálogo bilateral, especialmente através da adoção de planos de cooperação e no lançamento de novas iniciativas políticas conjuntas.

Antes de dar prosseguimento às explicações acerca da COSBAN, cabe aqui destacar brevemente que as principais fontes que fornecem informações sobre a Comissão são as atas disponibilizadas após cada reunião do organismo. Dessa maneira, visto que esses documentos serão amplamente utilizados nos próximos tópicos e capítulos, vale ressaltar que o acesso às atas das quatro primeiras sessões da COSBAN (2006, 2012, 2013, 2015) se deu através do rico e vasto trabalho “Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas” (2016), organizado por Sérgio Eduardo Moreira Lima. O livro organizado pelo embaixador é composto por artigos que versam sobre a relação sino-brasileira e também traz em seus anexos documentos essenciais relacionados à relação bilateral Brasil-China, como é o caso das referidas atas. Diferentemente, as atas das Sessões de 2019 e de 2022 foram acessadas através do portal do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE).

3.3 ESTRUTURA E MECANISMO DE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

Conforme estabelecido durante a primeira reunião da COSBAN, em 2006, o organismo é dotado de uma estrutura e de um arranjo de funcionamento, que delimitam com precisão as funções, a estrutura e os grupos de trabalho. Vale ressaltar também que, como sendo um mecanismo de diálogo político conjunto, o funcionamento da COSBAN é de responsabilidade de ambos os países e deve ser tratado através do contato diplomático constante entre as partes.

Desse modo, durante o primeiro encontro da COSBAN ficaram estabelecidas as seguintes funções para a Comissão: (1) orientar e coordenar o desenvolvimento das relações bilaterais; (2) definir a estratégia geral para a cooperação bilateral; (3) promover a cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; e (4) fomentar o intercâmbio entre as sociedades civis brasileira e chinesa, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo (ATA... (2006), 2016).

Nesse sentido, a COSBAN possui uma estrutura que visa abarcar a coordenação mútua entre o Brasil e a China, bem como tornar viável os planos e acordos originados a partir das reuniões que ocorrem em seu seio. Desse modo, a Comissão possui uma Presidência, que é compartilhada entre o vice-presidente do Brasil e o vice-primeiro-ministro da China na ocasião e que busca, ao menos em tese, se reunir a cada dois anos de maneira alternada, ora no Brasil, ora na China. Além do mais, há também a Secretaria Executiva, liderada pelo secretário-geral das Relações Exteriores do Brasil e pelo vice-primeiro-ministro do Comércio da China em exercício. Vale ressaltar que é atribuição da Secretaria Executiva coordenar os trabalhos da Comissão, assistir a implementação dos atos acordados pela Presidência e fomentar a execução dos projetos originados a partir do aparato de diálogo.

Quanto aos mecanismos de trabalho da COSBAN, eles são dois: a Sessão Plenária e as reuniões das Subcomissões. No que diz respeito à Sessão Plenária, como ressaltado pela primeira ata, trata-se da principal instância da COSBAN, que é co-presidida pelos presidentes da Comissão. São finalidades da Sessão Plenária: (1) analisar a conjuntura da relação bilateral; (2) estabelecer os objetivos para o prosseguimento dessas relações; (3) ouvir e analisar os relatórios das Subcomissões; (4) incentivar a implementação dos resultados aos quais chegou a Comissão; (5) dispor sobre as discussões e trabalhos das próximas etapas; e (6) compartilhar análises sobre assuntos de interesse mútuo entre os países (ATA... (2006), 2016).

Com relação às Subcomissões, o papel principal desses subgrupos é o de focalizar os debates promovidos no câmbio da COSBAN em áreas específicas, elencando os interesses mútuos que existem com relação a uma vertente singular de cooperação. Desse modo, são atribuições das Subcomissões (1) promover e implementar os documentos estabelecidos entre o Brasil e a China; (2) executar as solicitações advindas da Comissão; (3) analisar e identificar possíveis novos campos e modalidades de cooperação; e (4) estabelecer o programa geral de trabalho para a próxima etapa. Ademais, vale ressaltar que desde o princípio da COSBAN a criação de novas Subcomissões já é prevista, sendo algo que depende apenas da necessidade e do entendimento conjunto de criá-las para impactar positivamente a relação bilateral ou não (ATA... (2006), 2016). Ademais, algumas Subcomissões contam também com Grupos de Trabalho internos, que são arranjos mais específicos e que afunilam ainda mais a cooperação.

Cabe destacar que antes da concepção da COSBAN e de suas Subcomissões, já existiam mecanismos de cooperação setorial que abordaram a cooperação sino-brasileira em vertentes específicas. Como ressaltado pela ata da primeira Sessão, foram incorporados à COSBAN os já existentes Mecanismo de Consultas Políticas, a Comissão Mista Econômica e Comercial, a Comissão Mista Científica e Tecnológica, a Comissão de Concertação de Projetos de Cooperação de Tecnologia Espacial, a Comissão Mista Cultural e o Comitê Agrícola. Desse modo, em seu lançamento a COSBAN contava com seis Subcomissões, sendo essas as de Política, de Economia e Comércio, de Ciência e Tecnologia, de Agricultura, de Cultura e de Cooperação Espacial (ATA... (2006), 2016).

Além da substituição dos velhos mecanismos de diálogo setorial pelas Subcomissões, ainda em 2006 foram criadas mais quatro Subcomissões: de Assuntos Sanitários, Fitossanitários e Quarentena, de Energia e Mineração, da Indústria Informática e da Educação. Nesse sentido, já durante a segunda Sessão da COSBAN, que ocorreu em 2012, alguns reordenamentos foram feitos e a Comissão passou a ter onze Subcomissões: de Política, Cultural, Econômico-Comercial, Econômico-Financeira, de Inspeção e Quarentena, de Energia e Mineração, de Educação, de Cooperação Espacial, de Agricultura, de Indústria e Tecnologia da Informação, e de Ciência, Tecnologia e Inovação. Somado a isso, em 2015, durante a quarta Sessão, uma nova Subcomissão foi criada: a de Saúde (ATA... (2015), 2016)

Para este trabalho, serão consideradas as doze Subcomissões existentes entre 2012 e 2022, haja vista que compreende o período mais intenso de funcionamento da Comissão, quando realizaram-se cinco das seis Sessões totais.. Entretanto, ainda em 2022 a estrutura da COSBAN passou por uma nova mudança: além de pequenas modificações na nomenclatura de alguns dos subcomitês, o número de Subcomissões foi reduzido. Dessa maneira, a

COSBAN possui atualmente dez subgrupos, sendo eles as Subcomissões Política; Econômico-Comercial e de Cooperação; de Agricultura; de Ciência, Tecnologia e Inovação; de Energia e Mineração; de Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação; Espacial; de Temas Sanitários e Fitossanitários; Econômico-Financeira; e de Cultura e Turismo. Por sua vez, as extintas Subcomissões de Educação e de Saúde foram transformadas em Grupos de Trabalho da Subcomissão Econômico-Comercial e de Cooperação (BRASIL, 2022b).

Imprescindíveis para nortear e coordenar as discussões levantadas a cada Sessão da COSBAN, as Subcomissões preveem encontros mais frequentes do que a realização das Sessões Plenárias, que são previstas de acontecer a cada dois anos, mantendo um diálogo mais contínuo e que geralmente se dá anualmente. Ademais, as Subcomissões são representadas e presididas, sempre que possível, por dirigentes de ambos os países a nível ministerial. Como já visto, cada subcomitê atua em uma área específica para a promoção da cooperação, sendo necessário entender o importante papel desempenhado por cada um desses mecanismos na promoção do diálogo bilateral.

3.3.1 SUBCOMISSÃO POLÍTICA

Ao analisar a relação bilateral sino-brasileira, fato inegável foi a crescente aproximação política entre os países que se deu com o decorrer do tempo, mas que se intensificou especialmente a partir dos anos 2000. Enquanto nações em desenvolvimento, Brasil e China buscaram e buscam cooperar no nível político internacional com objetivos claros de exercer pressões em prol da mudança arquitetônica do sistema internacional por meio, preferencialmente, de reformas nas instituições multilaterais. Dessa forma, os países, apesar de apresentarem diferenças políticas internas, convergem na busca por construir uma ordem internacional mais diversa e multipolar, na qual os países em desenvolvimento passem a atuar não somente como tomadores de regras, mas como formuladores dessas e das normas inerentes à política internacional (LYRIO e PONTES, 2016).

Nesse íterim, a discussão política constitui uma das mais importantes vertentes de diálogo e cooperação no âmbito da COSBAN, sendo tema específico da Subcomissão Política. Existente desde a primeira Sessão da Comissão, essa fração da COSBAN é responsável por promover o diálogo diplomático genuíno, amigável e pragmático, contribuindo positivamente para a obtenção de avanços na relação sino-brasileira. Desse modo, a Subcomissão Política tem papel fundamental para o aprofundamento e para a intensificação da relação política entre os dois países.

Em um contexto de mundo globalizado no qual se dá ênfase à importância do multilateralismo, a Subcomissão Política é elemento fundamental para elevar o grau de conversação entre o Brasil e a China, contribuindo diretamente para o aperfeiçoamento da Parceria Estratégica já existente. Ademais, constitui-se como um mecanismo essencial para a promoção de consultas e acordos políticos entre os dois países.

Desde o seu princípio, a Subcomissão Política demonstrou estabelecer discussões acerca de assuntos estratégicos e de interesse mútuo, manifestando, assim, a existência clara de uma convergência política entre o Brasil e a China. Desse modo, o que se destaca no âmbito desse subgrupo é a análise do papel dos dois países no sistema internacional enquanto nações em desenvolvimento. Nesse sentido, temas como a importância dos foros multilaterais em prol dos países em desenvolvimento são recorrentes, com destaque especial para a defesa da reforma das Nações Unidas e, especificamente, do Conselho de Segurança (ATA... (2006), 2016).

Para além da discussão do panorama internacional, a Subcomissão Política também é uma importante ferramenta destinada à criação e à implementação de acordos políticos bilaterais. Destarte, iniciativas como os planos de ação e cooperação mútua são lançados, analisados e têm seus resultados aferidos no âmbito da Subcomissão em questão. Esses programas, por sua vez, ao lançarem base para projetos mútuos nas mais variadas áreas de cooperação estabelecidas entre o Brasil e a China, demonstram grande importância da Subcomissão Política para nortear o relacionamento bilateral ao estabelecer metas e prazos a serem perseguidos pelos países.

3.3.2 SUBCOMISSÃO DE CULTURA E TURISMO

Um dos elementos mais discutidos no âmbito das relações internacionais é a cultura, especialmente a utilização dela como ferramenta de poder. Sem dúvidas, o nome que mais se destaca por discutir o uso da cultura na relação entre os países é o de Joseph Nye. Segundo o autor, ao realizar reflexões acerca das noções de poder, da influência e da interdependência com relação aos Estados, duas formas de poder se destacam: o *hard power* e o *soft power*. Resumidamente, o primeiro está relacionado com o poderio material, quer seja econômico, quer seja militar. Já o segundo, por sua vez, diz respeito a uma série de fatores imateriais utilizados nas relações internacionais, tais como as ideologias, as tradições e a cultura, elementos que são utilizados como mecanismos de poder (NYE, 2002).

Nesse viés, levando em consideração a cultura como um recurso inato às relações internacionais, a Subcomissão de Cultura e Turismo se destina a discutir a cultura enquanto ferramenta imprescindível para o reforço dos laços de amizade. Assim, sendo países ricos e diversos culturalmente, o Brasil e a China buscam o conhecimento mútuo de suas culturas, demonstrando o interesse na necessidade da cooperação cultural para a manutenção da parceria entre os dois países. Ademais, conforme ressaltado durante a primeira Sessão da COSBAN, o Brasil e a China, ao estarem inseridos em um contexto de mundo globalizado, desempenham papel fundamental para a preservação de suas culturas nacionais, bem como para a defesa da diversidade cultural mundial (ATA... (2006), 2016).

Elemento diverso e multifacetado, a cultura é tratada no âmbito da COSBAN em sua pluralidade, sendo explorada de diversas formas a fim de perseguir a cooperação nessa área. Dessa forma, são discutidas desde iniciativas com relação à economia criativa até a difusão de idiomas, como também são estabelecidas conversações desde a área artística à área educacional. Nesse sentido, o funcionamento da Subcomissão de Cultura e Turismo deixa nítido o interesse de ambos os países em aprofundarem a conexão bilateral por meio de aspectos culturais, explicitando também a tentativa de ampliar o conhecimento acerca de suas respectivas sociedades através da propagação de suas culturas.

3.3.3 SUBCOMISSÃO ECONÔMICO-COMERCIAL E DE COOPERAÇÃO

Fato inegável é que a economia foi um dos pilares mais importantes, senão o mais importante, para a manutenção e o aprofundamento da relação entre o Brasil e a China. Desde o estabelecimento do contato diplomático formal, em 1974, até a atualidade, as conjunturas econômicas dos dois países passaram por uma série de transformações que impactaram a atuação internacional de ambos. Desse modo, as sociedades brasileira e chinesa assistiram a um aumento significativo da riqueza nacional, à expansão de suas classes médias, à diminuição da pobreza em seus territórios e a um acelerado crescimento econômico, que criou bases internas para tanto o Brasil quanto a China passarem a ter condições reais de expandirem a sua influência no cenário internacional (HOLANDA, 2016).

Com relação à China, o processo de evolução pelo qual passou a economia do país nos últimos anos surpreendeu o mundo. Segundo Conti e Blikstad (2017), o processo de transformação chinês iniciou-se ainda na era maoísta, o que garantiu que com a marcha da abertura econômica, já a partir da década de 1970, os chineses passassem a demonstrar uma pujança econômica inigualável e que transformou o país em uma das economias mais

competitivas do mundo. Conforme destaca Holanda (2016), a China passou por um impressionante processo de urbanização, com o deslocamento de sua população para grandes centros e adotou políticas sociais em massa, que, conseqüentemente, garantiram avanços sociais como a redução da desigualdade social, a conseqüente diminuição da pobreza e a mitigação da fome entre sua população.

No plano internacional, cabe destacar, a China passou a ser destaque contínuo de crescimento, o que a levou a ocupar a posição de segunda maior economia do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Ademais, a força econômica chinesa reflete diretamente na influência do país para além do comércio, demonstrando ascendência nas esferas financeira, tecnológica e militar. Nesse sentido, tamanha é a força chinesa hoje que o renminbi, a moeda do país asiático, destaca-se como a cunha que teve a participação mais acrescida no Sistema Monetário Internacional nos últimos anos (CONTI e BLIKSTAD, 2017). Desse modo, a conjuntura econômica chinesa impacta, quer seja direta ou indiretamente, os outros países com os quais a China mantém um grande vínculo econômico, como é o caso do Brasil.

Assim como a China, o Brasil também passou por transformações sociais que alteraram sua conjuntura interna. Durante os anos 2000, a adoção de programas sociais de distribuição de renda, habitação e de expansão do crédito contribuíram para a redução da pobreza e para a expansão da classe média. Ademais, a implementação de projetos em prol da segurança alimentar levaram o país a erradicar a fome, bem como a expansão da educação pública acelerou o processo de inclusão de jovens no ensino superior. Entretanto, economicamente diferente da China, que passou a priorizar o setor da alta tecnologia e, assim, conseqüentemente assistiu reflexos positivos sobre os demais setores de sua economia, o Brasil regrediu, tendo apresentado decréscimo da participação da indústria na sua economia ao passo em que houve consolidação do setor primário como o principal nicho dinâmico nacional (HOLANDA, 2016).

Desse modo, o que se observou foi uma inversão: a China, que importava do Brasil produtos manufaturados durante os anos de 1990, passou a ser uma dos principais países exportadores de alta tecnologia. De outro lado, o Brasil passou a pautar a sua economia no setor primário, o que, segundo Espósito (2017), significou uma diluição das cadeias produtivas e a reprimarização da pauta exportadora do Brasil. Nesse ínterim, o que fica claro é a existência de um alto grau de complementaridade das economias brasileira e chinesa, o que, por sua vez, alavancou o grau de comércio entre os países nos últimos anos.

Em meio a esse contexto de dinâmicas econômicas discrepantes, a Subcomissão Econômico-Comercial e de Cooperação destina-se, por meio de esforços conjuntos de ambas

as partes, a debater acerca da utilização de vantagens advindas da complementaridade econômica e promover a cooperação. Assim, o subcomitê desempenha papel fundamental na busca por entendimentos comerciais e também na tentativa de diversificar o fluxo dos investimentos que circulam entre os países. Além do mais, destina-se a discutir a atuação de ambas as partes em mecanismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), atuando em prol dos países emergentes e defendendo a reforma das instituições bilaterais tendo como finalidade a instituição de um arranjo mais inclusivo (ATA... (2012), 2016).

Constituindo uma temática complexa, a economia e as trocas comerciais são tratadas de maneira constante no seio do mecanismo. Desse modo, é permanente o debate acerca de políticas econômicas e medidas comerciais que impactam o relacionamento entre o Brasil e a China e que demonstram alto grau potencial para a cooperação econômica. Além disso, cabe ressaltar que a Subcomissão Econômico-Comercial e de Cooperação é responsável por uma das vertentes de cooperação mais importantes da relação sino-brasileira, haja vista que desde os anos 2000 o comércio entre o Brasil e a China vem se destacando e, em 2009, os chineses passaram a ser os principais parceiros econômicos do país latino-americano (HOLANDA, 2016). Além do mais, agrega atualmente Grupos de Trabalho estratégicos como o de Facilitação de Comércio, de Temas Alfandegários, de Educação e de Saúde (BRASIL, 2022b).

3.3.4 SUBCOMISSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Além do comércio, outro tema econômico latente à relação sino-brasileira são os fluxos financeiros, em especial o fluxo de investimentos. Segundo Holanda (2016), a partir de 2010 um ponto de inflexão na relação econômica entre os dois países foi estabelecido com a expansão vultosa do volume de investimentos chineses que adentraram ao Brasil. Ainda segundo o autor, algo que explica a forma como se expandiu o investimento chinês no Brasil é o movimento registrado pela busca da China a novos mercados globais, em especial mercados de *commodities*, como é o caso do Brasil. Ademais, o motivo do interesse chinês em focalizar seus investimentos em tais países advém do fato da crescente demanda do país asiático por bens materiais e matérias-primas, haja vista que o grande mercado do país asiático demanda esses bens para o seu grande e variado parque industrial.

Desse modo, a China empenha o seu esforço em diversificar as modalidades de investimentos, destinando recursos para diferentes setores da economia, especialmente os

nichos relacionados à produção e prestação de serviço. Somado a isso, o investimento chinês também destina-se à matérias relacionadas à infraestrutura, abarcando desde as matrizes energéticas até a tecnologia da informação. Nesse sentido, o que percebe-se é a irradiação do investimento chinês em diversos mercados e em variados setores, o que demonstra, sobretudo, a tentativa de estabelecer novos canais de cooperação para o desenvolvimento junto a economias periféricas, como é o caso do Brasil.

Na avaliação de Holanda (2016), os investimentos chineses passaram a ter, para a economia brasileira, uma grande importância ao se avaliar em longo prazo os avanços tecnológicos e também os prováveis ganhos mútuos originados a partir desses fluxos. Fato é que os investimentos provindos da China passaram a ser elementos de interesse e de perseguição do Brasil, o que levou, no âmbito da COSBAN, ao estabelecimento da Subcomissão Econômico-Financeira. Destarte, os dois países passaram, de maneira complementar, a partir de 2012, quando ocorreu a segunda Sessão e na qual a Subcomissão foi lançada, a aprofundar o debate sobre aspectos macroeconômicos para além do comércio, bem como a intensificar o diálogo sobre a cooperação financeira bilateral (ATA... (2012), 2016).

Nesse ínterim, a Subcomissão Econômico-Financeira constitui-se como importante ambiente de diálogo financeiro, no qual tanto o Brasil quanto a China discutem a conjuntura macroeconômica, analisam o papel de mecanismos econômicos e financeiros internacionais, bem como debatem acerca da cooperação bilateral nas áreas de finanças e de tributação. Ademais, discutem sobre a cooperação econômica multilateral, procurando atuar em prol de mudanças na arquitetura financeira internacional. Isso diz respeito especialmente à defesa da necessidade reformas no funcionamento de mecanismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, com vistas a contemplar as economias em desenvolvimento e sua crescente influência no sistema internacional. Indo além, também são pautadas a cooperação no âmbito de instituições financeiras específicas para países em desenvolvimento, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o banco Asiático de Investimento e Infraestrutura (AIIB), que representam uma clara oposição à infraestrutura financeira internacional já existente (ATA... (2012), 2016).

3.3.5 SUBCOMISSÃO DE TEMAS SANITÁRIOS E FITOSSANITÁRIOS

O comércio entre o Brasil e a China é, com relação às exportações brasileiras, concentrado na venda de *commodities*, especialmente produtos agrícolas e minerais, um

reflexo claro da especialização econômica do país. Nesse sentido, segundo Holanda (2016), a vantagem brasileira no setor agrícola interfere diretamente para reforçar a segurança alimentar chinesa através do comércio de suprimentos alimentares. Ademais, o autor reforça que existem esforços conjuntos para a complementação das cadeias produtivas dos países, especialmente na área de alimentos processados, o que envolve diretamente o setor produtivo brasileiro.

Frente a essa conjuntura, a outra chamada Subcomissão de Inspeção e Quarentena e atual Subcomissão de Temas Sanitários e Fitossanitários estabelece no âmbito da COSBAN a discussão sobre a cooperação quanto à fiscalização do comércio de produtos agrícolas. Dentre tais produtos destacam-se as carnes, produtos alvo do debate que envolve os pedidos de registro para o reconhecimento de exportadores que são responsáveis pelo comércio entre os dois países. Nesse ínterim, o subgrupo desempenha um papel fundamental para contribuir com a cooperação relacionada às normas e regras sanitárias, fitossanitárias e de quarentena entre o Brasil e a China (ATA... (2012), 2016).

3.3.6 SUBCOMISSÃO DE ENERGIA E MINERAÇÃO

Como já mencionado, a China é uma economia pujante, que cresceu surpreendentemente nas últimas duas décadas e que apresentou transformações profundas na sua estrutura produtiva. Frente à expansão da sua indústria nacional, o imenso mercado chinês passou a demandar cada vez mais por matérias-primas, levando o país a investir externamente e de maneira massiva em setores estratégicos, tais como os que envolvem a energia e a mineração. Desse modo, como destaca Becard (2011), a China lançou-se no ímpeto por adentrar em mercados dotados de recursos que lhe provessem suprimentos em vistas a garantir sua segurança energética. Ademais, segundo a autora, de modo complementar, o Brasil passou a internacionalizar os setores estratégicos de petróleo, mineração e energias alternativas, abrindo caminho para o estabelecimento da cooperação em mais uma vertente.

Dessa maneira, a Subcomissão de Energia e Mineração busca, no seio da COBAN, utilizar do potencial de cooperação existente nesse setor, especialmente a partir do comércio de bens e serviços entre o Brasil e a China. Somado a isso, o mecanismo se empenha a discutir sobre as diversas dimensões de investimento com vistas a acrescer o valor agregado em compostos de produção relacionados ao petróleo, ao gás, à eletricidade e ao processamento de minerais. Para tanto, o organismo promove constantemente o debate acerca

da promoção da pesquisa com fins ao desenvolvimento de novas fontes de energia e novas tecnologias relacionadas à mineração (ATA... (2012), 2016).

3.3.7 SUBCOMISSÃO EDUCACIONAL/GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO

No campo da educação, a cooperação nessa área era, até o início de 2022, pautada no seio da COSBAN pela Subcomissão de mesmo nome, passando a ser de incubência do Grupo de Trabalho de Educação, que dá sequência ao trabalho do extinto subgrupo e se destina a intensificar o contato educacional entre o Brasil e a China. Vale ressaltar que essa conexão é pautada, especialmente, sobre o ensino de idiomas, tanto o português como o mandarim, como também pelo reconhecimento da qualidade do ensino superior entre ambos os países. Ademais, existe também o incentivo ao intercâmbio educacional entre os dois países, levando o compartilhamento de conhecimento entre estudantes, professores e especialistas brasileiros e chineses (ATA... (2012), 2016).

Nesse íterim, destacam-se a conversação acerca de programas educacionais que promovem o contato educacional entre as partes, como o Ciência sem Fronteiras, pelo lado brasileiro, e a difusão de Institutos Confúcio, pela parte chinesa. Além do mais, a cooperação no nível educacional termina por influenciar também na economia, demonstrando uma interligação entre os setores, haja vista que é crescente o interesse de se compartilhar programas de estágio tanto entre as empresas brasileiras como as empresas chinesas (ATA... (2013), 2016)

3.3.8 SUBCOMISSÃO ESPACIAL

A cooperação espacial foi a primeira área na qual os esforços conjuntos entre o Brasil e China convergiram em prol do desenvolvimento de um projeto bilateral. Ainda em 1988, os dois países iniciaram associadamente o programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) para o lançamento de satélites de sensoriamento remoto. A iniciativa marcou um ponto de inflexão na área da alta tecnologia e inaugurou a participação dos países em desenvolvimento em uma seara até então dominada por economias desenvolvidas.

A partir disso, a antiga Subcomissão de Cooperação Espacial e atual Subcomissão Espacial passou a buscar incrementar a cooperação espacial já existente entre o Brasil e a China por meio do desenvolvimento conjunto de novas tecnologias. Nesse íterim, o subgrupo promove o estreitamento do contato entre a Administração Nacional Espacial da

China (CNSA) e a Agência Espacial Brasileira (AEB), garantindo a continuação e o aprimoramento da colaboração espacial entre os países (ATA... (2006), 2016).

3.3.9 SUBCOMISSÃO DE AGRICULTURA

A agricultura representa um setor-chave tanto da economia brasileira como da economia chinesa, sendo foco de interesses nos debates acerca da economia, do comércio e dos investimentos. Entretanto, a importância de se debater a agricultura em meio ao relacionamento sino-brasileiro também afeta outras áreas, como a de regulamentação, de biotecnologia e de biossegurança.

Nesse sentido, a Subcomissão de Agricultura garante que na COSBAN exista a conversação acerca da cooperação sobre o incentivo ao acesso de produtos agrícolas nos dois mercados. Destarte, discussões relevantes como a da regulamentação dos organismos geneticamente modificados, conhecidos também como transgênicos, são levadas ao âmbito do mecanismo e corroboram para a cooperação biotecnológica entre o Brasil e a China (ATA... (2006), 2016).

Além disso, a Subcomissão também garante o contato entre entidades nacionais como a Academia Chinesa de Ciências Agrárias (CAAS) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), demonstrando, assim, o interesse de ambos os países em aprofundar as discussões sobre a cooperação bilateral relacionada à pesquisa e ao desenvolvimento agrícola. Desse modo, o subgrupo corrobora para a convergência dos países quanto à análise de mecanismos e regimes internacionais que se debruçam a dialogar sobre o meio ambiente, os impactos da agricultura, o desenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade (ATA... (2012), 2016).

3.3.10 SUBCOMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Nação que desenvolveu-se de maneira surpreendente em questão de anos, a China passou de uma exportadora de bens primários para um mercado fonte de inovação da mais alta tecnologia. Na análise de Cassiolato (2013), a ênfase dada pelos chineses às inovações esteve e está atrelada ao combate à dominação estrangeira, o que leva o país a adotar políticas que incentivem o avanço da ciência e da tecnologia. Ademais, em meio ao sistema internacional atual, a preocupação chinesa em desenvolver tecnologia própria está atrelada aos fatores estratégicos-militares, que corroboram para a busca da autossuficiência.

Se por um lado a China demonstra grande domínio do desenvolvimento tecnológico, exportando produtos de alto valor agregado para seus principais parceiros comerciais, por outro o Brasil apresenta deficiências para desenvolver plenamente seu setor tecnológico. Como reforçado por Acioly et al (2011), uma das problemáticas brasileiras a serem enfrentadas é a tentativa de ampliar o desenvolvimento tecnológico em sua cadeia produtiva. Desse modo, a China desempenha o papel importante de cooperar para que o Brasil consiga avançar na área de produção e difusão da alta tecnologia. Ainda segundo o autor, a cooperação na indústria e na tecnologia entre o Brasil e a China é uma via de mão dupla: o Brasil pode oferecer oportunidades para a China avançar tecnologicamente nos setores de energia e mineração, já os chineses, em contrapartida, têm a oferecer aos brasileiros sua expertise em áreas como a indústria intensiva de alta tecnologia e da indústria aeroespacial (ACIOLY et al, 2011).

Nesse sentido, a Subcomissão de Indústria, Tecnologia e Inovação destina-se a coordenar as iniciativas que advêm da complementaridade entre os setores industriais e tecnológicos do Brasil e da China. Desse modo, o mecanismo se propõe a promover o diálogo entre os setores dos dois países, reunindo os responsáveis por nortear as políticas industriais e debatendo acerca de políticas desenvolvimentistas, bem como acerca de investimentos nesses setores. Assim, a Subcomissão busca promover a cooperação sino-brasileira em áreas como a indústria siderúrgica, a indústria aeroespacial e a eficiência energética (ATA... (2006), 2016).

Ademais, outras temáticas trabalhadas pela Subcomissão têm ganhado espaço nos debates de cooperação, como as cidades inteligentes, a nanotecnologia, ciências florestais e agrárias, biotecnologia, meteorologia e prevenção de desastres naturais, entre outros. Essa gama de vertentes a serem exploradas dentro da relação sino-brasileira e o estabelecimento de uma Subcomissão específica para tanto, demonstram os esforços das duas partes em intensificar a cooperação na área de inovação, bem como de compartilhar a experiência científica-tecnológica (ATA... (2015), 2016).

3.3.11 SUBCOMISSÃO DE INDÚSTRIA, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Demonstrando que a tecnologia é uma área próspera para a cooperação entre o Brasil e a China, outra Subcomissão também se destina a promover o diálogo nesse campo, mas de maneira mais específica: a Subcomissão de Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação. Conforme relatado em ata durante a segunda reunião da até então nomeada

Comissão de Indústria e Tecnologia da Informação, os dois países são semelhantes em vários aspectos como no incentivo à inovação, o desenvolvimento de cadeias industriais e a expansão de um dinâmico mercado interno, que, por sua vez, demandam novas tecnologias para desenvolver-se. Nesse ínterim, a Subcomissão se destina a discutir temas como a indústria da tecnologia da informação, o desenvolvimento de redes, o tratamento de resíduos e a segurança da informação (ATA... (2012), 2016).

Ademais, levando em consideração a cooperação entre países em desenvolvimento, algumas questões cruciais latentes ao subdesenvolvimento são tratadas pela Subcomissão de Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação. Assim, são também pautadas temáticas como o acesso à internet, a segurança cibernética, a ampliação das telecomunicações nas zonas rurais e mais pobres, bem como o incentivo para a cooperação entre organismos de pesquisas tecnológicas dos dois países (ATA... (2015), 2016).

3.3.12 SUBCOMISSÃO DE SAÚDE/GRUPO DE TRABALHO DE SAÚDE

Além de importante, o tema da saúde também é complexo, demandando esforços a partir de várias frentes de cooperação. Nesse sentido, a Subcomissão de Saúde foi o mais recente subcomitê criado no âmbito da COSBAN e também o mais breve, tendo surgido em 2019 e substituído em 2022 pela criação do Grupo de Trabalho de Saúde. A criação do subgrupo adveio após a avaliação conjunta entre o Brasil e a China de que a saúde é uma temática relevante e comum tanto para o desenvolvimento econômico como para o fluxo comercial entre os países. Criado recentemente, o Grupo de Trabalho de Saúde dá prosseguimento aos trabalhos da Subcomissão de Saúde, destinando-se a debater temas como a prevenção e o controle de doenças contagiosas, a resposta para conjunturas de crises e emergências de saúde pública, a expansão das vertentes medicinais tradicional e alternativa, bem como o acesso a novos medicamentos e vacinas, temática objeto de grande atenção nos últimos anos (BRASIL, 2019).

Nesse viés, a partir do final de 2019 e início de 2020 a saúde tornou-se um tema central, senão o mais importante, para a cooperação sino-brasileira. Isso pois a pandemia da COVID-19, que eclodiu na China, se espalhou para o mundo e atingiu em cheio países como os Estados Unidos e o Brasil. Como sendo uma doença nova, a COVID levou a uma corrida por suprimentos médicos, equipamentos de proteção, bem como por medicamentos e vacinas que evitassem o aumento do número de mortes. Nesse ínterim, como reforçado pela última reunião da COSBAN, a cooperação entre o Brasil e a China garantiu o compartilhamento de

experiências de prevenção e do combate à doenças que contribuíram para conter a pandemia (BRASIL, 2022a).

Vale ressaltar também que além do debate sobre a pandemia da COVID-19, o Grupo de Trabalho também se destina a debater sobre outras doenças infecciosas como dengue, zika, chikungunya e demais doenças tropicais. Somado a isso, é no âmbito desse mecanismo que o Brasil e a China buscam orientar a cooperação junto aos mecanismos multilaterais internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), nos quais desempenham o papel de relevantes atores para a garantia da saúde global (BRASIL, 2022b).

4 A COSBAN E SEU PAPEL NA RELAÇÃO BILATERAL SINO-BRASILEIRA

A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), como já destacado, é um mecanismo de diálogo diplomático instituído para coordenar a discussão entre os diferentes órgãos e atores envolvidos na relação sino-brasileira. Desse modo, constituindo uma ferramenta institucional de gestão, a Comissão busca fortalecer a convergência política entre as partes e ampliar a cooperação nas mais diversas áreas de interesse dos dois países. Para tanto, uma série de planos, acordos, tratados e memorandos foram pensados, elaborados e assinados por intermediação das reuniões promovidas pela COSBAN, os quais possuem a finalidade de fomentar o desenvolvimento conjunto, os avanços social mútuo e impulsionar a cooperação bilateral (ATA... (2006), 2016).

Os referidos entendimentos, por sua vez, conferem à coordenação da relação entre o Brasil e a China um maior grau de responsabilidade, haja vista que estabelecem metas e programações a serem objetivadas e seguidas por ambos os países. Assim, importantes iniciativas, dentre as quais se destacam o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021), os dois Planos de Ação Conjunta (2010-2014 e 2015-2021), o Plano Estratégico (2022-2031) e o Plano Executivo (2022-2026), todos elaborados e monitorados pela COSBAN, foram adotados a fim de orientar a parceria sino-brasileira nas diversas áreas de cooperação.

Assinado em 2009, o primeiro Plano de Ação Conjunta (PAC) foi um instrumento utilizado para o fortalecimento da parceria firmada entre os dois países durante o período de 2010 a 2014. Enquanto um programa bilateral de cooperação, o PAC tratou de orientar a relação sino-brasileira na medida em que forneceu diretrizes estratégicas para embasar o desenvolvimento do contato bilateral e promover a cooperação conjunta entre os países. Segundo o acordo de criação do PAC, o Brasil e a China estabeleceram princípios gerais para fundamentar o relacionamento, dentre os quais foram destaques o comprometimento de fortalecer as consultas públicas acerca de temáticas bilaterais e multilaterais de interesse de ambos os países; de expandir e aprofundar as relações bilaterais em todas as áreas; de estabelecer metas específicas para cada vertente de cooperação; e, também, de avaliar o andamento desses objetivos postos (BRASIL, 2010).

Por sua vez, lançado em 2012, o primeiro Plano Decenal de Cooperação estabeleceu áreas prioritárias e elencou as principais iniciativas a serem tomadas em prol de um maior desenvolvimento da Parceria Estratégica entre o Brasil e a China até o ano de 2021. Segundo o texto de criação do plano, a iniciativa buscou aprofundar a execução do já existente PAC (2010-2014), determinando, para tanto, projetos-chave a serem desenvolvidos nas áreas de

ciência, tecnologia e inovação; de cooperação espacial; de minas e energia; de infraestrutura e transportes; de investimentos; de comércio; de cultura, educação e intercâmbio. Dessa maneira, o programa se baseou na estrutura do PAC e foi orientado conforme os princípios de benefício mútuo, desenvolvimento conjunto, parâmetros de mercado, viabilidade e eficiência. Assim, o Plano Decenal de Cooperação constituiu uma iniciativa voltada a ampliar a colaboração bilateral e promover o adensamento da confiança mútua entre os países (BRASIL, 2012).

Do mesmo modo do primeiro PAC, o segundo, que passou a vigorar em 2015 e se encerrou em 2021, também fixou objetivos e metas com a finalidade de nortear a cooperação sino-brasileira em todas áreas existentes e já promovidas pelas Subcomissões da COSBAN. Nesse sentido, o programa atualizou as metas e as iniciativas específicas contidas no primeiro PAC, adequando-as ao novo período em questão, garantindo a continuidade do papel da COSBAN de acompanhar e fiscalizar o andamento da parceria bilateral. Dessa maneira, até o ano de 2021, o segundo PAC em conjunto com o Plano Decenal de Cooperação foram os instrumentos mais importantes na condução e na qualificação da Parceria Estratégica Global existente entre o Brasil e a China (BRASIL, 2015).

Por sua vez, o Plano Estratégico (2022-2031) veio para substituir o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021), constituindo também um programa de balizamento das relações bilaterais entre o Brasil e a China. O programa em questão tem por finalidade ampliar os benefícios recíprocos advindos da parceria sino-brasileira, elencando metas e objetivos que superem desafios, garantindo a perseguição dos interesses e das estratégias nacionais de ambos os países. Desse modo, o plano destina-se a nortear a relação sino-brasileira nos eixos da política; da economia, investimento, comércio e cooperação; bem como no da ciência, tecnologia e inovação. A fim de obter êxito, assim como os planos anteriores, o Plano Estratégico também é de responsabilidade da COSBAN, que, ao ser reconhecida como o principal meio de diálogo bilateral, deve acompanhar a implementação da iniciativa ao longo dos anos até seu encerramento (BRASIL, 2022b).

Também em 2022, outro programa para embasar a relação bilateral sino-brasileira foi lançado: o Plano Executivo (2022-2026). A iniciativa vem, ainda que com outro nome, substituir o segundo PAC, que chegou ao fim em 2021, representando um mecanismo complementar ao Plano Estratégico (2022-2031). Nesse viés, o Plano Executivo se destina a definir áreas prioritárias para a cooperação bilateral, compreendendo um arranjo de implementação mais imediata. Assim como os outros programas, esse plano também se

relaciona diretamente com a COSBAN, que representa o principal órgão decisório e fiscalizador do Plano Executivo (BRASIL, 2022c).

As iniciativas supracitadas, já encerradas ou em vigor, demonstram a concordância do Brasil e da China de prosseguirem cooperando e aprofundando os laços nas mais diversas vertentes de colaboração. Ademais, a celebração de acordos e tratados para questões especiais denotam o esforço de intensificar a parceria sino-brasileira em áreas específicas e elencadas como prioritárias pelos dois países, bem como permite ampliar o escopo da cooperação para novas searas, servindo de instrumento para a expansão da Parceria Estratégica Global.

Nesse viés, este capítulo pormenoriza a cooperação sino-brasileira nas diferentes áreas de atuação representadas pelas doze Subcomissões da COSBAN, quais sejam as esferas política; econômica-comercial; econômica-financeira; de inspeção e quarentena; de energia e mineração; de educação; de cooperação espacial; de agricultura; de ciência, tecnologia e inovação; de indústria e tecnologia da informação; e, por fim, de saúde. Ademais, com o propósito de examinar o papel desempenhado pela COSBAN e de que forma o mecanismo contribuiu para o desenvolvimento da parceria entre os dois países, são analisados os acordos, tratados e memorandos assinados entre o Brasil e a China. Vale ressaltar que novamente, assim como no capítulo anterior, são largamente utilizadas as atas das seis Sessões Plenárias da Comissão, sendo acessadas as quatro primeiras atas através do livro “Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas” (2016), organizado por Sérgio Eduardo Moreira Lima, e as duas mais recentes obtidas a partir de dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE).

4.1 NA COOPERAÇÃO POLÍTICA

Desde 2006, quando ocorreu a primeira Sessão Plenária da COSBAN, foram realizadas outras cinco reuniões do mecanismo, nos anos de 2012, 2013, 2015, 2019 e 2022, totalizando seis encontros bilaterais de alto nível. Ao longo desse período, a cooperação em matéria política foi uma das principais áreas discutidas e trabalhadas entre o Brasil e a China, que firmaram a Parceria Estratégica ainda na década de 1990, mas que desenvolveram uma relação constante e sólida especialmente a partir dos anos 2000.

Em meio a esse cenário, o lançamento da própria COSBAN sinalizou a adaptação da estrutura político-diplomática bilateral, que passou a ser ampliada por meio da adoção de mecanismos políticos-institucionais de diálogo (BECARD, 2011). Desse modo, já em sua primeira reunião, que ocorreu em Pequim e da qual foram os representantes de ambos os

lados à época o vice-presidente brasileiro José Alencar e a vice-primeira-ministra chinesa Wu Yi, a Comissão destacou os objetivos relacionados à cooperação política entre o Brasil e a China. A partir de então, a colaboração política passou a enfatizar o respeito soberano, a manutenção da paz e a promoção da segurança. Ademais, o subcomitê buscou pautar o diálogo político bilateral com ênfase no papel a ser desempenhado pelas duas nações enquanto países em desenvolvimento. Assim, a cooperação política em nível internacional passou a ser marcada pela busca da convergência acerca de temáticas internacionais e regionais, com destaque para a atuação de ambas as partes em mecanismos multilaterais (ATA...(2006), 2016).

Com relação ao período entre 2006 e 2012, quando foram realizadas as duas primeiras Sessões da COSBAN, a Subcomissão Política se reuniu por três vezes, em 2006, em 2007 e em 2010. Nesse período, um grande passo foi dado para a relação bilateral com a implementação, a partir da COSBAN, do primeiro PAC (2010-2014), projeto que abarcou todas as vertentes de cooperação trabalhadas pelos dois países e que proporcionou o acompanhamento e o monitoramento da agenda estabelecida entre as partes (ATA... (2012), 2016). Na área específica de cooperação política, o plano de ação definiu como objetivos para a relação sino-brasileira a intensificação do diálogo bilateral. Desse modo, o Brasil e a China se comprometeram, entre outras coisas, a adensar o contato entre os Ministérios das Relações Exteriores dos dois países, a estabelecer o Diálogo Estratégico e a fortalecer a própria Subcomissão Política (BRASIL, 2010).

Durante a segunda reunião da COSBAN, da qual participaram como representantes o então vice-presidente brasileiro Michel Temer e o então vice-primeiro-ministro chinês Wang Qishan, que foi sediada no ano de 2012 em Brasília, ambas as partes comprometeram-se a ampliar a cooperação política por meio do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021), que foi lançado já no mesmo ano, mas após o fim da segunda Sessão. Além do mais, durante o encontro a Subcomissão Política destacou as visitas presidenciais de Lula e Dilma Rousseff à China em 2009 e 2011 respectivamente, bem como a visita do ex-presidente chinês Hu Jintao ao Brasil em 2009. Nesse sentido, além da diplomacia presidencial, também foram lembradas as visitas bilaterais por parte de ministros, parlamentares e empresários, que contribuíram para a intensificação do contato entre os dois países (ATA... (2012), 2016).

Ainda conforme a ata da segunda Sessão, eventos como o Diálogo Brasil-China sobre a África, realizada em Brasília no ano de 2010, e o Diálogo Brasil-China sobre América Latina e Caribe, realizado também em Brasília, mas já em 2011, foram sublinhados como iniciativas que agregaram à relação bilateral. Somado a isso, as partes também salientaram a

importância do grupo dos BRICS⁸, arranjo de países emergentes que reúne o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul criado em 2006. Nesse ínterim, já na seara internacional multilateral, ambos os países ressaltaram a convergência de aspectos de suas respectivas políticas externas, que resultou na defesa conjunta de uma reforma abrangente do seio das Nações Unidas. Dessa maneira, as partes passaram a enfatizar a necessidade de se promover uma reestruturação do Conselho de Segurança que proporcionasse uma maior representatividade de países em desenvolvimento, através, especialmente, da inclusão do Brasil entre os membros permanentes (ATA... (2012), 2016).

Como já destacado, a terceira Sessão da COSBAN ocorreu em 2013 e foi sediada em Cantão, tendo sido presidida pelo então vice-presidente brasileiro Michel Temer e pelo vice-primeiro-ministro chinês à época, Wang Yang. Um dos principais avanços registrados em matéria política foi a elevação do nível das relações bilaterais, que passaram ao patamar de Parceria Estratégica Global. O alcance do novo estágio foi anunciado durante a visita do então primeiro-ministro chinês Wen Jiabao ao Brasil, quando também foi assinado o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) e lançado o Diálogo Estratégico Global (ATA... (2013), 2016).

Ademais, conforme detalhado pela ata da Sessão de 2013, o Brasil e a China destacaram o encontro ocorrido entre a então presidenta Dilma com o já presidente chinês Xi Jinping durante a 5ª Cúpula do BRICS. Somado a isso, também ressaltaram a reunião entre os ministros das Relações Exteriores Wang Yi e Luiz Alberto Figueiredo à época, que ocorreu pouco antes da 68ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Ainda no ínterim de contatos diplomáticos, os países expressaram a satisfação da visita à China do então presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Marco Maia, que ocorreu em junho de 2012. Na ocasião, foi lançado o mecanismo regular de intercâmbio entre os poderes legislativos de ambos os países, ampliando o contato entre as casas governamentais (ATA... (2013), 2016).

⁸ A gênese do BRICS, grupo que reúne o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, ocorreu em 2006, mas a ideia de reunir tais países remete ao início dos anos 2000, quando o economista-chefe da Goldman Sachs, grupo financeiro que atua internacionalmente, Jim O'Neil, publicou o estudo "Building Better Global Economic BRICs", o qual chamava atenção para o papel desempenhado pelos países emergentes da economia global. Ademais, vale ressaltar que até 2006 o grupo nunca tinha se reunido, impedindo que existisse uma articulação direta entre os governos dos países participantes. O primeiro encontro formal aconteceu durante a 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrida em 23 de setembro de 2006, quando os chanceleres dos quatro países até então participantes se reuniram e deram o pontapé inicial para a sequência de um trabalho conjunto. Inicialmente composto por Brasil, Rússia, Índia e China, o grupo passou a ter também a participação da África do Sul a partir de 2011, quando realizou-se a 3ª Cúpula do mecanismo. Conforme o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a XIV Cúpula do BRICS, a mais recente reunião do grupo, que ocorreu em junho de 2022, sob a presidência da China, contou com as participações dos presidentes Jair Bolsonaro, do Brasil, Xi Jinping, da China, Cyril Ramaphosa, da África do Sul, Narendra Modi, da Índia e Vladimir Putin, da Rússia. Ademais, o encontro teve como tema "Promover uma Parceria de Alta Qualidade e Inaugurar uma Nova Era para o Desenvolvimento Global" e debateu questões relevantes como a governança global, a conjuntura da pandemia da COVID-19, os planos de recuperação econômica e o desenvolvimento sustentável. Para mais informações, acessar: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xiv-cupula-do-brics.

Já em 2015 foi realizada a quarta Sessão da COSBAN, ocorrida em Brasília e que foi presidida pelo ainda vice-presidente do Brasil, Michel Temer, e pelo vice-primeiro-ministro da China à época, Wang Yang. Como nas reuniões anteriores, a Subcomissão Política ficou responsável por destacar o andamento da cooperação política entre os dois países, ressaltando os progressos alcançados e marcos referentes à relação bilateral. Desse modo, foi lembrado o ano de 2014, quando completaram-se 40 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a China. Nesse período, os países superaram obstáculos e entraves que dificultavam o estabelecimento da plena cooperação, atingindo um patamar de alta conversação e tornando-se referências no relacionamento entre países em desenvolvimento. Além disso, durante a reunião foi destacada a visita do presidente chinês Xi Jinping ao Brasil ainda em 2014, que resultou na assinatura de 56 atos bilaterais envolvendo os setores de ambos os governos e também do empresariado. Dentre tais entendimentos destacam-se o Protocolo Complementar ao Acordo sobre Defesa, o Acordo-Quadro para o Desenvolvimento do Investimento e Cooperação em Capacidade Produtiva e também memorandos de entendimentos acerca da cooperação em áreas estratégicas como a de transportes, de infraestrutura e da indústria (ATA... (2015), 2016).

Ainda durante sua visita, o presidente chinês participou da 6ª Cúpula dos BRICS, que foi realizada em Fortaleza e que, entre outras coisas, deu o pontapé inicial para o lançamento do Novo Banco de Desenvolvimento. Ademais, a parte chinesa também congratulou a adesão do Brasil ao Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura, constituindo uma das partes fundadoras. Além da vinda do presidente chinês, ocorreu também a visita ao Brasil do ministro dos negócios estrangeiros da China, Wang Yi, que participou da 1ª Reunião do Diálogo Estratégico Global. Ademais, segundo o documento, a visita do primeiro-ministro chinês Li Keqiang ao Brasil em maio de 2015 foi de suma importância para dar um passo a mais na cooperação entre os dois países. Isso porque na ocasião foi assinado o segundo PAC, que vigorou desde então até o ano de 2021 e norteou a cooperação sino-brasileira durante o período (ATA... (2015), 2016). Assim como o primeiro programa, o segundo PAC (2015-2021) também orientou a cooperação política entre o Brasil e a China. Para tanto, o plano buscou incrementar o contato político entre os líderes dos dois países, bem como promover o intercâmbio entre instituições governamentais municipais, provinciais e estaduais (BRASIL, 2015).

Por sua vez, no ano de 2019 foi realizada a quinta Sessão da COSBAN em Pequim, a qual foi presidida pelo vice-presidente brasileiro Hamilton Mourão e pelo vice-presidente chinês Wang Qishan. Na ocasião, como ressaltado pelo relatório da Subcomissão Política

encaminhado à reunião, o Brasil e a China mostraram-se satisfeitos com o nível de conversação diplomática, destacando os resultados alcançados na 2ª Reunião do Diálogo Estratégico Global. Ademais, as partes frisaram a importância da cooperação conjunta no âmbito de organizações internacionais multilaterais, especialmente das Nações Unidas, do BRICS e do G20⁹ (BRASIL, 2019).

Por fim, a mais recente reunião da COSBAN foi realizada em maio de 2022, de maneira virtual, devido a pandemia da COVID-19, e presidida pelo vice-presidente brasileiro Hamilton Mourão e pelo vice-presidente chinês Wang Qishan. Em relatório enviado para a sexta Sessão, a Subcomissão Política destacou as visitas de Estado do presidente brasileiro Jair Bolsonaro à China e do presidente chinês Xi Jinping ao Brasil, ambas em 2019. Além do mais, os dois lados recordaram a 3ª Reunião do Diálogo Estratégico Global e se mostraram satisfeitos com os resultados alcançados tanto pelo Plano de Ação Conjunta (2015-2021) quanto pelo Plano Decenal de Cooperação (2012-2021). No mesmo sentido, destacaram a conclusão do Plano Estratégico (2022-2031) e também do Plano Executivo 2022-2026, instrumentos essenciais no balizamento da relação bilateral (BRASIL, 2022a).

No cenário político, o Plano Estratégico (2022-2031) renovou os compromissos já firmados pelas partes historicamente de manter uma boa relação em nível bilateral e multilateral. Destarte, o programa demonstrou o empenho dos países em dar continuidade às trocas de visitas oficiais, ao intercâmbio político e ao diálogo bilateral, sempre buscando basear o relacionamento sino-brasileiro nos princípios de igualdade e benefícios mútuos (BRASIL, 2022b). Para os próximos anos, o Plano Executivo (2022-2026) prevê, na área de política, a manutenção da colaboração franca, abrangente e constante já construída entre o Brasil e a China. Ademais, busca incrementar a parceria bilateral através da promoção do Diálogo Estratégico Global, da convergência política em âmbitos multilaterais e da intensificação da cooperação em assuntos jurídicos (BRASIL, 2022c).

Ainda quanto à sexta reunião da COSBAN, novamente a Subcomissão Política, como vem ocorrendo em todos os encontros desde o primeiro, destacou o papel desempenhado pelo Brasil e pela China enquanto países em desenvolvimento. Nesse viés, o relatório da Subcomissão ressaltou a defesa dos países de se promover uma reforma profunda no seio das Nações Unidas, o que teria por finalidade aumentar a representação de países emergentes no Conselho de Segurança. Dessa forma, também foram destaques do diálogo bilateral a

⁹ Grupo que reúne as 19 maiores economias do mundo mais a representação do Conselho da União Europeia. O conjunto, embora seja informal, promove o debate entre países já industrializados e países em desenvolvimento acerca das temáticas mais relevantes sobre a economia global.

parabenização brasileira com relação à presidência chinesa no âmbito dos BRICS e a conversação das partes acerca dos debates a nível do G20 (BRASIL, 2022a).

4.2 NA COOPERAÇÃO CULTURAL

Países multiculturais e diversos, o Brasil e a China buscaram nos últimos anos estreitar os laços diplomáticos através da cooperação cultural, objetivando fomentar o bom relacionamento e a aproximação entre suas respectivas sociedades. Nesse viés, importantes iniciativas na área cultural foram implementadas e possibilitaram a intensificação da promoção e preservação das culturas dos dois países.

De acordo com a ata da primeira reunião da COSBAN, um empreendimento de destaque com relação à cooperação cultural foi o Programa Executivo de Cooperação Educacional 2006-2008, firmado ainda em 2005 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Brasil e pelo Ministério da Educação da China. Dentre os objetivos previstos pelo projeto, estavam o reconhecimento de cursos e diplomas, a cooperação nas mais diversas áreas da educação, o fomento à cooperação universitária e ao estabelecimento de centros de estudos chineses em instituições brasileiras - sendo o Instituto Confúcio a referência -, bem como de centros de estudos brasileiros em instituições chinesas (BRASIL, 2008).

Em 2010, a partir do primeiro PAC (2010-2014), alguns objetivos foram elencados para a condução da cooperação cultural. Desse modo, o Brasil e a China se comprometeram a adensar a colaboração nas áreas de artes, rádio, filme, televisão, imprensa, editoração e esportes. Ademais, concordaram em fortalecer o intercâmbio cultural, bem como o contato entre instituições culturais de ambos os países e a intensificar a cooperação nas searas do ensino de idiomas e de publicações (BRASIL, 2010).

Ao analisar a cooperação cultural existente entre o Brasil e a China é perceptível o quanto a sua composição é diversa, abarcando desde a educação até assuntos esportivos. Nesse sentido, conforme a ata da sessão de 2012 da COSBAN, em 2011 houve a assinatura do Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva entre o Ministério Estatal do Esporte do Governo da República Federativa do Brasil e a Administração Geral de Esportes da República popular da China, entendimento que contribuiu para a organização conjunta de eventos esportivos nos dois países (ATA... (2012), 2016).

Já em 2013, durante a terceira Sessão da COSBAN, a então Subcomissão de Cultura demonstrou a satisfação dos dois países com o estabelecimento de datas festivas para celebrar

suas respectivas culturas. Desse modo, foram idealizados e promovidos o Mês Cultural da China no Brasil e o Mês Cultural do Brasil na China. Além do mais, o texto do documento ressalta a realização da 1ª Reunião do Grupo de Trabalho dos Assuntos Esportivos, que objetivou intensificar o diálogo esportivo por ocasião das Olimpíadas de 2016, realizada no Rio de Janeiro (ATA... (2013), 2016).

A reunião da COSBAN ocorrida em 2015 não demonstrou grandes avanços concretos na área da cooperação cultural, mas pavimentou o caminho para ampliação do diálogo ao promover novas conversações entre o Brasil e a China. Desse modo, ficou registrado o empenho das partes em iniciar negociações para a assinatura de acordos na áreas de produções audiovisuais, incluindo os importantes setores de cinema e televisão. Nesse sentido, a assinatura do segundo PAC (2015-2021) demonstrou o interesse mútuo em continuar cooperando na área, buscando ampliar, através da assinatura de novos acordos, o estabelecimento de centros culturais, como também intensificar os intercâmbios artísticos (BRASIL, 2015).

Assim sendo, importantes avanços foram alcançados e expostos na quinta Sessão da COSBAN, em 2019. Durante a reunião, a ainda nomeada apenas Subcomissão de Cultura destacou a assinatura do Acordo de Coprodução Cinematográfica, do acordo firmado entre o Museu Nacional da China e o Museu Nacional do Brasil, bem como do Memorando de Entendimento entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a Associação de Futebol Chinesa (BRASIL, 2019).

Já quanto à mais recente Sessão da COSBAN, ocorrida no início de 2022, os países se ativeram a reforçar o intuito de expandir ainda mais a cooperação cultural no futuro por meio da agora chamada Subcomissão de Cultura e Turismo. Assim, se comprometeram a acelerar o debate sobre a criação de centros culturais, a intensificar o intercâmbio na área da economia criativa e a investir na área cinematográfica, promovendo a produção conjunta de obras. Dessa maneira, também foram pontos discutidos, como em reuniões anteriores, a cooperação na área esportiva e na área de turismo, ambas foco de ações futuras para que sejam ainda mais exploradas (BRASIL, 2022a). Somado a isso, a assinatura do Plano Executivo (2022-2026) assegurou a continuidade da cooperação cultural entre os países, que se dispuseram a ampliar o contato de suas respectivas indústrias culturais, incrementar a cooperação com relação ao campo do patrimônio cultural e estimular a colaboração entre seus museus nacionais (BRASIL, 2022c).

4.3 NA COOPERAÇÃO ECONÔMICO-COMERCIAL

A relação existente entre o Brasil e a China não pode ser analisada sem que se leve em conta o fluxo de comércio que existe entre os países. De um lado, o Brasil se destaca por ser um grande mercado exportador de bens primários, ou seja, de produtos agrícolas e minerais, já do outro, a China se apresenta como a segunda maior economia mundial, que vem se destacando pela produção de produtos manufaturados e pela exportação de tecnologia de ponta. Desse modo, o que se percebe é a existência de uma complementaridade econômica entre as duas nações, haja vista que na medida em que exporta *commodities* para a China, o Brasil importa do país asiático artefatos tecnológicos que não produz nacionalmente. Na perspectiva de Hiratuka e Sarti (2016), a estruturação complementar das economias ao longo dos últimos anos trouxe ao Brasil incentivos para o crescimento macroeconômico, mas também criou dificuldades para a ampliação da estrutura produtiva interna do país. Assim, o estabelecimento de um diálogo entre as partes com vista a se promover uma cooperação econômica vantajosa para ambos tornou-se necessário.

Nesse íterim, as Subcomissões que tratam de aspectos econômicos no âmbito da COSBAN desempenharam papel-chave para o aprofundamento da relação sino-brasileira. Conforme a ata da primeira Sessão da Comissão, quando a Subcomissão Econômica tratava tanto das questões comerciais quanto financeiras, dois memorandos foram essenciais para nortear a relação sino-brasileira. Assim sendo, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, assinado em 2004, e o Memorando de Entendimento sobre o Fortalecimento da Cooperação em Comércio e Investimento, assinado em 2006, foram instrumentos indispensáveis para a promoção de diálogo e consultas sobre as questões econômicas e financeiras (ATA... (2006), 2016).

Em 2010, o lançamento do primeiro PAC (2010-2014) passou a balizar a cooperação comercial sino-brasileira, que, no âmbito da COSBAN, já passara a ser tratada pela específica Subcomissão Econômico-Financeira, criada a partir de 2006. Dessa maneira, através do plano conjunto, o Brasil e a China reafirmaram o compromisso de ampliar a colaboração econômica e comercial, empregando medidas concretas efetivas que garantissem o desenvolvimento dos laços bilaterais. Para tanto, os países se empenharam em diversificar e promover o fluxo comercial, realizando análises de prioridade e incentivando o contato entre as comunidades empresariais (BRASIL, 2010).

Dois anos após, durante a segunda reunião da COSBAN, a então Subcomissão Econômico-Comercial destacou novas iniciativas com vistas a intensificar a cooperação entre

o Brasil e a China na área. Desse modo, foram ressaltados o funcionamento dos Grupo de Trabalho sobre Harmonização de Estatísticas Comerciais, a celebração do Acordo sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, bem como os números alcançados pelos fluxos comerciais entre os dois países, que cresceram exponencialmente nos anos 2000, inclusive entre 2006 e 2012, período entre as primeiras Sessões da Comissão (ATA... (2012), 2016).

Ao analisar os dados do comércio exterior, segundo informações da plataforma Comex Stat, o fluxo de comércio entre o Brasil e a China, contabilizado importações e exportações, foi incrementado ao longo dos anos 2000. Isso é perceptível quando se analisa a série histórica, e nota-se que o valor total passou de pouco mais de US\$ 2 bilhões em 2002, para mais de US\$ 16 bilhões em 2006, o que representou um crescimento de cerca de 630%. Além do mais, o fluxo chegou a mais de US\$ 36,8 bilhões em 2009, quando a China passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil, apresentando um crescimento de quase 130% com relação a 2006. Já em 2012, ano da segunda Sessão da COSBAN, a quantia já atingia o patamar de mais de US\$ 75 bilhões, um crescimento de cerca de 104% comparado a 2009¹⁰.

O crescimento do fluxo econômico entre o Brasil e a China comprovou que a relação entre os dois países passou por um intenso processo de aprofundamento, que levou a China, em questão de poucos anos, a conquistar um lugar até então ocupado pelos Estados Unidos. Entretanto, apesar dos avanços registados, a conversação das partes não foi reduzida e ambos prosseguiram a debater meios de ampliar ainda mais a cooperação comercial, especialmente através da publicação do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021).

Com o lançamento do referido plano, o Brasil e a China buscaram estabelecer bases sólidas para expandir o comércio bilateral. Desse modo, com o objetivo de diversificar e ampliar ainda mais a pauta comercial, o programa estabeleceu metas ousadas a serem alcançadas pelos países. Dentre essas metas, duas chamam a atenção: a de duplicar o fluxo comercial entre os países até 2016, considerando os índices de 2011, e a de duplicar o fluxo comercial novamente até 2021, considerando os dados de 2016 (BRASIL, 2012).

Um ano antes do prazo final da meta estabelecida pelo Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) para duplicar o comércio bilateral, a COSBAN se reuniu novamente. Em 2015, durante a quarta reunião da COSBAN, o Grupo de Trabalho de Comércio se destinou a discutir a diversificação da pauta exportadora brasileira para a China, que, como já destacado,

¹⁰ Os dados foram retirados da plataforma Comex Stat, disponibilizada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) do Brasil. Para a totalização dos dados, foram somados os fluxos de exportação e importação disponibilizados a cada ano referido. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 10 nov. 2022.

sempre esteve alicerçada na venda de produtos de baixo valor agregado. Ademais, o Brasil e China destacaram a colaboração positiva no âmbito de mecanismos multilaterais, como a OMC, especialmente durante as negociações da Rodada Doha, e também no seio do BRICS (ATA... (2015), 2016).

Em relatório apresentado durante a Sessão de 2015, a ainda chamada Subcomissão Econômico-Comercial demonstrou a continuidade das discussões visando alargar a cooperação sino-brasileira. Nesse sentido, o mecanismo destacou as discussões acerca da implementação de ações para a retirada de barreiras comerciais e incentivo ao comércio no âmbito dos Grupos de Trabalho de Comércio e de Cooperação Aduaneira. Ademais, ressaltou o diálogo em prol da expansão do comércio de serviços, que resultou na criação do Grupo de Trabalho para a Promoção do Comércio de Serviços, ressaltando também a cooperação na área de propriedade intelectual por meio do Grupo de Trabalho de Propriedade Intelectual (ATA... (2015), 2016).

Ainda em 2015, o segundo PAC (2015-2021) reafirmou a cooperação econômica e o comércio como elementos centrais da relação sino-brasileira. A adoção do programa expôs a necessidade de fortalecer as iniciativas de facilitação para o comércio bilateral e os projetos de infraestrutura. Dessa maneira, o acordo representou o compromisso firmado pelos dois países em dar continuidade e aprimorar a colaboração na área econômica, baseando o diálogo na busca por relações sólidas, estáveis e sustentáveis (BRASIL, 2015).

Com relação a 2016, prazo final para a primeira meta estipulada pelo Plano Decenal de Cooperação (2012-2021), os dados referentes ao fluxo comercial bilateral não animaram muito. Levando em consideração a meta de dobrar o comércio entre os países até 2016, os números revelaram uma frustração. Isso porque durante o ano de 2011, segundo dados do Comex Stat, as trocas comerciais entre o Brasil e a China amontoaram um total de cerca de US\$ 77 bilhões, maior que a quantia de 2016, que foi de pouco mais de US\$ 58 bilhões¹¹. Dessa forma, nota-se que além da meta não ter sido concretizada, o comércio bilateral demonstrou uma redução no intervalo em questão.

Apesar da frustração, as partes deram continuidade à cooperação comercial e já em 2019, durante a quinta Sessão da COSBAN, foram destacadas as importantes colaborações bilaterais envolvendo iniciativas comerciais. Nesse ínterim, o projeto *Belt and Road*, por parte da China, também conhecido como a Nova Rota da Seda, que se destina a investir em infraestrutura e transportes na interligação comercial de países da Ásia, Europa e África, foi tema de conversação entre as partes. Ademais, foi ressaltado o fato histórico do fluxo

¹¹ Dados disponíveis no site do Comex Stat: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 10 nov. 2022.

comercial entre o Brasil e a China ter superado a marca de mais de US\$ 100 bilhões em 2018, o que trouxe novamente à tona a intenção brasileira de exportar para a China produtos de maior valor agregado, uma pauta antiga de interesse especial do Brasil (BRASIL, 2019).

A chegada de 2021 representou a data limite da segunda meta prevista pelo Plano Decenal de Cooperação (2012-2021), que estabeleceu o objetivo de duplicar o fluxo comercial entre os países com relação aos dados de 2016. Nesse sentido, segundo dados do Comex Stat, o comércio bilateral em 2021 atingiu o patamar de mais de US\$ 135 bilhões, apresentando mais que uma duplicação do fluxo comercial comparado aos US\$ 58 bilhões de 2016¹². Desse modo, dentre os dois propósitos, pode-se afirmar separadamente que a duplicação do comércio bilateral entre 2011 e 2016 não foi atingida, ao passo que a duplicação do fluxo entre 2016 e 2021 foi concretizada. Entretanto, se a meta era a de quadruplicar o fluxo comercial entre 2011 e 2021, esse objetivo ainda está muito longe, demandando um maior esforço das partes para ser alcançado.

Recentemente, já em 2022, durante a mais atual Sessão da COSBAN, a ainda Subcomissão Econômico-Comercial destacou a avaliação positiva do Brasil e da China com relação aos fluxos comerciais. Segundo a ata da reunião, apesar das grandes mudanças causadas pela pandemia da COVID-19 desde 2020, os dois países continuaram cooperando na área comercial e realçaram a importância de expandir a sustentabilidade dos fluxos de comércio entre as nações (BRASIL, 2022a). Nesse viés, cabe destacar que mesmo em meio a conjuntura da pandemia, o fluxo comercial entre o Brasil e a China, segundo dados disponibilizados pelo Comex Stat, passou de pouco mais de US\$ 99 bilhões em 2019 para mais de US\$ 102 bilhões em 2020. Ademais, o ritmo continuou acelerado e a quantia bateu mais de US\$ 135 bilhões em 2021, já atingindo mais de US\$ 127 bilhões em 2022 até o mês de outubro ¹³.

A continuidade da cooperação comercial nos próximos anos é tratada com destaque tanto pelo Plano Estratégico (2022-2031) como pelo Plano Executivo (2022-2026). Conforme o Plano Estratégico (2022-2031), a área comercial deverá continuar sendo tratada de modo igualitário e respeitando os interesses nacionais do Brasil e da China agora pela Subcomissão Econômico-Comercial e de Cooperação, que agrega importantes Grupos de Trabalho como os recém criados de Educação e de Saúde. Desse modo, as iniciativas bilaterais comerciais devem se basear na perseguição do desenvolvimento sustentável, da prosperidade e do

¹² Dados disponíveis no site do Comex Stat: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 10 nov. 2022.

¹³ Idem.

bem-estar social dos países, o que deve reforçar o fluxo comercial já existente e intensificar o desenvolvimento das cadeias produtivas nacionais (BRASIL, 2022b). De forma complementar, o Plano Executivo (2022-2026) busca adensar a colaboração comercial entre os países através do estabelecimento de acordos que facilitem o comércio bilateral. Nesse sentido, o programa prevê avanços acerca de aspectos regulatórios, barreiras desnecessárias ao comércio e entraves setoriais que possam estar dificultando atualmente a cooperação, garantindo, assim, um futuro mais propício ao comércio bilateral (BRASIL, 2022c)

Destarte, o que se percebe é que o comércio entre o Brasil e a China constitui uma das áreas mais importantes para a cooperação entre os países, tendo notoriedade dentro da COSBAN através da Subcomissão Econômico-Comercial e de Cooperação. Ao mediar o diálogo bilateral, tratando de entendimentos conjuntos e de conversações sobre a conjuntura econômica global, a Subcomissão em questão garante o aprofundamento da colaboração econômica e corrobora diretamente para a expansão do fluxo comercial entre os dois países.

4.4 NA COOPERAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

No âmbito da COSBAN, a cooperação na área financeira passou a ser tratada com maior ênfase a partir de 2012, quando, após a sua criação, a Subcomissão Econômico-Financeira participou da segunda reunião do mecanismo bilateral. A gênese desse grupo expressou a ânsia tanto do Brasil quanto da China em aprofundar a colaboração nos mecanismos financeiros internacionais, como o FMI e o G-20, bem como da tentativa de promover uma ação coordenada no âmbito dessas arenas tendo por finalidade uma maior representação dos países em desenvolvimento.

Nesse sentido, a ata da segunda Sessão da COSBAN ressaltou o empenho dos dois países em promover o diálogo financeiro bilateral e estreitar o contato entre instituições financeiras de ambas as partes. Desse modo, o Brasil e a China passaram a se dedicar na aproximação entre o Banco Central do Brasil (BCB) e a Comissão de Regulação Bancária da China (CBRC), com vistas a incentivar o compartilhamento de informações bancárias transfronteiriças. Somado a isso, as partes demonstraram empenho em abrir representações bancárias nacionais em cada país, servindo de base para a ampliação da cooperação nas áreas financeira e comercial (ATA... (2012), 2016).

Além do mais, a entrada em vigor do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) estabeleceu objetivos para ampliar a cooperação financeira entre o Brasil e a China. Nesse sentido, o programa reafirmou a necessidade de diversificar os investimentos mútuos e

conjuntos, priorizando os setores de alto valor agregado e potencialmente vantajosos no sentido tecnológico. Para tanto, o plano estabeleceu como meta a promoção, no Brasil, de investimentos nas áreas de semicondutores, equipamentos eletrônicos e energias renováveis, enquanto que na China, os investimentos deveriam se concentrar nas áreas aeroespacial e de processamento de alimentos (BRASIL, 2012).

Dando continuidade aos trabalhos, durante a realização da sessão da COSBAN de 2013, a Subcomissão Econômico-Financeira, após se reunir pela terceira vez, destacou medidas tomadas pelos dois países para a coordenação da cooperação financeira. Nesse íterim, foram sublinhados os esforços em prol de um maior diálogo quanto às questões tributárias, bem como foi destacada a assinatura do Memorando de Entendimento entre os Ministérios das Finanças do Brasil e da China, que buscou enveredar esforços conjuntos para alcançar uma maior colaboração nos âmbitos fiscal, financeiro e econômico. Além disso, o BCB e o Banco Popular da China assinaram um acordo bilateral *swap* envolvendo as moedas nacionais, ou seja, o real e o renminbi, ampliando o escopo de transações financeiras (ATA... (2013), 2016).

Na esteira da quarta reunião da COSBAN, a Subcomissão Econômico-Financeira ressaltou a satisfação dos dois países quanto ao desenvolvimento da cooperação monetária tanto quanto aos diálogos macroeconômicos bilaterais como no aspecto multilateral. Desse modo, foram destaques a participação do Brasil enquanto membro fundador do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), o bom prosseguimento da colaboração nas áreas de informações financeiras e supervisão transfronteiriça, bem como o estabelecimento de parcerias entre instituições financeiras dos dois países (ATA... (2015), 2016).

Já durante a quinta Sessão da COSBAN, a Subcomissão Econômico-Financeira apresentou o relatório elaborado após a sétima reunião do grupo, que aconteceu em 2017. Conforme o exposto, foram ressaltados o papel imprescindível desempenhado pelo subcomitê na promoção da colaboração e comunicação entre as partes quanto às questões financeiras e fiscais. Somado a isso, os países demonstraram expectativas de ampliação da cooperação financeira por meio da adoção de novos entendimentos que colaborassem para tanto, como ocorreu com o Acordo Contingente de Reservas do BRICS e com as tratativas para revisar o Acordo para Evitar a Dupla Tributação (BRASIL, 2019).

No íterim da mais atual reunião da COSBAN, a Subcomissão Econômico-Financeira apresentou o relatório de sua nona reunião, que ocorreu em abril de 2022. Durante o encontro, para além do debate acerca das implicações econômicas oriundas da pandemia da COVID-19, o Brasil e a China reforçaram a disposição de ampliar a cooperação na área financeira. Para

tanto, foi celebrado o Memorando de Entendimento entre a Academia Chinesa de Ciências Fiscais (CAFS) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual se destinou a ampliar o intercâmbio acadêmico relacionado às questões de finanças e de tributação. Ademais, ressaltaram que ainda aguardam a modificação no Acordo para Evitar a Dupla Tributação, algo que já vem sendo destaque desde a Sessão de 2019 (BRASIL, 2022a).

Quando se trata de investimentos bilaterais entre o Brasil e a China, especialmente quanto ao fluxo de investimentos chineses que adentram o mercado brasileiro, uma instituição que se destaca por abordar a temática de forma irretocável é o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). Esse mecanismo surgiu ainda em 2004 e trata-se de uma entidade sem fins lucrativos formada por suas seções independentes, que representam o Brasil e a China, e que se destina a promover a conversação entre os setores empresariais de ambos países (CARIELLO, 2021). Devido sua importância, durante a quinta Sessão Plenária da COSBAN, o CEBC foi reconhecido como um meio essencial de comunicação entre as comunidades empresariais, contribuindo diretamente para a parceria bilateral (BRASIL, 2019).

Nesse sentido, o relatório "Investimentos chineses no Brasil: histórico, tendências e desafios globais (2007-2020)", elaborado pelo Conselho, demonstra a forma como a China tornou-se um dos principais investidores estrangeiros no Brasil nos últimos anos. Segundo dados relatados pelo trabalho, o Brasil recebeu 47% dos investimentos chineses destinados à América do Sul entre 2007 e 2020, os quais se destinaram, especialmente, para os setores de energia, mineração, indústria manufatureira e infraestrutura. Especificamente em 2020, decorrente da desaceleração econômica global, o volume de investimentos chineses que ingressaram no Brasil caiu exponencialmente, mas segundo o relatório "Investimentos chineses no Brasil: 2021, um ano de retomada", também elaborado pelo CEBC, em 2021 houve a retomada desses fluxos. Ainda segundo esse trabalho mais recente, o valor dos investimentos chineses no Brasil cresceu 208% quando comparado com 2020, atingindo um patamar de US\$ 5,9 bilhões destinados, especialmente, aos setores de energia e tecnologia (CARIELLO, 2022).

Levando em consideração a conjuntura de retomada econômica de 2021 e 2022, a Subcomissão Econômico-Financeira constitui um instrumento imprescindível para o aprofundamento da cooperação sino-brasileira. Buscando encontrar novos entendimentos entre as partes e sendo auxiliada por mecanismos bilaterais como o CEBC, o subcomitê demonstrou na mais atual reunião da COSBAN que buscará promover a colaboração nas áreas financeira, fiscal e econômica entre o Brasil e a China.

Em conjunto com os esforços da Subcomissão, o Plano Estratégico (2022-2031) e o Plano Executivo (2022-2026) buscam garantir um ambiente mais seguro para a ampliação da cooperação financeira. Desse modo, o Plano Estratégico (2022-2031) prevê que as partes trabalharão para facilitar a ampliação do fluxo de investimento, inclusive por meio do incentivo de parcerias público-privadas (BRASIL, 2022b). De outro lado, o Plano Executivo (2022-2026) detalha que o adensamento da colaboração financeira se baseará em investimentos de infraestruturas digitais, em transformação digital de indústrias tradicionais e no desenvolvimento verde, destacando essas áreas como a prioridade futura (BRASIL, 2022c).

4.5 NA ÁREA DE TEMAS SANITÁRIOS E FITOSSANITÁRIOS

A necessidade e a importância da cooperação sino-brasileira na área de inspeção e quarentena, que envolve os temas sanitários e fitossanitários, decorre, especialmente, da dinâmica do fluxo comercial entre os países, alicerçado, entre outras coisas, na compra e venda de produtos primários, como as carnes. Assim, levando em consideração que cada país possui autoridades e legislações próprias para regulação de regras de saúde e higiene, uma série de conversações acerca de questões sanitárias e fitossanitárias se fez necessária. Desse modo, em 2006, durante a primeira Sessão da COSBAN, ficou acertado o estabelecimento da Subcomissão de Quarentena, que posteriormente foi criada como Subcomissão de Inspeção e Quarentena, responsável por mediar o diálogo na área (ATA...(2006), 2016).

As questões sanitárias, vale ressaltar, interessam muito mais ao Brasil do que a China, haja vista que é pelo lado brasileiro que se dá o maior volume de exportação de produtos alimentares. Nesse sentido, o lançamento do primeiro PAC (2010-2014), estabeleceu as diretrizes básicas para a condução da cooperação em inspeção e quarentena. Segundo o programa, os esforços dos dois países se concentrariam em racionalizar e agilizar o comércio bilateral através da adoção de procedimentos eficientes, assegurando, assim, a segurança e a qualidade dos produtos comercializados (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, foi a partir do primeiro PAC (2010-2014) que as questões de inspeção e quarentena ganharam maior relevância no âmbito da relação sino-brasileira. Sinal de tal avanço pôde ser visto durante a sessão da COSBAN de 2012, na qual o subcomitê apresentou o relatório de sua terceira reunião, destacando a assinatura do Protocolo para Exportação de Carne e Pele Comestível de Asininos do Brasil para a China. Além do mais, destacou as tentativas conjuntas dos países de ampliar a cooperação na área, buscando acelerar,

especialmente, o registro de fornecedores brasileiros de carnes na China (ATA... (2012), 2016).

Ademais, a colaboração existente entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA) e a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da China (AQSIQ) foi destacada no âmbito da terceira Sessão da COSBAN. Como relatado pela então Subcomissão de Inspeção e Quarentena, os dois países se comprometeram a envidar esforços para expandir a colaboração sanitária, acelerar o registro de fornecedores e também os procedimentos de inspeção. Assim, o Brasil e a China se mostraram satisfeitos com o nível de diálogo bilateral, reforçando a busca pela promoção da segurança e qualidade dos alimentos e produtos agrícolas comercializados (ATA... (2013), 2016).

Em 2015, quando ocorreu a quarta Sessão da COSBAN, a ainda chamada Subcomissão de Inspeção e Quarentena destacou importantes avanços para a cooperação sino-brasileira na área. Desse modo, o mecanismo sublinhou a assinatura do Protocolo sobre Quarentena e Condições Veterinárias de Carne Bovina exportada do Brasil para a China, bem como do Certificado Sanitário Internacional. Junto a esses avanços, a certificação de novos fornecedores de produtos agrícolas serviu de base para a expansão da colaboração entre os dois países no comércio de insumos alimentares (ATA... (2015), 2016).

Ainda em 2015, a adoção do segundo PAC (2015-2021) representou a continuidade dos esforços para adensar a cooperação sino-brasileira na área de inspeção e quarentena. A entrada em vigor do programa assinalou a disposição do Brasil e da China em ampliar esforços para reforçar a troca de informações relativas às questões sanitárias e fitossanitárias. Somado a isso, os países se dispuseram a tratar com mais ênfase questões de metrologia, padronização e certificação (BRASIL, 2015).

Reflexo do bom prosseguimento do diálogo bilateral, em 2019, no decorrer da quinta Sessão da COSBAN, a até então Subcomissão de Inspeção e Quarentena demonstrou satisfação com os avanços alcançados por meio do estabelecimento de novos entendimentos. Nesse sentido, foram ressaltadas as assinaturas do Memorando de Entendimento para o Aprimoramento da Colaboração em Inspeção, Quarentena e Supervisão das Exportações de Carne do Brasil para a China; também do Memorando de Entendimento para Cooperação Técnica na Quarentena de Frutas; e do Memorando de Entendimento sobre Higiene e Segurança dos Produtos de Pesca. Essa série de resoluções contribuiu diretamente para o adensamento da cooperação sino-brasileira nas áreas sanitária e fitossanitária, criando bases para a ampliação do fluxo comercial de produtos agrícolas entre os países (BRASIL, 2019).

Quando ocorreu a mais recente Sessão Plenária da COSBAN, em 2022, a pandemia da COVID-19 já havia intensificado as preocupações para questões de segurança sanitária. Nesse ínterim, a antiga Subcomissão de Inspeção e Quarentena, em relatório apresentado à Comissão após a realização de sua sétima reunião, destacou os esforços tanto do Brasil quanto da China em manter o alto nível da cooperação em segurança dos alimentos e produtos agrícolas comercializados entre os países. Ademais, destacou a habilitação de novos estabelecimentos brasileiros para exportar para China laticínios e carnes, bem como também de fornecedores chineses de produtos envoltórios para exportarem para o Brasil (BRASIL, 2022a). A partir do lançamento do Plano Estratégico (2022-2031), a Subcomissão de Inspeção e Quarentena passou a ser chamada de Subcomissão de Temas Sanitários e Fitossanitários, não apresentando mudanças em seu funcionamento, tampouco em sua atuação (BRASIL, 2022b)

4.6 NA ÁREA DE ENERGIA E MINERAÇÃO

Criada durante a primeira Sessão da COSBAN, a Subcomissão de Energia e Mineração busca nortear as conversações entre o Brasil e a China quanto às questões de comércio, investimento e desenvolvimento tecnológico na área. Apesar da Subcomissão de Energia e Mineração só ter tido sua primeira participação em uma Sessão da COSBAN em 2012, o tema já vinha sendo abordado por meio do primeiro PAC (2010-2014). A entrada em vigor do programa sinalizou os esforços dos dois países em ampliar a colaboração na área, com destaque às iniciativas relacionadas ao comércio, à exploração do petróleo, aos serviços de engenharia e à fabricação de equipamentos (BRASIL, 2010).

No ínterim da segunda Sessão da COSBAN, a Subcomissão ressaltou a assinatura, em 2009, do Protocolo sobre Cooperação em Energia e Mineração, bem como a disposição dos países em expandir a cooperação nos setores de extração e comercialização de petróleo, gás e minerais (ATA... (2012), 2016). Ainda em 2012, o lançamento do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) influenciou diretamente a cooperação na área de energia e mineração. Através do programa, Brasil e China se dispuseram a intensificar a criação de projetos de energia e mineração, a estabelecer atividades conjuntas de pesquisa para o desenvolvimento de novas tecnologias, bem como a ampliar a troca de informações entre as partes, envolvendo instâncias governamentais e empresariais (BRASIL, 2012).

Já em 2013, no decorrer da terceira Sessão da COSBAN, a Subcomissão de Energia e Mineração apresentou o relatório de sua terceira reunião, na qual o Brasil e a China se

comprometeram a continuar a cooperação já existente. O mesmo aconteceu no âmbito da quarta Sessão, realizada em 2015, na qual as partes destacaram a intenção de intensificar o comércio de minérios, de expandir a participação na exploração de petróleo e gás, bem como de promover a troca de expertise na área tecnológica de transmissão de energia elétrica (ATA... (2013), 2016).

No mesmo ano da quarta Sessão, passou a vigorar o segundo PAC (2015-2021), que serviu de base para o prosseguimento e o aprimoramento da cooperação sino-brasileira na área de energia e mineração. Nesse sentido, através do plano, o Brasil e a China estabeleceram o compromisso de fortalecer o diálogo conjunto sobre setores estratégicos, tais como os de petróleo e gás natural, de eletricidade e de energia nuclear (BRASIL, 2015).

Em 2019, no decorrer da quinta Sessão, a Subcomissão de Energia e Mineração reforçou a intenção dos países em continuar colaborando e ampliar o contato entre suas empresas que atuam no setor de eletricidade e mineração. Nesse viés, foram temas de conversação a exploração mineral sustentável, a necessidade de investir em infraestrutura e em novos desenvolvimentos, como as tecnologias de ultra alta tensão. Ademais, os países reforçaram a possibilidade de cooperar em novas áreas, como na eficiência energética e no desenvolvimento e comércio de biocombustíveis (BRASIL, 2019).

Na esteira da sexta Sessão da COSBAN, a Subcomissão de Energia e Mineração sublinhou os esforços do Brasil e da China em alcançar um grau mais elevado de relação bilateral sob a liderança da COSBAN. Desse modo, foi ressaltado um passo importante dado ainda em 2019, quando as partes assinaram o Memorando de Entendimento sobre Energias Renováveis e Eficiência Energética. Como destacado pelo relatório do subcomitê, o estabelecimento desse entendimento renovou o interesse das partes em cooperar nas searas da bioenergia, das energias renováveis e da eficiência energética (BRASIL, 2022a).

Recentemente, tanto o Plano Estratégico (2022-2031) quanto o Plano Executivo (2022-2026) buscaram reafirmar os esforços conjuntos do Brasil e da China em cooperar na área de mineração e energia. Com relação ao Plano Estratégico (2022-2031), os países destacaram as iniciativas para adensar nos próximos anos a cooperação nos setores de energias renováveis, o qual inclui os biocombustíveis, de energia nuclear, de petróleo e gás e também no uso do hidrogênio (BRASIL, 2022b). De modo complementar, o Plano Executivo (2022-2026) também expôs o interesse conjunto de intensificar a cooperação, especificando questões como a colaboração no setor automotivo, inclusive relacionado aos veículos elétricos, e tratativas sobre combustíveis de baixo carbono e a armazenagem de carbono (BRASIL, 2022c).

Questão-chave para o futuro incerto assolado pelas mudanças climáticas, a colaboração no setor de energia e mineração deve continuar a ser um tema de grande importância para a cooperação bilateral sino-brasileira. Dotados de territórios continentais, riqueza natural e grandes populações, o Brasil e a China devem continuar a se debruçar nas questões de geração de energia limpa, mineração sustentável e segurança energética, conferindo uma maior qualificação para a parceria bilateral.

4.7 NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

A colaboração na área de educação entre o Brasil e a China buscou, desde o seu princípio, encurtar as distâncias entre os países e propagar, sobretudo, o ensino dos idiomas português e mandarim. Conforme destaca a ata da primeira Sessão da COSBAN, em 2006 os dois países assinaram e lançaram o Programa Executivo Sino-Brasileiro de Cooperação Educacional, que serviu de base para o aprofundamento da cooperação educacional. Desse modo, o projeto expandiu o horizonte e proporcionou, entre outras coisas, o reconhecimento mútuo de diplomas de graduação entre os dois países e também a abertura de instituições educacionais de ensino de idioma, como os Institutos Confúcio (ATA... (2006), 2016).

Em 2010, com o primeiro PAC (2010-2014) passando a vigorar, a cooperação sino-brasileira na área de educação buscou seguir diretrizes para fortalecer o intercâmbio educacional e ampliar a colaboração na área. Desse modo, o Brasil e a China se dispuseram a promover o intercâmbio conjunto através da ampliação de bolsas de estudo, a assinar acordos operacionais e a promover o contato entre entidades universitárias e instâncias educacionais dos dois países (BRASIL, 2010).

Um tópico de cooperação que recebeu importante grau de atenção dos dois países foi, como já destacado, a questão da colaboração em nível superior. Dessa forma, durante a reunião de 2012 da COSBAN, os dois países enveredaram esforços para ampliar o intercâmbio de acadêmicos e pesquisadores, usando para tanto projetos como o Programa Ciência sem Fronteiras, por parte do Brasil e da colaboração entre instâncias educacionais, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior (CAPES) e o *China Scholarship Council* (CSC) (ATA... (2012), 2016). Ainda em 2012, o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) reforçou as iniciativas já previstas pelo primeiro PAC (2010-2014) e enfatizou o papel do ensino dos idiomas na aproximação educacional entre os dois países (BRASIL, 2012).

Tomando por base tais avanços, no âmbito da terceira Sessão da COSBAN o Brasil e a China se mostraram satisfeitos com o nível de cooperação educacional estabelecido, comprometendo-se a ampliar a colaboração por meio de novos incentivos. Nesse sentido, sublinharam os esforços para incrementar o intercâmbio educacional profissional e tecnológico, bem como se dispuseram a apoiar com mais ênfase a propagação do estudo dos idiomas. Desse modo, a reunião de 2015 da COSBAN ressaltou a disponibilização de novas bolsas de estudos pelos governos dos dois países, como também apontou os esforços para a propagação do estudo acerca de outras regiões, ampliando o leque de oportunidades da cooperação em educação (ATA... (2015), 2016). Esses esforços em prol do aprofundamento do diálogo educacional também foram pertinentes ao segundo PAC (2015-2021), que destacou o fluxo de estudantes entre os países e estabeleceu como metas o incremento desse intercâmbio e a promoção de uma maior aproximação entre a CAPES e o CSC (BRASIL, 2015).

No âmbito da quinta Sessão da COSBAN, a ainda existente Subcomissão Educacional expressou o reconhecimento das partes acerca da cooperação educacional. Desse modo, o Brasil e a China pontuaram as conquistas que ampliação no ensino dos idiomas nas respectivas contrapartes, bem como reconheceram a importância dos entendimentos firmados entre instituições de ensino dos dois países, como foi o caso do acordo entre a Universidade Federal de Goiás e o Instituto Confúcio de Medicina Chinesa, que envolveu a cooperação com a Universidade de Medicina Tradicional Chinesa de Hebei e a Universidade de Estudos Estrangeiros de Tianjin (BRASIL, 2019).

Ainda no sentido da cooperação educacional em nível superior, a mais atual Sessão Plenária da COSBAN destacou uma série de iniciativas entre universidades dos dois países. Do lado chiês, instituições como a Universidade de Tsinghua, a Universidade Agrícola do Sul da China e a Universidade Jiaotong, estabeleceram, junto a centros brasileiros como a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, núcleos de pesquisa e ensino. Além disso, a antiga Subcomissão Educacional reafirmou o interesse dos países em ampliar a institucionalização da cooperação, como também explorar novos métodos educacionais para promover o contato educacional (BRASIL, 2022a).

Frente aos avanços já registrados, o Plano Executivo (2022-2026) renovou o empenho conjunto do Brasil e da China em prosseguir qualificando a cooperação educacional, mas não mais por uma Subcomissão Educacional, e sim através do grupo de Trabalho de Educação ligado à Subcomissão Econômico-Comercial e de Cooperação (BRASIL, 2022b) . Nesse sentido, o programa elencou como metas a serem seguidas pelo mecanismo de trabalho uma

maior aproximação entre institutos de ensino profissional e tecnológico, a ampliação da oferta de bolsas de estudo para intercâmbio e também o fortalecimento do ensino de idiomas nos dois países (BRASIL, 2022c).

Com esse panorama, o que se percebe é que a então Subcomissão Educacional, ao propor continuar expandindo a cooperação sino-brasileira, desempenhou relevante papel para a relação bilateral que deverá ser continuado pelo Grupo de Trabalho de Educação. Ao lidar com avanços tecnológicos, novas modalidades de ensino e com o crescente avanço pelo estudo de idiomas, o novo mecanismo de diálogo buscará estabelecer uma parceria de qualidade, que incentive a educação inteligente e que promova o aperfeiçoamento de talentos entre as duas nações.

4.8 NA ÁREA ESPACIAL

A cooperação espacial é um tema intrínseco à cooperação sino-brasileira, haja vista que um dos primeiros empreendimentos conjuntos entre o Brasil e a China, pouco anos após o estabelecimento dos laços diplomáticos, foi o desenvolvimento conjunto de um projeto espacial. O Programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) foi lançado em 1988 e representou o primeiro grande ato de cooperação entre os dois países, tratando de uma iniciativa pioneira envolvendo nações emergentes.

No íterim da reunião de 2006 da COSBAN, os países destacaram os lançamentos exitosos dos satélites CBERS-1, em 1999, e CBERS-2, em 2003, ambos a partir da base chinesa de Taiyuan. Ademais, se comprometeram a ampliar a cooperação entre os dois países para a utilização pacífica da tecnologia espacial. Destarte, o Brasil e a China se comprometeram a expandir o Programa CBERS, enveredando esforços para lançarem novos satélites nos anos posteriores à reunião, como o CBERS-2B (ATA... (2006), 2016).

O comprometimento de seguir cooperando na área especial foi representado por meio do primeiro PAC (2010-2014), através do qual o Brasil e a China buscaram dar continuidade à expansão da colaboração espacial. De acordo com o plano, o fortalecimento da parceria sino-brasileira estava diretamente relacionado à colaboração na área espacial, perpassando por questões como a ampliação de outros países aos dados obtidos através do Programa CBERS, o recebimento de dados de satélites chineses por parte do Brasil e a adoção de uma política de dados. Dessa maneira, a primeira versão do PAC contribuiu diretamente para a expansão e o enriquecimento da cooperação na área de cooperação espacial (BRASIL, 2010).

Dando continuidade às discussões do Programa CBERS, após lançarem o satélite CBERS-2B em 2007 a partir da base de Taiyuan, o Brasil e a China, durante a segunda Sessão da COSBAN, destacaram as iniciativas para colocar em órbita o satélite CBERS-4. Ademais, se comprometeram a apresentar às instâncias da Agência Espacial Brasileira (AEB) e da Administração Nacional Espacial da China (CNSA), através do estabelecimento de um grupo técnico, um plano de desenvolvimento para novos satélites (ATA... (2012), 2016).

No âmbito da reunião de 2013 da COSBAN, a ainda chamada Subcomissão de Cooperação Espacial destacou diversas iniciativas para enriquecer a cooperação sino-brasileira. Dentre essas medidas, estava a concordância das autoridades brasileiras e chinesas em lançar o satélite CBERS-3 ainda no início de dezembro de 2013, bem como de colocar, já em 2015, em órbita o CBERS-4. Somado a isso, os países assinaram o Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial (2013-2022), que orientou a colaboração nas áreas de tecnologia espacial, aplicações espaciais, ciências espaciais, serviços de lançamento de foguete e formação de pessoal juntamente ao Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) (ATA... (2013), 2016).

Como acordado durante a terceira Sessão da COSBAN, o satélite CBERS-3 foi lançado ao espaço em dezembro de 2013, bem como o satélite CBERS-4 foi colocado em órbita quase um ano depois, em dezembro de 2014. O bom desenvolvimento da cooperação espacial e o sucesso dos lançamentos bilaterais levaram o Brasil e a China a assegurar, durante a Sessão da COSBAN ocorrida em 2015, o desenvolvimento e lançamento do CBERS-4A, bem como o compartilhamento internacional de dados obtidos a partir do CBERS-4, especialmente com países da África (ATA... (2015), 2016). Ademais, o prosseguimento da cooperação especial foi afirmado através do segundo PAC (2015-2021), que reiterou a importância estratégica do Programa CBERS e garantiu o empenho bilateral para avançar em questões de aplicações espaciais, legislação espacial e ciência espacial (BRASIL, 2015).

As conversações acerca do lançamento do satélite CBERS-4A continuaram durante a quinta Sessão da COSBAN, na qual a então Subcomissão de Cooperação Espacial ressaltou os esforços conjuntos do Brasil e da China para enviar o satélite ao espaço em 2019. Ademais, a Subcomissão sublinhou o bom prosseguimento da cooperação espacial como uma chance de aprofundar ainda mais a parceria sino-brasileira, com a proposição de novos projetos, quer sejam de satélites, pesquisa ou treinamento (BRASIL, 2019).

O lançamento do satélite CBERS-4A em 2019 foi satisfatoriamente reconhecido durante a Sessão de 2022 da COSBAN. Segundo o relatório da Subcomissão de Cooperação

Espacial, o avanço significativo obtido na área espacial pelo Programa CBERS é incontestável, visto que os dados obtidos a partir do projeto implicam em benefícios para outras áreas de cooperação, como na agricultura, e são compartilhados junto a outros países. Nesse sentido, a Subcomissão também destacou novos projetos, como o do radiotelescópio BINGO, que deve ser instalado no estado da Paraíba e que é fruto de uma parceria entre o INPE, a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal de Campina Grande e instituições chinesas, bem como de outros países (BRASIL, 2022a).

A partir do Plano Estratégico (2022-2031), Brasil e China sinalizaram a busca por qualificar ainda mais a área de cooperação espacial nos próximos anos. Pioneira na parceria estratégica entre os dois países, a área deve passar a ser norteadada pelo segundo Plano Decenal de Cooperação Espacial (2023-2032), que já está na fase de consultas e negociações (BRASIL, 2022b). Somado a isso, o Plano Executivo (2022-2026) destaca o comprometimento dos países em avançar no debate sobre a exploração lunar e do espaço profundo, levando em consideração uma colaboração baseada na igualdade e no benefício mútuo (BRASIL, 2022c).

Como reforçado pela agora chamada Subcomissão Espacial durante a recente reunião da COSBAN, a colaboração na área espacial entre o Brasil e a China deve continuar, especialmente através da renovação do Programa CBERS. Nesse sentido, novos satélites, como o CBERS-5 e o CBERS-6 devem ser desenvolvidos em conjunto pelos países e lançados nos próximos anos, como previsto pelo Plano Executivo (2022-2026). Frente a essa continuidade e aprimoramento da parceria sino-brasileira, a COSBAN deve continuar desempenhando seu papel de mediar o diálogo bilateral e promover o aprofundamento da cooperação nas áreas de tecnologia e aplicações espaciais.

4.9 NA ÁREA DE AGRICULTURA

O tema da agricultura esteve em pauta no seio da COSBAN desde a primeira reunião do mecanismo, quando as partes ressaltaram a importância da cooperação científica e tecnológica na área. O interesse de ambos os países pela agricultura reúne os anseios de discutir uma vertente que impacta diretamente outras importantes temáticas, tais como o comércio, os investimentos, a questão de segurança alimentar e também o desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, o Brasil e a China, a partir da Subcomissão de Agricultura, demonstraram o desejo de colaborar em temáticas como a agrotecnologia, questões agroecológicas e também de biossegurança (ATA... (2006), 2016).

Em 2010, o primeiro PAC (2010-2014) serviu como base para nortear a cooperação sino-brasileira na área de agricultura. Com o intuito de intensificar a colaboração bilateral, a primeira versão do plano conjunto estabeleceu como meta a criação de um sistema de troca de informações entre os países, o fortalecimento de pesquisas agrícolas, o incentivo ao comércio de produtos agrícolas, a troca de expertise em questões relacionadas à agricultura e também o estabelecimento de laboratório conjuntos tanto no Brasil quanto na China. Desse modo, o programa instituiu as diretrizes básicas para o aprofundamento da relação sino-brasileira na seara da agricultura nos anos seguintes (BRASIL, 2010).

No âmbito da segunda Sessão da COSBAN, a Subcomissão de Agricultura destacou avanços importantes para expandir a parceria sino-brasileira na área. Desse modo, foram sublinhadas medidas como o Plano de Trabalho em Cooperação Agrícola e o estabelecimento do Laboratório Conjunto de Ciência Agrícola Brasil-China (ATA... (2012), 2016). Somado a isso, ainda em 2012 o lançamento do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) incluiu entre seus objetivos, tópicos relacionados à agricultura. Assim como o primeiro PAC (2010-2014), o plano de dez anos ressaltou a importância da agricultura para a relação sino-brasileira, constituindo um cenário estratégico para fortalecer a parceria bilateral. Nesse sentido, o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) destacou o engajamento conjunto do Brasil e da China em expandir a colaboração e promover o benefício mútuo através da diversificação de produtos agrícolas comercializados, da redução dos custos produtivos desses produtos e também da facilitação do contato direto entre empresas e corporações agrícolas dos dois países (BRASIL, 2012).

Na esteira da terceira Sessão da COSBAN, a Subcomissão de Cooperação Espacial apresentou avanços concretos na parceria sino-brasileira. Conforme destacado pelo relatório do subcomitê, os países assinaram o Plano Estratégico para Cooperação em Agricultura entre o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento do Brasil (MAPA) e do Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais da China (MOA) (ATA... (2013), 2016).

Um ano após, no decorrer da quarta Sessão da COSBAN, a Subcomissão de Agricultura voltou a ressaltar o bom desenvolvimento da colaboração sino-brasileira na área. Dessa forma, apontou a realização da primeira reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil-China sobre Biotecnologia Agrícola e Biossegurança, que aconteceu em 2014, e que abordou aspectos relacionados ao sistema de regulamentação de organismos geneticamente modificados, também chamados de transgênicos. Ademais, a Subcomissão destacou a assinatura do Acordo sobre a Cooperação em Saúde Animal e Quarentena e do estreitamento da relação entre o MAPA e o MOA (ATA... (2015), 2016).

A colaboração bilateral sino-brasileira na área de agricultura também foi destacada na reunião de 2019 da COSBAN, na qual a Subcomissão de Agricultura elencou os avanços conquistados no período de quatro anos. Destarte, os países ressaltaram o estabelecimento de laboratórios conjuntos entre a Academia Chinesa de Ciências Agrícolas (CAAS) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que criaram uma base para a ampliação da cooperação científica e tecnológica na área da agricultura prevista pelo segundo PAC (2015-2021) (BRASIL, 2019).

Durante a última Sessão realizada pela COSBAN, em 2022, a Subcomissão de Agricultura salientou importantes avanços concretos alcançados pelo Brasil e pela China para fortalecer a cooperação na área. Dessa forma, foi evidenciada a criação de novos grupos de trabalho, como o Grupo de Trabalho sobre Agricultura Digital e o Grupo de Trabalho sobre Pesticidas, bem como o bom nível de interlocução alcançado na esfera internacional, na qual, em meio aos mecanismos multilaterais, o Brasil e China mantêm certo grau de convergência (BRASIL, 2022a).

Levando em consideração a relevância da agricultura e todas suas implicações em outras searas estratégicas, como a economia, a Subcomissão de Agricultura tem desempenhado a importante função de mediar o diálogo bilateral sino-brasileiro. Considerando as perspectivas futuras, o mecanismo deve continuar servindo de instrumento para consolidar uma cooperação benéfica e norteadada pela busca de resultados positivos. Para os próximos anos, o Plano Executivo (2022-2026) prevê o aprimoramento da parceria bilateral na área, tendo como foco o fornecimento de alimentos de qualidade para as populações dos dois países, bem como a promoção de novas iniciativas voltadas à sanidade animal e vegetal, bem como à sustentabilidade agrícola (BRASIL, 2022c).

4.10 NA ÁREA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Diversas vertentes de cooperação, como a de energia, de educação, de cooperação espacial e da agricultura são impactadas pelos avanços tecnológicos que expandem a difusão de conhecimento, a aquisição de novas informações e o desenvolvimento de novas técnicas. Frente a isso, o Brasil e a China, reconheceram os avanços tecnológicos como elementos imprescindíveis para o desenvolvimento da cooperação bilateral, passando a dialogar sobre ciência, tecnologia e inovação do seio da COSBAN desde a sua primeira Sessão, em 2006. Em meio às conversações do primeiro encontro da Comissão, as partes reconheceram a complementaridade existente na área tecnológica e elencaram aspectos prioritários a serem

trabalhados bilateralmente. Nesse sentido, questões referentes à biotecnologia, aos biocombustíveis, às energias renováveis, à meteorologia e às políticas de inovação passaram ser recorrentemente debatidas pelos dois países (ATA... (2006), 2016).

Em 2010, o primeiro PAC (2010-2014) demonstrou o anseio do Brasil e da China em adensar a cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação, estabelecendo, para tanto, metas a serem seguidas. De acordo com o programa, o incentivo ao contato estreito entre os Ministérios da Ciência e Tecnologia dos dois países era um fator-chave para expandir a cooperação e buscar benefícios mútuos. Nesse ínterim, a execução de novos projetos de cooperação tecnológica e científica, bem como o reforço do diálogo bilateral sobre política públicas para inovação e desenvolvimento foram objetivos instituídos a partir do plano (BRASIL, 2010).

Durante a Sessão da COSBAN que ocorreu em 2012, a Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, destacou os significativos avanços conquistados no intervalo de seis anos. Dessa forma, foram ressaltados a celebração, em 2009, do Plano de Trabalho sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações do Brasil e o Ministério de Ciência e Tecnologia da China, bem como a realização do Diálogo de Alto Nível Brasil-China sobre Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2011. Esses avanços permitiram o Brasil e a China ampliarem o escopo de sua cooperação, adentrando em áreas estratégicas como a nanociência, a nanotecnologia, e também tecnologias da informação e das comunicações (ATA... (2012), 2016). Vale ressaltar que, ainda em 2012, o lançamento do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) garantiu o prosseguimento e o aprofundamento da cooperação nas áreas científica e tecnológica. Como ressaltado pelo programa, a ciência e a tecnologia são fatores cruciais para promover o desenvolvimento sustentável e a inserção competitiva das duas economias na escala global (BRASIL, 2012).

No ano seguinte, já em meio a terceira Sessão da COSBAN, a Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio de relatório, elencou a continuidade da cooperação sino-brasileira na área e pontuou novos avanços alcançados. Dentre tais conquistas, foram destaques o lançamento do Centro Brasil-China de Nanotecnologia e Inovação, a instalação do Laboratório Virtual da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Academia Chinesa de Ciências Agrárias (CAAS), a criação do Centro Brasil-China de Satélites Meteorológico e do Centro Brasil-China de Biotecnologia, iniciativas previstas pelo Plano Decenal de Cooperação (2012-2021). Ademais, os países se mostraram satisfeitos com a parceria firmada entre a Universidade de Tsinghua e a Universidade Federal do Rio de

Janeiro (UFRJ), que resultou na instituição do Centro Brasil-China de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para Energia (ATA... (2013), 2016).

Com relação a quarta Sessão da COSBAN, realizada em 2015, a Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação destacou o bom prosseguimento da cooperação bilateral como também dos projetos conjuntos já existentes. Além disso, demonstrou a satisfação das partes pela realização do segundo Diálogo de Alto Nível Brasil-China sobre Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como o empenho de ambos os países em ampliar a colaboração em questões relevantes, como no debate sobre cidades inteligentes, ciências florestais, prevenção de desastres naturais e tecnologias aeroespaciais (ATA... (2015), 2016). Também em 2015, passou a vigorar o segundo PAC (2015-2021), que renovou os compromissos bilaterais de prosseguir cooperando nas searas de ciência, tecnologia e inovação. Em seu escopo, o programa tratou de estabelecer áreas prioritárias para a parceria bilateral, estabelecendo a bioenergia, o clima espacial e a biomedicina como alguma dessas vertentes preferenciais (BRASIL, 2015)

Ao darem prosseguimento à colaboração bilateral, o Brasil e a China reconheceram, durante a Sessão da COSBAN de 2019, o elevado grau de cooperação na área tecnológica existente entre eles. Tomando por base a bem-sucedida contribuição e a atuação da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, os países se comprometeram a realizar novas reuniões bilaterais de planejamento e a elaborar novas estratégias de parceria no decorrer dos anos seguintes, visando o adensamento da cooperação (BRASIL, 2019).

No decorrer da mais atual Sessão Plenária da COSBAN, a Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação evidenciou os desafios impostos pela pandemia da COVID-19 e destacou o bom uso da tecnologia e dos avanços científicos para superação da conjuntura de crise. Desse modo, destacou que os países, apesar das dificuldades existentes, continuaram a cooperar na área e se comprometeram a expandir o debate, reforçando a discussão sobre políticas de incentivo para a área em questão, ampliando a cooperação entre instituições dos dois países e construindo linhas de ação para prosseguir o diálogo bilateral em áreas estratégicas. Nesse sentido, foi destacado o papel-chave que deverá continuar a ser desempenhado pela Subcomissão de Ciência Tecnologia e Inovação, um dos mecanismos responsáveis por dar profundidade e amplitude para a parceria sino-brasileira (BRASIL, 2022a).

Parte dos esforços da COSBAN, o Plano Estratégico (2022-2031) deve nortear a cooperação sino-brasileira nas áreas de ciência, tecnologia e inovação ao longo dos próximos anos. Nesse sentido, espera-se que metas como o incentivo à criação de *startups* e ao

compartilhamento de informações sobre os ecossistemas de tecnologia, desenvolvimento e inovação de ambos os países sejam alcançadas (BRASIL, 2022b). De modo complementar, o Plano Executivo (2022-2026) estabeleceu como objetivos para os próximos anos o adensamento do intercâmbio entre as comunidades científicas do Brasil e da China e o estreitamento de laços entre instituições universitárias nacionais. Assim, o que se busca é a exploração de novos campos, como a fotônica, a física de aceleradores e experimentos em síncrotron (BRASIL, 2022c).

4.11 NA ÁREA DE INDÚSTRIA, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Por meio do primeiro PAC (2010-2014), a cooperação na área de indústria e tecnologia da informação começou a ganhar espaço dentro da relação bilateral Brasil-China. Como previsto pelo acordo, os esforços dos países estavam concentrados na promoção de um diálogo mais estreito e no compartilhamento de informações relacionadas às políticas industriais de ambos os países. Nesse sentido, os governos brasileiro e chinês estabeleceram como objetivos a serem alcançados a colaboração em áreas como a indústria de recursos minerais, a indústria de aviação civil e a indústria de combustíveis (BRASIL, 2010).

A cooperação específica na área de indústria e tecnologia da informação teve início no seio da COSBAN após o estabelecimento da então Subcomissão de Indústria e Tecnologia da Informação. Nesse sentido, durante a segunda Sessão, em 2012, o Brasil e a China demonstraram o empenho para aprofundar a parceria nessa área, através da qual passaram a buscar o benefício mútuo advindo da complementaridade e do potencial relacionados à indústria e às tecnologias de informação (ATA... (2012), 2016). Somado a isso, o lançamento, no mesmo ano, do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) sinalizou o desejo dos dois países de adensar a colaboração industrial, estabelecendo como objetivo principal a exploração de novas oportunidades para a produção industrial conjunta (BRASIL, 2012).

No ano seguinte, já no decorrer da terceira Sessão da COSBAN, os países ressaltaram que a busca pela inovação, pela construção de cadeias industriais e ampliação do mercado doméstico eram condições necessárias para que a relação sino-brasileira alcançasse um grau ainda mais elevado na área industrial (ATA... (2013), 2016). Nesse mesmo sentido, em meio a quarta Sessão da COSBAN, em 2015, a ainda chamada Subcomissão de Indústria e Tecnologia da Informação destacou que o Brasil e a China promoveram uma revisão sobre o desenvolvimento da cooperação na área, tendo sido destaque a satisfação de ambos os países

com o bom prosseguimento da parceria (ATA... (2015), 2016). Somado a isso, através do lançamento do segundo PAC (2015-2021), ainda em 2015, os países se dispuseram a ampliar a cooperação em setores como a indústria manufatureira, a aviação e as comunicações. Ademais, foi demonstrado o interesse das partes de estabelecer colaboração em novas vertentes, dentre elas a internet e os meios eletrônicos (BRASIL, 2015).

No decorrer da quinta Sessão da COSBAN, a ainda Subcomissão de Indústria e Tecnologia da Informação apresentou o seu relatório e sublinhou que o Brasil e a China, a partir de análises e trocas de informações, identificaram novas áreas de cooperação, como o desenvolvimento sustentável e a fabricação de equipamentos. Além do mais, foi destacada a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações do Brasil, a Agência Nacional de Telecomunicações do Brasil (ANATEL) e o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da China. A partir desse entendimento, as partes demonstraram o interesse de cooperar na área de tecnologias avançadas de comunicação, indústria de semicondutores, inteligência artificial e gestão de satélites (BRASIL, 2019).

Em meio a mais recente Sessão da COSBAN, ocorrida em 2022, a Subcomissão de Indústria e Tecnologia da Informação foi ampliada, passando a se chamar Subcomissão de Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação. Apesar da mudança na nomenclatura, a atuação do subgrupo não sofreu alteração, pelo contrário, foi reforçado que o aprofundamento da cooperação entre o Brasil e a China parte da compreensão de que os países são as maiores nações em desenvolvimento de seus continentes e constituem dois importantes mercados da economia global. Nesse sentido, as partes reconheceram a indústria, a informação e a comunicação como searas a serem exploradas para a implementação de um desenvolvimento baseado na inovação, na transformação inteligente e no uso de alternativas sustentáveis e digitais (BRASIL, 2022a).

Frente a essa perspectiva, a Subcomissão de Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação continuará a desempenhar a tarefa de mediar o diálogo sino-brasileiro, promovendo a implementação de novos projetos em meio a um mundo que busca ser mais digital, conectado e desenvolvido. Por meio dos objetivos elencados pelo Plano Executivo (2022-2026), dentre os quais se destacam projetos conjuntos na área de tecnologias avançadas, computação de nuvem e inteligência artificial, o subcomitê deve colaborar para o adensamento da parceria entre o Brasil e a China (BRASIL, 2022c).

4.12 NA ÁREA DE SAÚDE

Apesar da instituição de um mecanismo específico para mediar a cooperação na seara da saúde ter sido algo recente, haja vista que o estabelecimento da antiga Subcomissão de Saúde no contexto da COSBAN se deu em 2019, a cooperação sino-brasileira na área já havia experimentado iniciativas anteriormente. Como ressaltado durante a Sessão da COSBAN de 2019, em 2011 o Brasil e a China assinaram o Plano de Ação entre o Ministério da Saúde do Brasil e a Comissão Nacional de Saúde da China na Área de Saúde, que foi renovado em 2017. Entretanto, foi a partir do início do funcionamento do subcomitê, que a cooperação na área da saúde foi devidamente ampliada. Essa expansão veio por meio de novos entendimentos, como o Memorando de Entendimento sobre Cooperação, Pesquisa e Desenvolvimento para a Prevenção, Controle e Tratamento de Doenças Infecciosas, bem como através da coordenação de posições do Brasil e da China em mecanismos multilaterais, especialmente a Organização Mundial de Saúde (OMS) (BRASIL, 2019).

Ademais, a cooperação bilateral na área de saúde foi de grande importância para os países no contexto da pandemia da COVID-19. Como destacado durante a Sessão da COSBAN de 2022, o esforço conjunto foi essencial para o combate à pandemia, especialmente a partir da doação de equipamentos de proteção individual doados pela China ao Brasil, a venda de equipamentos hospitalares e o compartilhamento de conhecimento entre as comunidades científicas dos países para tratamento da doença. Somado a isso, a cooperação entre as partes permitiu o acesso à vacina contra a COVID-19, uma vez que os insumos utilizados para a fabricação dos imunizantes no Brasil foram provenientes da China (BRASIL, 2022a).

Nesse sentido, ainda com relação à Sessão mais recente da COSBAN, novos avanços foram apontados, como a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Saúde do Brasil e a Administração Nacional de Medicina Tradicional da China, através do qual passou-se a incentivar a cooperação com foco em medicinas tradicionais. Além do mais, também foi assinado o Memorando de Entendimento entre a Fiocruz e a Academia Chinesa de Ciências, ampliando o contato entre instituições brasileiras e chinesas (BRASIL, 2022a). Em meio ao contexto de recente início de suas atividades, a Subcomissão de Saúde da COSBAN foi transformada no grupo de Trabalho da Saúde relacionado à Subcomissão Econômico-Comercial e de Cooperação, que deve aprimorar o diálogo bilateral, colaborando para a ampliação da parceria sino-brasileira, utilizando como base o Plano Executivo (2022-2026). Dessa maneira, devem ser priorizadas iniciativas relacionadas à gestão da

vigilância de emergências em saúde pública, bem como a exploração das áreas de biossegurança e biotecnologia (BRASIL, 2022c).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de uma posição relativamente acanhada, a China desenvolveu, ao longo de quase cinquenta anos de relações diplomáticas, laços estreitos com o Brasil nos campos da política e da economia, o que a transformou em um parceiro internacional proeminente e uma fonte de comércio e de investimentos para a economia brasileira. O desenvolvimento da relação entre os dois países passou por fases de afastamento e de intensa aproximação, influenciado sempre pela formulação e condução das políticas externas de ambos, como também das avaliações prioritárias mútuas. Apesar das idas e vindas, a maturação da relação bilateral refletiu a crescente importância recíproca e internacional das duas potências emergentes, cada vez mais chamadas a desempenhar papéis de protagonismo no sistema internacional (HOLANDA, 2016).

As mudanças pelas quais passou a política externa brasileira nos últimos anos ajudam a compreender a dimensão estratégica que a China tomou perante o Brasil. Conforme destaca Oliveira (2010), desde a década de 1960, com a diversificação das relações internacionais do Brasil, a diplomacia brasileira apresenta um perfil pragmático e multilateral, que demonstra o objetivo de manter relações diversificadas e constantes. Foi no interesse de pluralizar seus parceiros e diminuir a dependência externa que, durante os anos de 1970, o Brasil se aproximou da China e estabeleceu relações diplomáticas com o país asiático. Durante os anos que se seguiram, como ressalta Becard (2011), especialmente desde a década de 1980, a relação conseguiu avançar a partir da assinatura de atos bilaterais que permitiram os primeiros passos para a institucionalização da relação bilateral, como o que deu origem ao Programa CBERS.

Mais recente, em 2003, Edmundo Fujita destacou que desde o estabelecimento das relações diplomáticas, o Brasil e a China estavam pavimentando um caminho de cooperação bilateral sólido e consistente, baseado na busca pelos benefícios mútuos (FUJITA, 2003). O período antecedente ao trabalho do embaixador brasileiro certamente apresentou avanços, visto que foi a partir da década de 1990 que o Brasil e a China passaram a compartilhar da Parceria Estratégica. Entretanto, foi justamente a partir de 2003, com o início do governo Lula (2003-2010), que a relação sino-brasileira apresentou a sua excepcionalidade. Priorizando a relação com os países em desenvolvimento, mas em especial com a China, o Brasil desenvolveu junto ao país asiático um excelente entendimento político, que resultou na criação de mecanismos político-institucionais para mediar as conversações bilaterais, com

destaque para a Comissão Sino- Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) (BECARD, 2011).

Lançada em 2004, como fruto do avanço significativo registrado pela relação bilateral sino-brasileira, a COSBAN passou a orientar e coordenar o diálogo entre os dois países tomando por base a confiança política e a igualdade entre as partes (BRASIL, 2004). Estruturada a partir de Subcomissões, o mecanismo representou um novo passo para a Parceria Estratégica e inaugurou um período de alto entendimento entre o Brasil e a China nas mais diversas áreas de cooperação, mas em especial na colaboração política e econômica. Assim como a COSBAN, outros mecanismos se destinam a mediar as relações bilaterais do Brasil com outros países, representando também estruturas de diálogo amistoso e voltadas à busca de benefícios mútuos. Nesse sentido, podem ser destacadas a Comissão Bilateral de Alto Nível Brasil-Angola, a Comissão de Produção e Comércio entre o Brasil e a Argentina, a Comissão Bilateral Brasil-Espanha e o Diálogo de Alto Nível Brasil-Estados Unidos da América. Entretanto, apesar de também serem importantes e buscarem ampliar a cooperação bilateral entre o Brasil e outros países, nenhuma das referidas iniciativas possui o escopo, a longevidade e a solidez que a COSBAN apresenta.

Ao longo de dezesseis anos, o organismo de alto nível se reuniu por seis vezes em suas Sessões Plenárias e promoveu o adensamento da relação bilateral a partir de uma série de planos, acordos, memorandos e parcerias. Através da Comissão, o Brasil e a China buscam a convergência de suas políticas externas, atuando conjuntamente em arranjos multilaterais de grande importância, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Ademais, é também por meio da Comissão que os dois países se debruçam a cooperar na área econômica, seara sobre a qual a relação bilateral foi semeada em seu princípio e da qual provém os melhores frutos atualmente.

Os números do comércio exterior não deixam dúvidas sobre os benefícios oriundos da aproximação entre o Brasil e a China, especialmente para a economia brasileira. A título de comparação, as exportações brasileiras deram um salto de 2006, quando a COSBAN iniciou propriamente sua operação, até os dias atuais. Conforme os dados disponibilizados pelo governo brasileiro, as exportações da China passaram de cerca de US\$ 6,8 bilhões em 2006 para quase US\$ 88 bilhões em 2021, registrando um fluxo doze vezes maior no período de quinze anos¹⁴. Além do fluxo de comércio, também chama atenção o volume de investimentos chineses que adentraram na economia brasileira, sendo o Brasil o país que mais recebeu

¹⁴ Dados disponíveis no site do Comex Stat: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 18 nov. 2022

investimentos chineses no mundo em 2021, somando um amontoado de quase US\$ 6 bilhões, o que correspondeu a 13,6% do total de investimentos da China no mundo (CARIELLO, 2022).

Por meio de suas doze Subcomissões, a COSBAN demonstra a importância da articulação do diálogo bilateral e representa um arranjo institucional de sucesso, que confere aos países a possibilidade de desenvolver uma cooperação ativa e ampla em setores estratégicos. Para que a Comissão alcançasse o êxito de coordenar a parceria entre o Brasil e a China, diferentes planos estratégicos foram criados e passaram a orientar, através do estabelecimento de metas, objetivos e estratégias de desenvolvimento, a cooperação bilateral. Pioneiros no norteamento da relação sino-brasileira, os dois Planos de Ação de Conjunta (2010-2014 e 2015-2021), juntamente com o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) foram instrumentos essenciais para que a COSBAN consolidasse o seu papel de organismo responsável promover o adensamento da cooperação entre o Brasil e a China.

Findados os prazos dos referidos planos, novos programas foram lançados para dar continuidade ao fortalecimento da relação bilateral. Vigorando atualmente, o Plano Estratégico (2022-2031) e o Plano Executivo (2022-2026) balizam a relação entre o Brasil e China e buscam fortalecer o diálogo conjunto, consolidando a base política da Parceria Estratégica Global e promovendo a cooperação bilateral em todas as áreas (BRASIL, 2022b; 2022c). Ao serem lançados, ambos os programas representam o sucesso conseguido pela COSBAN, que se consolida enquanto o mecanismo político-institucional que coordena a relação entre os dois países e que desempenha o papel fiscalizador de avaliar a implementação das referidas iniciativas até a próxima década.

Retratando a renovação dos interesses mútuos de prosseguir a cooperação bilateral, o lançamento dos planos em 2022 é simbólico do ponto de vista político e representa a superação de desafios para o relacionamento sino-brasileiro. Isso porque entre 2019 e 2021 diversos foram os momentos de desgaste político protagonizados pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, sobretudo durante a emergência da pandemia global. O presidente e integrantes do seu governo, foram responsáveis por falas polêmicas e muitas vezes xenofóbicas, atribuindo à China a disseminação do vírus da COVID-19, o que gerou temor e preocupação quanto às relações diplomáticas entre os dois países¹⁵.

¹⁵ Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/06/fala-de-bolsonaro-sobre-china-causa-polemica-em-re-uniao-da-cre-com-chanceler>. Acesso em: 18 nov. 2022.

Nesse sentido, a retomada do encontro bilateral em 2022, após sua suspensão advinda da pandemia, garantiu a continuação do diálogo franco, amistoso e responsável, ficando a cargo da COSBAN a condução das conversações bilaterais para aprofundar a cooperação sino-brasileira pelos próximos anos. Somado a isso, mudanças internas no Brasil também sinalizam para um futuro promissor da relação Brasil-China. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o seu terceiro mandato representa uma alteração significativa na condução do Brasil, que passará de um governo de extrema-direita para uma gestão de caráter social-democrata, refletindo diretamente na formulação da política externa do país. Em seu discurso de vitória, o presidente eleito do Brasil ressaltou que enfrentará o desafio de reconstruir o país em todas as suas dimensões, desde a política até a gestão pública e incluindo as relações internacionais¹⁶. Dessa forma, espera-se que o retorno de Lula para o seu terceiro mandato resgate as bases da política externa pragmática praticada pelo Brasil durante os anos 2000, quando ele governou o país, bem como retome o diálogo profícuo com os países vizinhos e em especial com as economias em desenvolvimento.

Face à enorme importância que representa hoje e perante o imenso potencial que possui com relação ao futuro, a relação bilateral Brasil-China deve ter posição de destaque nas políticas externas de ambos os governos, mas especialmente pelo lado brasileiro. Alguns desafios ainda devem ser superados e um tanto de oportunidades devem ser exploradas, como o incremento do comércio exterior entre os países, sobretudo quanto à questão da exportação de produtos de alto valor agregado por parte do Brasil, e a atração de novos investimentos para alavancar a competitividade da economia brasileira. Nesse sentido, a COSBAN certamente continuará desempenhando seu papel mediador, garantindo novas conquistas conjuntas que, somadas aos resultados já alcançados, devem adensar a relação sino-brasileira por meio de novos projetos de cooperação, bem como através da ampliação da atuação internacional dos dois países.

¹⁶ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/nao-existem-dois-brasis-leia-integra-comentada-do-discurso-de-lula-apos-a-vitoria.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2022.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Luciana et al. **As relações bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil**. 2011.

AMORIM, Celso. Política externa do governo Lula: os dois primeiros anos. **Análise de Conjuntura OPISA**, v. 4, p. 1-14, 2005.

Ata da Quarta Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) (2015). *In*: LIMA, Sergio Eduardo Moreira (Ed.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

Ata da Terceira Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) (2013). *In*: LIMA, Sergio Eduardo Moreira (Ed.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

ATA Final da Primeira Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) (2006). *In*: LIMA, Sergio Eduardo Moreira (Ed.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

Ata Final da Segunda Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) (2012). *In*: LIMA, Sergio Eduardo Moreira (Ed.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert O. Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions. **World politics**, v. 38, n. 1, p. 226-254, 1985.

BECARD, Danielly; SILVA, R. China y Brasil: ¿modelo de relaciones Sur-Sur?. *In*: E. Pastrana B. e H. Gehring (eds.), **La proyección de China en América Latina y el Caribe**, p. 387-408, 2017.

BECARD, Danielly Silva Ramos; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; OLIVEIRA, Carina Costa de. O Brasil, a China e a VI Cúpula do BRICS. **Contexto Internacional**, v. 37, p. 81-112, 2015.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China?. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 31-44, 2011.

BECARD, Danielly SR. Cooperação e comércio entre Brasil e China durante o governo Lula. *In*: OLIVEIRA, Henrique Altemani. **China e Índia na América Latina: desafios e perspectivas**. Curitiba: Juruá Editora. PP, p. 163-192, 2009.

BIATO JUNIOR, Oswaldo. A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006). **Brasília: Funag**, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Sobre o CBERS. 2018. Disponível em: <http://www.cbers.inpe.br/sobre/index.php>. Acesso em: 02 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório 2005-2007. Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/ai/arquivos/pdf/relatorio2005_07.pdf. Acesso em: 2 nov. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ata da Quinta Reunião Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Brasília, 2019. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12287?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=ata%20da%20quinta%20reuni%C3%A3o%20plen%C3%A1ria&TipoAcordo=BL&IdEnvolvido=58>. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ata da VI Reunião Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Brasília, 2022. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12595?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=ata%20da%20vi%20reuni%C3%A3o%20plen%C3%A1ria%20da%20comiss%C3%A3o%20sino-brasileira&TipoAcordo=BL&IdEnvolvido=58>. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014. Brasília, 2010. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6692?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=Plano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20Conjunta%20entre%20o%20Governo%20da%20Rep%C3%BAblica%20Federativa%20do%20Brasil%20e%20o%20Governo%20da%20Rep%C3%BAblica%20Popular%20da%20China&TipoAcordo=BL&IdEnvolvido=58>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2015-2021. Brasília, 2015. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11608?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=Plano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20Conjunta%20entre%20o%20Governo%20da%20Rep%C3%BAblica%20Federativa%20do%20Brasil%20e%20o%20Governo%20da%20Rep%C3%BAblica%20Popular%20da%20China&TipoAcordo=BL&IdEnvolvido=58>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China. Brasília, 2012. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/7337?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=plano%20decenal&TipoAcordo=BL&IdEnvolvido=58>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Plano Estratégico 2022-2031 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China. Brasília, 2022. Disponível em:

<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12595?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=cosban&TipoAcordo=BL&IdEnvolvido=58>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Plano Executivo para as Relações entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China entre 2022 e 2026. Brasília, 2022. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12595?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=cosban&TipoAcordo=BL&IdEnvolvido=58>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Secretaria-Geral das Relações Exteriores. Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o Estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 jul. 2004.

CABRAL, Severino. Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, p. 24-42, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique; OLIVEIRA, Miguel Darcy de. **Discursos selecionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

CARIELLO, Túlio. Investimentos Chineses no Brasil: 2021, um ano de retomada. **Rio de Janeiro: CEBC**, 2022.

CARIELLO, Túlio. Investimentos Chineses no Brasil: histórico, tendências e desafios globais (2007-2020). **Rio de Janeiro: CEBC**, 2021.

CASARÕES, Guilherme. O tempo é o senhor da razão. **A política externa do governo Collor, vinte anos depois**. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

CASSIOLATO, José Eduardo. **As políticas de ciência, tecnologia e inovação na China**. 2013.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Universidade de Brasília, 2002.

CONTI, Bruno; BLIKSTAD, Nicholas. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser. **Texto para Discussão Unicamp-IE**, n. 292, p. 1-33, 2017.

CUNHA, Lilian Fernandes da. **Em busca de um modelo de cooperação Sul-Sul: o caso da área espacial entre o Brasil e a República Popular da China (1980-2003)**. 2004.

DAL MOLIN, Elisiane Dondé; CASTELLI, Yasmin Lenz Piccoli; DE NADAL LUZ, Emanuelle. O papel dos BRICS nas relações diplomáticas entre Brasil e China. **Ideias**, v. 10, p. e019007-e019007, 2019.

ESPÓSITO, Maurício. Industrialização brasileira, diversificação produtiva e consolidação da dependência externa: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional. **História Econômica & História de Empresas**, v. 20, n. 2, 2017.

FUJITA, Edmundo Sussumu. O Brasil e a China—uma parceria estratégica modelar. **Política Externa**, v. 11, n. 4, p. 59-70, 2003.

GONÇALVES, Williams; BRITO, Lana Bauab. Relações Brasil-China: uma parceria estratégica?. **Século XXI**, v. 1, n. 1, p. 11-28, 2011.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Revista Estudos Históricos**, v. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.

HAO, Su. Harmonious world: the conceived international order in framework of China's foreign affairs. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 1, p. 29-55, 2008.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 1, p. 83-98, 2016.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. 40 anos das relações Brasil-China: de onde viemos onde estamos, para onde vamos. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Brasília: FUNAG, 2016. p. 35-56.

HURD I. **International Organizations: politics, law, practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

JÚNIOR, Haroldo Ramanzini; RIBEIRO, Pedro Feliu. As relações bilaterais Brasil-China: uma relação em processo de afirmação. **Carta Internacional**, v. 8, n. 1, p. 165-187, 2013.

LESSA, Antônio Carlos. Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010). **Revista brasileira de política internacional**, v. 53, p. 115-131, 2010.

LYRIO, Mauricio Carvalho; PONTES, Kassius Diniz da Silva. A estratégia de inserção internacional do Brasil In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Brasília: FUNAG, 2016. p. 125-140.

MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década 64/74. **Estudos Cebap**, v. 12, p. 54-98, 1975.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Política externa brasileira: 1964-1985. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, p. 03-19, 2013.

NYE JR, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**. Unesp, 2002.

OLIVEIRA, Dimitri Silva Nunes de; PITT, Rômulo Barizon. O reconhecimento da República Popular da China e o pragmatismo responsável: fatores domésticos e externos. **Revista InterAção**, v. 2, n. 2, p. 161-179, 2011.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, p. 7-30, 2004.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: uma parceria predatória ou cooperativa?. **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 1, p. 143-160, 2016.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil e China: uma nova aliança não escrita?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, p. 88-105, 2010.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. China-Brasil: perspectivas de cooperación sur-sur. **nueva sociedad**, v. 203, p. 138-146, 2006.

PINHEIRO, Letícia. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. **Revista Estudos Históricos**, v. 6, n. 12, p. 247-284, 1993.

PINO, Bruno Ayllón. Evolução histórica da cooperação sul-sul (css). **Repensando Cooperação Internacional**, v. 57, 2014.

PINTO, Isabelle; GONÇALVES, Fernanda. Relações Bilaterais Brasil-China: uma análise dos desafios e das potencialidades da parceria estratégica. **Boletim Historiar**, v. 6, n. 3, 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Discurso do Presidente da República. Brasília, 2003.

QUADROS, Jânio. Brazil's new foreign policy. **Foreign affairs**, v. 40, n. 1, p. 19-27, 1961.

RICUPERO, Rubens. **A Diplomacia na Construção do Brasil: 1750-2016**. São Paulo: Versal Editores, 2017.

RITTBERGER, V.; ZANGL B.; KRUCK A. **International Organization**. 2nd Edition.. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

ROSITO, Tatiana. Evolução das relações econômicas Brasil-China e perspectivas futuras. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Brasília: FUNAG, 2016. p. 57-102.

SHANG, Deliang. Cooperação política entre China e Brasil versus multipolarização. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Brasil e China: Multipolaridade**. Brasília: IPRI-FUNAG, 2003. p. 291-308.

SILVA, André Luiz Reis da. O Brasil diante da globalização: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). **Carta Internacional**, v. 7, n. 1, p. 20-34, 2012.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e sociedade**, v. 21, p. 909-941, 2012.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, v. 29, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo social**, v. 15, p. 31-61, 2003.

VILLELA, Eduardo VM. As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês. **Grupo de Estudos da Ásia-Pacífico, PUC/SP**, 2004.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Terceiro Mundo ou Sul Global. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 4, n. 8, p. 1-8, 2015.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização, Desenvolvimento e Construção de uma Potência Média, 1964-1985. **Porto Alegre, Editora da UFRGS**, 2004.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 1994.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.